

Carlos José Naujorks

Movimentos Sociais e Formação Política: Entre a Identidade e a Ação Estratégica

**- Uma análise a partir do Movimento de Defesa dos Direitos da
Criança e do Adolescente em Santa Catarina -**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política do Departamento de
Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor orientador: Dr. Sergio Costa

FLORIANÓPOLIS

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**Movimentos Sociais e Formação Política:
Entre a Identidade e a Ação Estratégica.**
Uma análise a partir do Movimento de Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina

Carlos José Naujorks

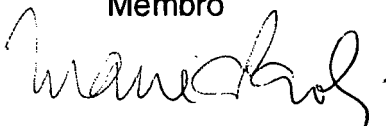
*Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:*



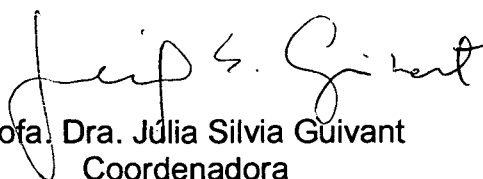
Prof. Dr. Sérgio Costa
Orientador



Prof. Dr. Hector Ricardo Leis
Membro



Profa. Dra. Maria Célia Paoli
Membro



Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant
Coordenadora

Florianópolis, outubro de 1999.

Resumo

Este trabalho procura verificar a pertinência do uso combinado das categorias *estratégia e identidade* para a análise dos movimentos sociais através de um estudo sobre as ações de formação política desenvolvidas por quatro organizações do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina. Tais categorias foram desenvolvidas por duas abordagens teóricas distintas dos movimentos sociais, genericamente designadas *Paradigma da Mobilização de Recursos* e *Paradigma dos Novos Movimentos Sociais*. Recentemente, tentativas de sínteses entre estas abordagens têm sido realizadas. Este trabalho pretende contribuir com estas iniciativas teóricas a partir de um estudo empírico. Avalia-se, então, em que medida ações formativas específicas desenvolvidas por organizações do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente conectam as dimensões estratégica e identitária de um movimento social. Postula-se, a partir dos casos estudados, que na teoria dual dos movimentos sociais encontram-se os elementos teóricos necessários para estabelecer a inter-relação pretendida entre as categorias *estratégia e identidade*.

Palavras-chave:

1. Movimentos Sociais; 2. Formação Política;
3. Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Abstract

This work tries to verify the pertinence of combined usage of categories such as *strategy* and *identity* in order to analyse the social movements throughout a study concerning political formation developed by four organizations of the Movement of Children and Teenagers Rights Defense in the state of Santa Catarina. Such categories were developed by two distinct theoretical approaches of social movements, generically designated *Paradigm of Resource Mobilization* and *Paradigm of New Social Movements*. Lately, some synthesis attempts have been accomplished between these approaches. This work intends to contribute with this theoretical initiatives from an empiric study. Then, it is evaluated in what the specific formative actions developed by the organizations of the Movement of Children and Teenagers Rights Defense link the strategic and identity elements necessary to set the desired interrelation between the categories strategy and identity are found in both theories of social movements.

Key words:

1. Social Movements; 2. Political Formation;
3. Children and Teenagers Rights Defense.

Índice

Agradecimentos	
Introdução	
Capítulo 1: Movimentos Sociais: entre Identidade e Ação Estratégica	10
1.1. A Teoria da Mobilização de Recursos como fundamento para a compreensão da ação estratégica	15
1.2. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais como fundamento para a compreensão da dimensão de identidade	24
1.3. A Teoria Dual dos Movimentos Sociais como possibilidade de articulação entre ação estratégica e identidade	33
Capítulo 2: Infância e Adolescência Marginalizada: Atores Sociais, Cidadania e Formação Política	
2.1. Atores Sociais e infância empobrecida: matrizes históricas	45
2.1.1. Da catequese à caridade: os primórdios da atenção à infância	48
2.1.2. De desvalido a menor: juristas, médicos e o Estado	51
2.1.3. De menor a cidadão: a ação da sociedade civil	57
2.2. A educação popular como matriz para novos fundamentos pedagógicos	59
2.3. A defesa dos direitos da criança e do adolescente em Santa Catarina	61
2.4. A defesa dos direitos da criança e do adolescente e processos de formação	64
2.4.1. Cáritas Diocesana de Lages	66
2.4.2. Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí	84
2.4.3. Ação Social Arquidocesana – Florianópolis	96
2.4.4. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua / SC	113
Capítulo 3: Ação Formativa e a Defesa Articulada dos Direitos da Criança e do Adolescente: Entre a Identidade e a Ação Estratégica	129
3.1. Síntese das ações formativas a partir da dimensão estratégica	134
3.2. Síntese das ações formativas a partir da dimensão identitária	146
3.3. A teoria dual dos movimentos sociais como mediadora para a compreensão dos processos formativos a partir das dimensões identitária e estratégica	152
Considerações Finais	160
Referências Bibliográficas	166
Anexos	

Este trabalho não teria sido realizado não fossem as possibilidades de ação e o exercício da crítica compartilhada junto aos companheiros e companheiras da Comissão Local de Florianópolis do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Não fosse, também, a motivação sempre presente que Célio Moraes e Serli Bølter me proporcionaram. A eles o dedico.

Agradeço ao MNMMR, à Caritas de Lages, ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Rio do Sul e a Ação Social Arquidiocesana por tão prontamente terem viabilizado as condições para a pesquisa de campo e pela receptividade quando das entrevistas. Agradeço, ainda, ao CNPQ, pelo aporte financeiro imprescindível para a realização deste trabalho.

Especialmente, agradeço ao professor Sergio Costa, pela orientação atenta e paciente.

Introdução

A atuação da sociedade civil, através dos movimentos sociais, demarcou, nestas últimas décadas, novas formas de embate e conquista política, assumindo um papel relevante no processo de redemocratização da sociedade brasileira. A partir do final da década de 70, um conjunto de movimentos sociais passou a constituir formas de atuação inéditas, construídas a partir de necessidades cotidianas, onde concepções antes totalizantes de mudança social passaram a dar lugar a atuações mais focalizadas, para as quais a questão da conquista e garantia de direitos tornara-se fundamental (Sader, 1988, 37). Apesar do caráter fragmentado e restrito da atuação destes novos sujeitos, o processo que desencadeiam redefine não só o papel da sociedade civil mas, e fundamentalmente, a relação que esta estabelece com o espaço público e o Estado (Pontual, 1995, 3), ampliando suas prerrogativas e assumindo conotações de *criação de um novo modelo cultural* (Scherer-Warren, 1993, 53), no qual a *democratização da democracia* (Costa, 1994, 47) torna-se elemento central a ser afirmado.

No contexto de atuação destes movimentos, a educação política - como forma de superação das características históricas da tradição cultural de nosso país - passa a significar educação para a participação (Benevides, 1995, 19)¹. Nesta relação entre movimentos sociais e educação, muito embora não tenha sido dominante, a educação popular define o paradigma a respeito das formas de organização e participação em relação às ações educativas. Os movimentos sociais, principalmente aqueles próximos à igreja católica, desenvolveram um ideal educativo muito próximo à educação popular, enfatizando a valorização das práticas concretas dos indivíduos e grupos em contraposição às formas instituídas da prática política e suas estruturas impessoais. Renegavam, também, o recurso a teorias pré-estabelecidas como fonte de explicação da realidade. A medida que é apropriada pelos movimentos sociais, a educação popular deixa de limitar-se às experiências de alfabetização de adultos para ser utilizada como elemento organizativo-conscientizador (Silva, 1996, 24). Assim, com

¹. Isto permite uma diferenciação em relação às práticas de educação política desenvolvidas, por exemplo, pelos anarquistas e suas iniciativas de *educação integral*, nas primeiras décadas deste século (ver Guiraldelli, 1986) ou pelos comunistas e suas práticas de educação político-partidária (ver Sorrentino, 1989).

uma origem intimamente ligada às experiências de educação popular desenvolvidas a partir da década de 60 e apropriadas a partir da ênfase na participação e na autonomia, movimentos sociais passam a incorporar atividades educativas, tendo como objetivo a formação política, no rol de suas estratégias de ação (Doimo, 1995, 128 ss) e chamando para si a responsabilidade pela promoção de atividades de formação e capacitação voltadas para suas próprias necessidades (Manfredi, 1986, 28).

No âmbito da diversidade de movimentos sociais surgidos na década de 80, a questão da infância e da adolescência marginalizadas aparece como foco de articulação de diversas entidades, pautadas em uma perspectiva de defesa dos direitos de um grupo social específico. Assim, articula-se a partir de 1985 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança. Também neste contexto, surgem os Centros de Defesa dos Direitos da Infância e dissemina-se por várias paróquias do país a Pastoral do Menor, criada em 1978, passando a partir de então a se articular em âmbito nacional. Estes atores, que já se posicionavam publicamente contra a bárbara e violenta situação das crianças marginalizadas brasileiras, passam a colocar, no cenário nacional o debate sobre o papel do direito e da lei na mudança social e, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, passam a atuar diretamente na implementação dos conselhos de direitos e tutelares, órgãos públicos de formulação e fiscalização das políticas destinadas a esta população. Além disso, mobilizações contra o descaso social frente à violência a que estão submetidas parcelas significativas da população infanto-juvenil, contra o trabalho e a prostituição infantil juntam-se a intervenções localizadas, diretamente dirigidas a programas de atendimento a esta população.

No conjunto destas intervenções, ações propriamente educativas, desencadeadas por diversas organizações, entidades e centros de assessoria, tendo em vista a implementação de projetos políticos bem como a ampliação e a qualificação da interferência no contexto relativo à infância e adolescência, passam a acontecer. Assim, quer seja como capacitação para a ação ou como reelaboração dos pressupostos teóricos e políticos em questão, em função de determinadas atividades, um lugar institucional - o do formativo - vai sendo, aos poucos, criado.

O recorte destas ações formativas dentre o conjunto das ações desenvolvidas por uma organização de um movimento social pode ser feita através da importação da sistematização constituída a partir do movimento sindical sobre formação política. Referenciando-se particularmente na reflexão realizada por Silvia Manfredi (s/d, 52; 1996, 23), entendemos formação política aqui como *o conjunto das práticas educativas, sistemáticas e intencionalmente programadas, como por exemplo congressos, cursos, seminários e debates, promovidas por organizações de um movimento social tendo como finalidade proporcionar a organização e a troca de informações e experiências entre os próprios participantes deste movimento; apropriar-se de experiências afins e conhecimentos teóricos acumulados necessários à efetivação dos objetivos colocados por este movimento social; formar lideranças, dirigentes, representantes e a própria base do movimento a partir dos projetos de transformação postulados*. Tal definição permite não só destacar do conjunto das ações desenvolvidas por organizações específicas de um movimento sociais aquelas propriamente formativas como relacioná-las com os objetivos colocados por este movimento social, com seus fins estratégicos e com suas características identitárias.

Justamente, considerando-se as organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a relação que estes processos educativos estabelecem com o conjunto do movimento e com seus desafios não se apresenta inteiramente isenta de conflitos: a diversidade de atores implica uma diversidade de propostas político-pedagógicas implícitas às experiências formativas; a necessidade de ações especializadas, onde o domínio técnico de determinados conteúdos se faz presente, constituindo certa complexidade das ações educativas, interfere nas possibilidades de autonomia dos atores frente a seus processos educativos; a tradição cultural assistencialista, típica da área da infância e adolescência, dificulta uma incorporação sistemática do educativo; por último, a própria especificidade do movimento, envolvendo crianças, adolescentes e adultos implica uma complexidade de demandas no campo da formação.

Frente a estas questões e procurando deter-se na relação movimentos sociais – processos de formação política, uma série de questionamentos aparecem à tona. Considerando a existência, no âmbito do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de um espaço de capacitação e reflexão sistemática, local de

articulação e divulgação de um saber que se coloca como instrumento dos projetos políticos deste mesmo movimento, para cada uma de suas organizações e entre estas articuladamente, nos perguntamos, primeiro, de que forma tais processos se relacionam com as possibilidades típicas de uma ação transformadora veiculada por um movimento social? Depois, que relação estabelecem estes processos com as diferentes propostas e oportunidades políticas do Movimento e de suas organizações? Eles são adequados às oportunidades oferecidas? São coerentes com as propostas políticas em questão? Constituem-se como elemento importante para a construção de uma identidade política pautada por critérios de democracia, cidadania e participação? Sintetizando, e esta é a preocupação central, constituem-se como elemento importante para a realização dos imperativos estratégicos e identitários do Movimento?

Estes questionamentos de ordem empírica relacionam-se, porém, com um problema teórico anterior, relativo às possibilidades dos movimentos sociais realizarem os desafios colocados à sociedade civil moderna. A reconstrução deste conceito, realizada a partir da diferenciação efetuada por Habermas (1987) entre lógicas sistêmicas e mundo da vida, permite esclarecer as possibilidades e os limites dos projetos de ampliação da democracia, admitindo-se que sua reconstrução pode levar a uma utopia democratizadora e autolimitada, imprescindível aos movimentos sociais. Através desta reconstrução, demarca-se tanto as possibilidades positivas da sociedade civil, de interferência nos sistemas sociais, como aquelas negativas, definidor dos limites de uma intervenção na vida social a partir das instituições decorrentes da modernidade (Estado/Mercado) (Arato & Cohen, 1994). Assim, tanto a diferenciação estrutural do mundo da vida em relação às esferas sistêmicas (dando-se através da reprodução de tradições, solidariedades e identidades) quando as possibilidades de interferência nas esferas sistêmicas a partir dos imperativos do mundo da vida aparecem como demandas aos movimentos sociais, os quais seriam, justamente, como afirmam Cohen e Arato, aqueles que poderiam realizar os potenciais emancipatórios da sociedade civil moderna (1992, 492).

Dentro desta perspectiva teórica, os movimentos sociais apresentar-se-iam através de um duplo aspecto, defensiva e ofensivamente, quando ao mesmo tempo em

que constróem novas normas culturais, também dirigem-se às esferas sistêmicas (Estado/mercado) procurando efetivar determinadas demandas.

A construção de uma perspectiva dual dos movimentos sociais, conforme proposta por Cohen e Arato, parece, no entanto, relacionar-se com as tradições teóricas que desenvolvem, separadamente, as noções de estratégia e identidade. De fato, associando-se a um desenvolvimento teórico que procura integrar elementos destas diferentes tradições, Cohen e Arato identificam, no que denominam Teoria Dual dos Movimentos Sociais², uma possibilidade de “acomodar as contribuições de ambos os paradigmas” (1992, 531).

Ao referenciar este trabalho em uma perspectiva que confere centralidade aos movimentos sociais em relação às possibilidades democratizadoras da sociedade civil, “compreender a relação entre as dimensões apontadas a partir da teoria dual com o desenvolvimento teórico das noções de identidade e estratégia torna-se uma decorrência teórica. O que se propõe, então, é verificar as possibilidades das categorias formuladas por Cohen e Arato realizarem uma síntese integradora entre as dimensões identitária e estratégica dos movimentos sociais, tradicionalmente abordadas como dicotômicas. Este objetivo teórico articula-se, porém, com a necessidade de elucidar o papel que vem desempenhando, no interior dos movimentos sociais, os processos de formação política. Faz-se, então, um recorte a partir do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina.

Apoiando-se na noção de organizações dos movimentos sociais (Tarrow, 1989) propomos, então, uma análise de quatro processos de formação desenvolvidos por organizações significativas do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina, procurando contrapor tais processos às dimensões estratégica e identitária presentes neste movimento e verificar as possibilidades integradoras dos aspectos ofensivo e defensivo dos movimentos sociais, conforme proposto por Cohen e Arato.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho expõe alguns pressupostos das abordagens teóricas que tradicionalmente desenvolvem as noções de estratégia e

² . Ambos os aspectos (ofensivo/defensivo) são, antes de tudo, complementares e concomitantes, apresentando-se simultaneamente para um mesmo ator de um movimento social, afastando-se assim de uma perspectiva que tende a entendê-los como dicotômicos.

identidade (respectivamente, a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais) e apresenta, sinteticamente, a teoria dual dos movimentos sociais, considerando as possibilidades de sua aplicação no contexto brasileiro.

Em seguida, no segundo capítulo, localiza-se o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação à história da atenção à criança marginalizada, diferenciando, em relação às práticas anteriormente destinadas a esta população, sua novidade para, depois, considerar as ações propriamente educativas, detendo-se, ai sim, naquelas desenvolvidas por quatro organizações significativas no contexto de Santa Catarina.

Por fim, o capítulo terceiro, procura analisar as experiências formativas a partir das dimensões estratégica e identitária e verificar em que medida a teoria dual permite não só uma compreensão das possibilidades de relação destes conceitos para este caso específico como associar os processos formativos desenvolvidos pelas organizações em questão às possibilidades democratizadoras do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capítulo 1

Movimentos Sociais: Entre a Identidade e a Ação Estratégica

O estudo da ação coletiva desenvolveu-se tão logo puderam se firmar as ciências que postulavam a ação humana como sua preocupação central. Assim, tanto a sociologia, a partir daqueles considerados seus fundadores - Durkheim, Marx e Weber - como a psicologia - através principalmente das tentativas de construção de uma psicologia social, desenvolveram, implícita ou explicitamente, explicações para a ação social de coletivos, grupos, multidões ou massas.

Porém, de acordo com as exigências de explicações totalizantes típicas do momento de construção destas disciplinas, a preocupação pela ação coletiva aparece, nestas construções teóricas, mais como uma decorrência do conjunto de seus postulados gerais sobre a sociedade ou a psicologia do que, propriamente, uma necessidade expressa de constituir a ação coletiva como uma dimensão central de análise.

De forma sintética, a ação coletiva, no marxismo, acha-se determinada por fatores estruturais. A organização social moderna, tem no *Capital* sua abstração maior. Este, ao atingir um certo grau de desenvolvimento, dispensa a única força capaz de produzi-lo, a força de trabalho, inviabilizando sua própria reprodução. Marx preconiza, então, que caberia aos homens que se produziram como seres desta forma histórica, libertarem-se dos limites que ela mesma encerra. Em uma *forma de produção* de classe, só o proletariado poderia se identificar com o progresso - enquanto destruição de uma sociedade cindida em classes e constituição de outro modo de produção - na medida em que poderia libertar o potencial de riqueza vinculado pelo capital. A tarefa do proletariado de abolir as classes surge, então, como necessidade histórica. Caberia ao proletariado alterar as relações materiais que sustentam a forma de produção capitalista (Figueira, 1987). Determinações estruturais, o proletariado como ator privilegiado e caráter racional e teleológico da ação coletiva seriam elementos constitutivos da concepção marxista clássica de ação social.

No funcionalismo, a ação social dá-se através de mecanismos funcionais definidos a partir das ações individuais. A atuação individual é mediada por formas de solidariedade, condensação das normas e valores afirmados pela tradição, funcionalmente integradores em relação à sociedade, de tal forma que há uma relação normativa entre indivíduo autônomo e comunidade social. A ação coletiva, quando não disfuncional – o que equivaleria a ação das massas - relaciona-se com a formação de códigos morais e legais para a ação individual, o que possibilitaria o funcionamento ordenado e estável do sistema social (Rodrigues, 1998: 19).

Na sociologia compreensiva, por sua vez, a sociedade tem como seu elemento ordenador primeiro o Estado, o qual, através de suas formas próprias de organização, fundamenta-se, sobretudo, numa interação social decorrente da ação individual racionalizada. O contexto de autonomização da esfera política decorrente reduz os espaços para a ação coletiva, ficando esta restrita àquelas definidas formalmente, ou seja, no próprio âmbito do Estado. Fundamentalmente, a institucionalidade demarca as formas de expressão política.

Já na psicologia social, basicamente nas psicologias de grupos que se elaboraram entre o final do século passado e primeiros anos deste (Wundt, Gustave Le Bon, Sigmund Freud, entre outros), a ação coletiva é vista, fundamentalmente, como ação irracional, resultado de uma agregação disruptiva entre indivíduos sujeitos a líderes que exerceriam suas vontades frente a coletividades anômanas (Farr, 1998: 68)

É somente a partir da segunda metade deste século, estimulados principalmente pelos movimentos de massa do entre-guerras, que se desenvolveram modelos teóricos preocupados especificamente com a problemática da ação coletiva, referenciando-se estes, naturalmente, naqueles modelos sociológicos mais amplos que os antecederam. Desenvolvem-se, assim, a partir da tradição da Escola de Chicago³ e seguindo o enfoque do *interacionismo simbólico*⁴, estudos sobre processos espontâneos de comportamento coletivo, orientados para a investigação dos comportamentos individuais envolvidos nestes processos, inaugurados por

³ . Escola norte-americana de sociologia que se desenvolveu a partir da primeira década deste século e que colocava como foco o estudo da relação indivíduo-sociedade, orientando-se através de teorias psicossociais, notadamente o que posteriormente se denominou 'interacionismo simbólico' (Gohn, 1997: 27).

⁴ . Denominação derivada da concepção de psicologia social desenvolvida por George Mead que confere importância central às formas simbólicas de comunicação para a compreensão da interação entre os seres humanos (Farr, 1998: 155).

Herbert Blummer (*Outline of Collective Behaviour*, 1934). Um importante desenvolvimento posterior destes estudos deu origem às teorias da sociedade de massa, através, principalmente de H. Arendt (*The Origins of Totalitarianism*, 1951) e W. Kornhauser (*The Politics of Mass Society*, 1959). Outra perspectiva de análise deu-se a partir do *funcionalismo estrutural*⁵ de Talcott Parsons (*Sociological Aspects of Facism Movements*, 1942), privilegiando aspectos macroestruturais do fenômeno, tendo em N. Smelser (*The Teory of Collective Behaviour*, 1962) seu principal representante. Ambas abordagens, no entanto, são concorrentes em associar a ação coletiva à formas irracionais de ação e em considerá-las perigosas para as instituições democráticas. Por seus elementos comuns, estudiosos a elas se referem como *teoria do comportamento coletivo* - correntemente designado como *paradigma clássico* (Reichmann & Buey, 1995: 17; Gohn, 1997: 23; Cohen & Arato, 1992: 495). Segundo Cohen e Arato, apesar de significativas diferenças entre as diversas teorias que comporiam a abordagem do comportamento coletivo, seus postulados centrais resumir-se-iam à:

“I. Existem dois tipos distintos de ação: comportamento institucional-convencional e comportamento não institucional-coletivo; II. Ação não institucional-coletiva não esta orientada a partir das normas sociais existentes mas formam-se para enfrentar situações indefinidas ou não estruturadas; III. Estas situações são entendidas em termos de colapsos relacionados a mudanças estruturais, tanto nos órgãos de controle social quanto na adequação da integração normativa; IV. As tensões, descontentamentos, frustrações e agressividade resultantes levam os indivíduos a participar de ações coletivas; V. A ação coletiva não institucional segue um ‘ciclo de vida’, passível de análise causal, que se move da ação espontânea das massas até a formação de opinião pública e movimentos sociais; VI. A emergência e o crescimento dos movimentos sociais dentro deste ‘ciclo de vida’ ocorre mediante processos incipientes de comunicação: contágios, rumores, reações circulares, difusão, etc.” (Cohen & Arato, 1992: 495)⁶

Ações coletivas são vistas, neste paradigma, como formas espontâneas e irracionais de comportamento político, sendo seus procedimentos não institucionalizados de ação considerados potencialmente perigosos à estabilidade necessária à ordem social, já que contrapõem-se às suas instituições e procedimentos (Reichmann & Buey, 1995: 16). Tal paradigma não sobreviveu, porém, ao ressurgimento da atuação dos movimentos sociais no cenário político, a partir, principalmente, da década de 60.

⁵ . Teoria sociológica que compreende o sistema social como o desenvolvimento estruturalmente funcional de seus diversos elementos, estabelecendo entre si relações de equilíbrio, integrado-se, assim, sistemicamente (Gohn, 1997, 39).

⁶ . Esta, e todas as citações a seguir de trabalhos publicados originalmente em inglês ou espanhol, foram livremente traduzidas pelo autor.

A retomada da ação coletiva, a partir da década de 60, principalmente na Europa, colocando em ênfase temas até então considerados secundários em relação aos processos de transformação social (paz, feminismo, ecologia, autonomia, entre outros), evidenciou formas diferenciadas de participação política, fundadas na afirmação de novas identidades, novos processos organizativos e também novos cenários de intervenção, questionando, assim, as abordagens até então tradicionais (Cohen, 1985: 664).

É a partir desta retomada da ação coletiva, porém, que novas abordagens teóricas passam a ser elaboradas. A partir dos anos 70 desenvolvem-se, então, diferenciados enfoques teóricos em torno da temática da ação coletiva, privilegiando cada um deles aspectos também diferenciados do fenômeno. Assim, nos Estados Unidos, a partir da tradição da escolha racional, inicialmente formulada pelo economista Mancur Olson (*The Logic of Collective Action*, 1965) desenvolve-se a teoria da mobilização de recursos, cujos desdobramentos posteriores deram origem a teoria da mobilização política. Na Europa, influenciados principalmente pela sociologia weberiana, porém importando elementos marxistas, formula-se a teoria dos novos movimentos sociais. Já mais próximo ao campo marxista, formula-se, ainda, a abordagem dos movimentos sociais urbanos.

Detendo-se nos paradigmas da mobilização de recursos e no paradigma da identidade (correntemente identificados como paradigmas norte-americano e paradigma europeu), Jean Cohen demarca entre eles algumas similitudes que os afastariam do paradigma clássico. Para a autora, ambos os paradigmas assumem que os movimentos sociais têm como base conflitos entre grupos organizados em associações autônomas e formas sofisticadas de comunicação e intercâmbio. A ação coletiva conflitiva não é tratada como anômica e considera-se que seus agentes atuam racionalmente. Para ambas as abordagens, as ações coletivas envolvem formas de associação e estratégias específicas dentro do contexto de uma sociedade civil moderna pluralista. Ambos os paradigmas distinguem entre dois níveis de ação coletiva: uma dimensão de mobilização de larga escala (greves, comícios, manifestações, boicotes) e uma dimensão menos visível, latente, relativa às formas de organização e comunicação entre grupos que consideram o cotidiano e a continuidade da participação do ator. Assim, a insistência destas abordagens na organização prévia dos atores sociais e na racionalidade do conflito coletivo diretamente se contrapõe às teorias clássicas dos movimentos sociais, demarcando-se, assim, que as características que anteriormente

supunha-se exclusivas das formas convencionais de ação coletiva, revelaram-se verdadeiras também para formas não-convencionais de comportamento coletivo. Em outras palavras, é a sociedade civil, com suas associações autônomas e intermediárias que forma o terreno no qual os movimentos sociais aparecem (Cohen, 1985: 673).

1.1. A teoria da mobilização de recursos como fundamento para a compreensão da ação estratégica.

A teoria da mobilização de recursos surge a partir da rejeição da centralidade que as teorias clássicas dos movimentos sociais davam para o uso de categorias psicológicas, através das quais entende-se o protesto coletivo como uma ruptura a partir de descontentamentos individuais em um contexto de privação social. Além disso, refuta a noção de que indivíduos isolados, motivados por constrangimentos sociais, seriam os principais atores dos movimentos sociais. Impulsionada pela crise instaurada pelo surgimento dos *novos movimentos sociais*, a partir da década de 60, tal abordagem enfatiza a inadequação destes movimentos às características de irracionalidade, anomia e ruptura supostas pelo modelo (Cohen & Arato, 1992: 497)

Naturalmente, há diferentes orientações dentro deste paradigma, desde a abordagem estritamente individualista, da lógica utilitária do ator puramente racional, desenvolvida por Mancur Olson, até a perspectiva do 'organizador-empendedor' (*the organizational-entrepreneurial approach*), representado por McCarthy e Zald; e, ainda, o modelo do processo político, de Tilly, Oberschall, Gamson, Klandermans e Tarrow (Cohen & Arato 1992: 498). A maioria dos representantes do último grupo relativiza o individualismo estrito do cálculo de interesses, típico de Olson, pela constatação da existência de grupos pautados a partir de valores solidarísticos (Cohen & Arato, 1992: 499).

Na abordagem da teoria da mobilização de recursos, a ação coletiva é entendida, fundamentalmente, em termos de interação estratégica entre atores e de cálculo de custos e benefícios em relação à ação coletiva. Organização e racionalidade são palavras chaves nesta perspectiva. Nestes parâmetros, não interessa a relação entre projeto político do ator e um auto-entendimento sobre esse mesmo projeto que o próprio ator formularia, ou seja, não interessa que *identidade* está se formando, se e como essa identidade orientaria a ação. O

foco está colocado no nível mais visível da ação coletiva, ou seja, em suas manifestações enquanto atividade dos movimentos, no caso, nas atividades que os movimentos tipicamente desenvolveram nos Estados Unidos da América do Norte, ou seja, as mobilizações e os *lobbies*. Centra-se, propriamente, em como os organizadores, os atores dos movimentos sociais que se colocam à frente do processo de mobilização, concebem os imperativos para essa mobilização e como se situam e atuam frente ao contexto político onde se dá esta mobilização (Cohen, 1985, 676).

Para Cohen e Arato, algumas hipóteses seriam compartilhadas pelo conjunto dos teóricos que se filiam à teoria da mobilização de recursos:

“1. Movimentos sociais devem ser entendidos em termos de uma teoria do conflito da ação coletiva. 2. Não há nenhuma diferença fundamental entre ação coletiva institucional e ação coletiva não-institucional. 3. Ambas vinculam conflitos entre interesses construídos dentro de relações de poder institucionalizadas. 4. A ação coletiva envolve a busca racional por interesses de grupos. 5. Sucessos e ressentimentos são produtos permanentes da relação de poder e não podem ser considerados para a formação dos atores. 6. Movimentos se formam por causa das alterações nos recursos, organização e oportunidades para a ação coletiva. 7. O êxito envolve o reconhecimento do grupo como um ator político ou crescimento em benefícios materiais. 8. O processo de mobilização envolve mobilizações de larga escala, proposições específicas, organizações formais e burocráticas” (Cohen & Arato, 1992, 498).

O significado dos projetos políticos, seus aspectos normativos, não são considerados nesta abordagem. Fundamentalmente, o entendimento em pauta é o de grupos organizados competindo por poder, onde poder se define como o alcance da prevalência dos interesses de um grupo frente a outro, num campo de conflito (Cohen, 1985: 684). Conflito, ação estratégica e organização assumem aspecto central como categorias de análise. O espaço pressuposto onde os atores organizam-se e se mobilizam é o espaço da sociedade civil, movendo-se a partir daí para suas lutas em relação ao mercado e ao Estado. Para o modelo da mobilização política, entrar no espaço de disputa política para controlar recursos ou poder é suficiente para criar interesses comuns (Cohen, 1985: 685). Desta forma, benefícios que justificam os custos de uma ação coletiva assumem a forma de bens coletivos.

Na perspectiva da mobilização de recursos os ‘meios de ação’ (encontros, assembléias, mobilizações, greves) são importantes elementos de análise. Interessa saber como esses ‘meios’ podem significar sucesso em relação aos objetivos perseguidos pelos movimentos. Ou seja, procura-se ter elementos que permitam determinar as possibilidades

organizacionais e situacionais para um grupo que articula interesses através de determinados recursos.

Neste contexto, situa-se a importância das *organizações de movimentos sociais* (*Social Movements Organizations - SMOs*). Tarrow (1989) faz uma distinção entre movimentos sociais e *organizações de movimentos sociais*. Apoiando-se na definição formulada por Tilly, o autor define movimentos sociais como “uma interação sustentada e conflituosa entre atores sociais objetivando mudanças e seus oponentes” (Tilly, 1984: 299, Apud Tarrow, 1989: 18). Organizações de movimentos sociais, apoiando-se agora em Zald, são entendidas como “um grupo auto-consciente que atua com vistas a expressar o que percebe como os anseios de transformação pela confrontação com elites, autoridades ou outros grupos com tais anseios” (Tarrow, 1989: 18).

Recusando uma dicotomia do tipo ação estratégica/ação identitária, o autor diferencia o campo de ação dos movimentos do de seus organizadores: enquanto a ação dos primeiros varia num espectro que vai desde uma concessão particular até o desejo de reorganizar completamente a sociedade, a partir de projetos identitários abrangentes; as organizações incluiriam a busca de evidenciar força política através de demonstrações de respaldo público. Desta forma, as organizações atuam a partir dos movimentos sociais perseguindo não só objetivos coletivos evidentes, como a legitimação dos atores que postulam tais objetivos (Tarrow, 1989: 18).

Definindo a ação no campo político como eixo prioritário, a questão da identidade dos atores sociais permanece, ainda, fora de foco. O centro das análises são as ações estratégicas de grupos no campo político procurando efetivar o prevalecimento de seus interesses. A não referência aos elementos de identidade torna-se um problema na teoria da mobilização de recursos, enfraquecendo suas análises sobre os movimentos sociais. Desconsidera, pois, elementos que seriam substantivos no processo de formação dos movimentos e que não se reduziriam simplesmente à cálculos estratégicos de custo e benefício, visto como decisivos para o engajamento ou não de seus participantes. As teorias menos ortodoxas do modelo da mobilização de recursos assumem o problema, propondo algumas alternativas.

Mesmo incluído com restrições dentro do paradigma da ação estratégica, principalmente por incorporar a noção de solidariedade a partir da teoria dos novos movimentos sociais (Gohn, 1997: 65), Tilly elabora uma crítica à perspectiva do ator puramente racional, que define unicamente a partir de seus interesses os objetivos da ação coletiva, enfatizando as características relacionais entre os atores como base para sua constituição como movimento social, garantida através de uma unidade entre seus interesses (que, nesta perspectiva, corresponderia à uma identidade) (Tilly, 1985: 736). Para o autor, é no processo de interação entre os atores envolvidos em uma determinada mobilização que os próprios significados e o sentido da ação são definidos. Interação estratégica, antes que ação estratégica (Tilly, 1985: 741). Os interesses tornam-se comuns no contexto dos conflitos e negociações que acontecem dentro do próprio processo político. Tilly enfatiza o caráter histórico destes processos sociais mas afasta-se, porém, de um entendimento que os vincularia a processos que operariam em larga escala como portadores de universalidades culturais. (Tilly, 1995: 1601).

Muito embora a teoria da mobilização de recursos ofereça ferramentas para uma análise dos procedimentos de ação das instituições da sociedade civil, esta perspectiva restringe a ação das organizações da sociedade civil à influência na sociedade política (Cohen & Arato, 1992: 504). Mesmo considerando-se as dimensões de identidade e solidariedade como presentes nos movimentos sociais, os teóricos que as percebem o fazem em relação ao sucesso estratégico, o que as torna menos efetivas. Cohen salienta, porém, a impossibilidade de simplesmente adicionar ao modelo da mobilização de recursos categorias próximas às dimensões de identidade ou solidariedade e permanecer ainda nos limites dessa abordagem. Algumas contribuições, no entanto, têm procurado, como mencionado no início deste capítulo, tanto perspectivas interdisciplinares quanto elementos de síntese, relacionando conceitos elaborados pelas duas grandes abordagens em questão.

A discussão a respeito do conceito de *movimentos sociais* e o de *redes de movimentos sociais* têm se mostrado profícua nesta tentativa. Como ambas as dimensões são fundamentais para a formulação, neste trabalho – primeiro, a partir do paradigma da mobilização do recursos; depois, tendo como referência o paradigma da identidade e, por fim, a partir da teoria dual dos movimentos sociais – de um referencial analítico para os fins de investigação empírica a que se propõe, abordaremos estas duas questões a partir de agora,

salientando-se que elas relacionam-se mais com perspectivas de síntese entre os paradigmas do que ao paradigma da mobilização de recursos, propriamente.

Diani argumenta que existem conexões possíveis entre as principais abordagens dos teóricas sobre movimentos sociais, sendo que tendo por base estas conexões seria possível elaborar um conceito aproximativo de movimentos sociais. Analisando as definições elaboradas pelas duas abordagens em questão, trata o autor de diferenciar, em relação ao paradigma da mobilização de recursos, as suas três principais perspectivas teóricas (teoria do comportamento coletivo, teoria da mobilização de recursos e teoria do processo político), elencando, porém, como aspectos comuns enfatizados pelo conjunto das abordagens: primeiro, os movimentos se constituem a partir de redes de interações informais, entre indivíduos e/ou organizações; segundo, a presença de solidariedade e opiniões (crenças) compartilhadas sustentam a possibilidade da ação coletiva; terceiro, as ações coletivas relacionam-se com um contexto de conflito; e, por fim, as ações dos movimentos não se reduzem a um caráter não institucional, pelo contrário, podem inclusive tematizar as rotinas procedimentais da vida social (Diani, 1992: 7, 17).

Os movimentos são vistos como atores coletivos onde organizações, indivíduos e grupos estejam todos envolvidos. Recusa-se uma perspectiva hierárquica, que pontua uma preponderância das organizações mobilizadoras em detrimento dos demais constituintes dos movimentos sociais. Muito embora estas procurem definir suas estratégias e se colocarem como porta-vozes dos movimentos, a idéia de área de atuação um movimento social postula uma dimensão maior de inter-relação entre seus diferentes componentes (Diani, 1992: 7), onde a horizontalidade aparece como proposição para alguns movimentos (Scherer-Warren, 1997).

Entendidos como coletividades em interação, elementos como identidade, solidariedade e crenças comuns tornam-se os fatores que permitem tanto um sentimento compartilhado de pertencimento, quanto referências comuns como base para interpretações e ações, permitindo, além disso, diferenciarem-se do conjunto dos outros atores pelas particularidades que podem assumir. Ressalta-se que tais elementos comuns (quer sejam identidades, solidariedade ou simplesmente opiniões) não implicam homogeneidade. Um espectro bastante amplo de diferentes concepções, inclusive conflituosas, pode estar presente no interior de um movimento social. Fundamentalmente, porém, Diani argumenta que: “as

fronteiras de um movimento social são definidas por uma identidade coletiva específica compartilhada pelos atores envolvidos em uma interação” (1992: 9).

Outro componente central constitutivo dos movimentos sociais apontado por Diani como comum às diversas abordagens é a dimensão de conflito e mudança social na qual os movimentos estão envolvidos. O escopo dessa dimensão pode variar desde perspectivas amplas, assumindo proporções histórico - civilizatórias, como em Touraine, até as que envolvem negociações mais pontuais, desde mudanças orientadas diretamente para a esfera política ou econômica até aquelas que envolvem mudança pessoal. De qualquer forma, as diferenciações relevantes entre orientações políticas e orientações culturais podem ser sinteticamente agrupadas através de uma compreensão mais ampla dos movimentos sociais.

Por fim, uma quarta dimensão refere-se ao caráter não institucional dos movimentos sociais. O caminho inicialmente previsto que iria de comportamentos não institucionalizados para a institucionalização dos movimentos tornou-se mais complexo. O aspecto de estrutura difusa, proporcional à informalidade das interações que o sustentam e do caráter cíclico de suas manifestações são consideradas como propriedades do tipo específico do sistema de interações interno aos movimentos sociais. Suas unidades simples, no entanto, podem variar de organizações vagamente estruturadas até um espectro bastante variado de organizações já consolidadas, como igrejas, sindicatos, etc.

A partir destes elementos, Diani elabora um conceito que se propõe sintético frente às abordagens teóricas predominantes, a saber:

“um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, tendo como base uma identidade coletiva compartilhada” (1992: 13).

Um elemento importante que se desdobra desta definição é que os movimentos sociais não são, propriamente, organizações, nem ao menos de um tipo particular. Não se limitam, também, a uma série de interações informais, tão somente. Fundamentalmente, constituem-se como redes de interações entre diferentes atores, podendo incluir, ou não, organizações formais. Face à pluralidade das instituições possíveis de envolvimento com determinado movimento (o que dependerá, naturalmente, da abrangência ou não dos elementos identitários em pauta), torna-se fundamental perceber como os atores de diferentes orientações voltam-se para a elaboração de uma identidade comum, ao mesmo tempo em que mantêm suas

especificidades e características distintivas (Diani, 1992: 14). Além disso, torna-se necessário estabelecer como, no decorrer das ações dos movimentos, processos identitariamente constituintes se dão, de modo a perceber os movimentos para além de suas simples manifestações publicamente visíveis.

O conceito de movimentos sociais elaborado por Diani incorpora, definitivamente, a noção de redes. Esta, longe de se restringir simplesmente a um conceito teórico ou metodológico para a análise dos movimentos sociais, assume, para o conjunto dos atores sociais, uma dimensão propositiva, referindo-se a uma estratégia particular para a ação coletiva (Scherer-Warren, 1995). De forma genérica, a partir da teoria da mobilização de recursos, rede é entendida tanto como fundamento para a mobilização de recurso (relações interpessoais com conteúdos comuns), quanto como recurso propriamente a ser mobilizado, agora estrategicamente. A teoria dos novos movimentos sociais, por sua vez, vincula redes às identidades coletivas, formadas a partir de relações cotidianas, orientadas para a transformação social, as quais podem adquirir visibilidade e atingir esferas políticas (Scherer-Warren, 1995: 6).

Propondo uma abordagem interdisciplinar e detendo-se na análise da dimensão propriamente político-propositiva do conceito de redes, Scherer-Warren identifica a presença de dois 'pressupostos ideológicos' básicos: primeiro, a ênfase nas possibilidades de relações inter-institucionais democráticas e horizontalizadas, pluralistas e sensíveis às diversidades culturais. Depois, afirma-se a possibilidade da construção de um projeto político fundado na articulação entre o local e o global, entre a dimensão específica, cotidiana e comunitária e a outra, geral, genérica e social (Scherer-Warren, 1995: 9). A forma como os recursos serão mobilizados (horizontalizados, não elitizados), as estratégias organizativas e de ação utilizadas (grau de institucionalidade e descentralização, relação entre cotidiano e formulação política, regulação de conflitos) e seu poder irradiador são dimensões analíticas chave para uma investigação a respeito dos conteúdos propositivos presente na constituição de um movimento enquanto rede (Scherer-Warren, 1995: 9, 10)

Por outro lado, Klandermans articula a noção de redes àquela, já brevemente mencionada, de organizações de movimentos sociais, assinalando que "A existência de instituições e organizações sociais internas é um requisito básico para o desenvolvimento de uma organização ligada a um movimento social" (1992: 175). Tais organizações, a partir dos

vínculos diversos que estabelecem entre si e com os espaços de coordenação da ação dos movimentos, constituem verdadeiras redes sociais (redes multi-organizativas) funcionando como estrutura de apoio para uma ampla gama de movimentos (Klandermans, 1992: 183).

Klandermans divide as redes multi-organizativas em sistema de aliança e sistema de forças em conflito. Através de um sistema de alianças, grupos e organizações dão apoio à organização do movimento social. Tais grupos e organizações podem, inclusive, ser de um movimento distinto daquele com quem, num determinado momento, se vincula. De fato, o autor assinala que as alianças pontuais, que se articulam a partir de questões específicas, são mais freqüentes do que aquelas mais temporalmente estáveis (1992: 178). De qualquer forma, o autor considera que “os sistemas de alianças são indispensáveis para que as organizações possam sobreviver e exercer alguma influência política porque lhes proporciona recursos e oportunidades políticas” (Klandermans, 1992: 178). Recursos, tanto financeiros e de infraestrutura quanto tático-organizativos e ideológicos. Oportunidades, a partir de um incremento nas possibilidades de influir nas decisões políticas, desenvolvendo, inclusive alianças com atores próprios desta esfera (partidos políticos). O sistema de conflitos, por sua vez, opõe entre si organizações, reduzindo recursos e oportunidades e dando lugar a espaços de negociação (Klandermans, 1992: 190).

Um elemento importante constatado por Klandermans, investigando o movimento pacifista holandês, refere-se ao vínculo entre articulações organizativas (redes multi-organizativas) e a múltipla militância, de tal forma que perspassam aos vínculos formais das organizações a atuação múltipla de seus integrantes (Klandermans, 1992: 188).

Referenciando-se nos conteúdos relativos ao primeiro paradigma estudado e nas contribuições sobre redes, um quadro analítico, referencial para a pesquisa de campo, pode ser esboçado. Uma contribuição considerada para a construção deste instrumento é o trabalho realizado por Rodrigues, onde o autor procura “avaliar a plausibilidade, a coerência e a consistência teórica das principais abordagens dos movimentos sociais” (1998: 55). Sendo que, para tal, elenca as seguintes questões como pertinentes a esta avaliação:

“- A natureza dos valores ou motivações que orientam a ação dos movimentos sociais;
 - A lógica (sentido e conteúdo) de coordenação da ação coletiva; - As oportunidades e constrangimentos que definem onde o campo de ação ocorre; - A possibilidade de ruptura de orientações normativas, limites e formas de vida tradicionais vigentes; - A dinâmica de interação, organização e mobilização dos autores coletivos envolvidos; e,
 - O tipo de mudanças produzidas pelos movimentos sociais e seus efeitos.”
 (Rodrigues, 1998, 55).

Estas questões foram organizadas, após cotejá-las com as dimensões analíticas presentes na definição de movimentos sociais proposta por Diani (1992), através das seguintes categorias:

Âmbito de análise	Categorias Analíticas	Conteúdos
Categorias relativas ao ator	Mobilização	Refere-se aos mecanismos sociais/individuais que possibilitam a constituição de ações coletivas particulares
	Coordenação	Refere-se aos procedimentos utilizados que permitem a organização dos diversos elementos que se engajam em uma ação coletiva particular
Categorias relativas ao contexto de ação	Campo de ação	Contexto social a partir do qual o movimento define sua ação
	Oportunidades	Elementos que se apresentam como facilitadores ao projeto de transformação de determinado movimento
	Constrangimentos	Elementos que se apresentam como empecilhos ao projeto transformador de determinado movimento
	Mudanças	Escopo da transformação pretendida por determinado movimento.

Tal instrumento permite, então, a formulação de um primeiro quadro analítico:

Quadro I. Dimensões de análise a partir da teoria da mobilização de recursos.

Âmbito da análise	Categoria	Conteúdo
Ator	Mobilização	Repertório de ações alteram-se em função das mudanças sociais estruturais. Atores coletivos orientam-se a partir de interesses comuns forjados através de processos de interação racional entre os atores (grupos de interesse).
	Coordenação	SMO's: organizações/lideranças que organizam/racionalizam a ação coletiva .
Contexto de Ação	Campo de ação	Civil, pluralista Estrutura de oportunidades políticas: fatores externos que criam oportunidades políticas delimitam o campo de oportunidades e constrangimentos.
	Oportunidades	Conquista da opinião pública. Ação estratégica Redes como recurso estratégico
	Constrangimentos	Limitação de recursos
	Mudanças	Políticas e instrumentais

1.2. A teoria dos novos movimentos sociais como fundamento para a compreensão da dimensão de identidade

Como visto, os movimentos sociais que emergiram fundamentalmente na Europa Ocidental a partir da década de 60 evidenciaram as fragilidades dos modelos sociológicos clássicos para a análise destas que então passaram a ser consideradas novas formas de ação coletiva. Para uma série de autores europeus, a emergência de novos atores sociais, com suas características de descentralidade, horizontalidade institucional e não universalidade⁷, exigiu uma nova posição em relação ao paradigma marxista, onde a primazia das contradições estruturais e o decorrente conflito social entre classes econômicas oponentes, definindo

⁷. A respeito das características de novidade dos movimentos sociais, ver o prefácio de Marilena Chaui ao livro de Eder Sader *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*.

inexoravelmente a classe operária como o sujeito por excelência do processo de transformação social, mostrara-se inadequado como instrumento de análise. Da mesma forma, o paradigma norte-americano, por sua redução da interação coletiva à aspectos utilitaristas e dos conflitos coletivos à jogos estratégicos, negociações e trocas políticas, mostrava-se insuficiente para a compreensão destas novas formas de ação coletiva. (Cohen, 1985: 691; 1992: 510; Gohn, 1997: 121, 126).

Fundando-se parcialmente na noção de integração social, conforme elaborada por Durkheim, e nos conceitos de consciência, ideologia e luta social, principalmente através da re-interpretações daqueles a quem se atribui o título de neo-marxistas (Cohen, 1992: 510), os teóricos europeus colocaram-se como preocupação central os processos de formação de identidade dos grupos que passaram a se constituir, então, como agentes sociais. Ou seja, em face da pluralidade desses movimentos e a insuficiência da concepção marxista de ideologia, compreendida como elemento totalizador e unificador das ações, colocou-se a pergunta: quais haviam se tornado os elementos fundantes e quais processos seriam responsáveis pelos projetos políticos e sociais e pelos repertórios de ação dos movimentos sociais, à medida que esses passam decisivamente a participar dos processos de definição das normas sociais? O 'como' e o 'porquê' da constituição dos movimentos, sinteticamente expressos por Melucci (1985: 792).

Didaticamente agrupados em três grandes blocos - a escola francesa (sendo seu principal representante Alain Touraine); a escola italiana (Alberto Melucci) e a escola alemã (Claus Offe) - inúmeros são os autores que trabalham nesse paradigma e, entre eles, inúmeras as diferenças conceituais (Gohn, 1997: 141). Apesar dessa diversidade de escolas no interior do paradigma, algumas constatações apresentam-se de forma mais evidente, como caracterização geral das preocupações dos teóricos: primeiro, salienta-se que a principal arena para a ação coletiva situa-se na sociedade civil, com ênfase para os processos culturais, em detrimento daqueles estritamente políticos, de caráter instrumental; segundo, os processos enfatizados são aqueles que promovem autonomia e auto-determinação, ao invés das estratégias para maximizar influência e poder; terceiro, enfatiza-se os valores pós-materiais envolvidos nas demandas dos movimentos sociais; quarto, os teóricos tendem a enfatizar os processos de construção das identidades coletivas e identificar os grupos e ações de interesse como estruturalmente determinadas; quinto, enfatiza-se a natureza socialmente construída dos

embates e ideologias, ao invés de uma dedução dessas lutas ou ideologias a partir de um lugar estrutural prévio do grupo social; por último, os teóricos reconhecem uma variedade de redes cotidianamente latentes, promotoras de ações coletivas, relegando as formas organizacionalmente centralizadas como pré-requisito para o sucesso das mobilizações (Buechler, 1995: 442).

Tomando estas como caracterização geral da abordagem, nos deteremos, a partir de agora, nas formulações a respeito da *identidade* relacionadas a Melucci e Touraine. Como uma forma de entrada no tema, apresentaremos antes, porém, a concepção de identidade de Alessandro Pizzorno.

Alessandro Pizzorno desenvolveu o *modelo da identidade pura* (Cohen, 1985: 692). Para Pizzorno, os processos de formação de identidade, em contraposição à ênfase norte-americana na barganha política para efetivar demandas, centrada em ganhos e perdas, envolve *demandas inegociáveis*. Os *novos movimentos sociais*, pela particularidade de suas ações - não direcionadas especificamente ao campo político ou ao mercado, mas, de forma mais ampla, ao social e ao cultural - trouxeram a necessidade de se considerar presente na ação coletiva as dimensões de solidariedade e identidade, ausentes nas análises anteriores dos movimentos sociais. Desta forma, os processos de formação de identidade colocam-se como necessários aos grupos que atuam no campo social, até mesmo como condição prévia para uma possível ação estratégica. Como decorrência, considerar os processos de formação de identidade coletiva é considerar necessariamente a participação direta dos agentes dessa identidade nos espaços onde ela se gesta. Nunca a representação será promotora de uma identidade. Ou seja, para o autor, a identidade é *anterior* a ação política de determinado movimento:

“Antes que o reconhecimento de uma identidade comum pelos outros e pelos próprios participantes esteja assegurada, antes que a solidariedade grupal seja alcançada, a representação, com a confiança que lhe é presuposta, não é possível. Ademais, para o ator coletivo ser capaz de calcular custos e benefícios da ação coletiva e atuar estrategicamente, sua identidade deve ter sido estabelecida. O processo de criação da identidade ocorre através da própria interação coletiva, intra e entre grupos” (Cohen, 1985: 692).

Mesmo abandonando o modelo de Pizzorno de uma identidade absolutamente anterior a qualquer ação estratégica, retém-se sua ênfase na capacidade dos movimentos de constituírem identidades e de envolvê-las nas relações de poder próprias dos processos

sociais. Desta forma, os atores sociais - agentes dos movimentos sociais - atuam na constituição dos elementos formais de construção de uma identidade coletiva que se situariam para além destes atores propriamente. Ou seja, os atores sociais articulam princípios e processos para a participação igualitária e ampla nos processos sociais.

A concepção de identidade de Alberto Melucci amplia e complexifica a noção desenvolvida por Pizzomo. Para Melucci, identidade implica uma reflexividade acerca das normas e valores existentes, e daí, na contestação destas normas e valores; contestação possibilitadora e possibilitada pela formação de novas identidades sociais. Desta forma, considera-se os movimentos sociais como *sistemas de ação*, onde integração e interdependência entre indivíduos e grupos operam como estrutura de uma identidade coletiva, que por sua vez permite a primeira (Melucci, 1985, 792, 793). No processo de organização de um movimento social, na forma de sua estrutura de inter-relação e interdependência tanto entre indivíduos quanto entre grupos e entre estes, a identidade coletiva é construída a partir de processos de relações sociais entre os atores, onde oportunidades e restrições (do meio) são considerados elementos sistêmicos importantes. Identidade coletiva é compreendida, nesta acepção, como: “uma definição compartilhada do campo de oportunidades e estrangimentos oferecidos para uma ação coletiva. ‘Compartilhado’ significando construção e negociação através de um contínuo processo de ‘ativação’ das relações sociais entre os atores” (Melucci, 1985: 793; 1997: 70).

Melucci considera que o campo dos conflitos sociais, na sociedade contemporânea (sociedades pós-industriais), tornou-se fundamentalmente *cultural*. “Os objetivos eminentemente econômicos ou políticos dos movimentos clássicos foram redefinidos por novas contradições, onde ganham destaque os processos de construção simbólica, de formação das identidades sociais e individuais e os padrões culturais para a ação individual” (Melucci, 1985: 796), ou seja, houve uma redefinição dos ‘lugares’ de controle social. Esta mudança do espaço onde se exerce o poder implicou, também, uma redefinição do foco e das formas de ação dos movimentos, de tal forma que seus atores, atualmente,

“possuem, de forma crescente, uma função simbólica; que podemos provavelmente nominar de função profética. Eles são um tipo de nova mídia. Eles não lutam simplesmente por objetivos materiais ou para incrementar sua participação no sistema. eles lutam por objetivos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes para a ação social” (Melucci, 1985: 797)

Assim, partindo da análise dos movimentos pacifistas, Melucci afirma:

“o que está em pauta nos movimentos contemporâneos, e particularmente nas mobilizações pacifistas, é a produção da espécie humana, nos planos individual e coletivo: a possibilidade do homem, tanto individualmente como enquanto espécie, controlar não somente seus ‘produtos’ mas suas ‘ações’, cultural e socialmente (...) O que está em questão é a produção da existência humana e sua qualidade” (1985: 807).

A partir da redefinição do campo de ação e dos objetivos dos movimentos sociais, a própria concepção de movimento social passa a ser repensada. Movimentos passam a serem vistos, por Melucci, como *redes de movimentos* ou *áreas de movimentos*, entendidos “como redes de grupos ou indivíduos compartilhando um campo cultural em conflito e uma identidade coletiva” (1985: 799). Para o autor, esta rede apresentar-se-ia submersa na vida cotidiana, respondendo a ‘chamamentos’ para situações específicas, articulada por determinadas ‘agências’ ou ‘organizadores’ do movimento. Melucci fala de um *modelo de dois pólos*, onde estes seriam *latência e visibilidade*. As mudanças nos *sistemas de significados* são experienciados pela sociedade, de forma mais geral, em sua vida cotidiana, configurando, em relação à possíveis aspectos conflituosos, um ‘período de latência’. Novos códigos, novas práticas e a emergência de novos grupos capazes de publicizar conflitos evidenciados surgem nesse período. Visibilidade é o momento em que os aspectos conflituosos ganham relevância pública, decorrendo *mobilizações públicas* e, como consequência, alternativas são colocadas como possíveis.

Salienta-se, dessa forma, não só o componente normativo da identidade dos movimentos sociais (Cohen, 1985: 694), mas também os elementos organizacionais dele decorrentes.

A relação entre a identidade própria a um movimento e o contexto (social e histórico) onde esse movimento acontece é desenvolvida, porém, de forma particular, na obra de Alain Touraine. Aqui, os aspectos normativos são enfatizados. Touraine entende os movimentos sociais como “interações normativamente orientadas entre adversários que colocam interpretações em conflito e opõem modelos sociais em um campo cultural compartilhado” (Cohen, 1985: 695). Nessa perspectiva, os conflitos sociais são, antes de tudo, conflitos por orientações culturais. As orientações culturais referem-se aos padrões culturais, às instituições e normas implicadas em um determinado contexto social.

Em *Crítica da Modernidade* (1994) Touraine faz da relação entre modernidade e sujeito sua preocupação central. Como uma *orientação cultural* geral da modernidade, o autor identifica uma preponderância da razão (no sentido de racionalidade instrumental), a qual relegou o sujeito a um lugar secundário, condenando-o a mero indivíduo necessário ao desenvolvimento social através do cumprimento de determinados papéis. Identifica-se assim uma “dissociação completa do sistema e dos atores, do mundo técnico e econômico e do mundo da subjetividade” (1994, 13). Ou seja, com a modernidade o ator foi destituído de sua condição de sujeito. Argumenta Touraine que a modernidade, ao sujeitar os indivíduos às necessidades de integração social, retirou-lhes as possibilidades de interferir nas próprias relações sociais em que se inserem; perdendo, assim, suas possibilidades de ator.

“ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente e sobretudo o meio social no qual esta colocado, modificando a divisão de trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais” (Touraine, 1994: 220),

Para Touraine, sujeito e ator tornam-se, então, noções inseparáveis: resistindo à noção do indivíduo reduzido à procura racional de seus interesses, o ator afirma a possibilidade da ação autônoma frente ao exercício de papéis sociais a partir das possibilidades de liberdade que encontra enquanto sujeito. Para ele, “A idéia do sujeito afirma a superioridade das virtudes particulares sobre os papéis sociais, e da consciência moral sobre o julgamento público” (Touraine, 1994: 225).

Aqui entra a concepção particular de sujeito de Touraine e seus desdobramentos para a análise da ação coletiva. A idéia de sujeito vincula-se, para ele, a uma orientação não social da ação, identificando-se com a liberdade e a responsabilidade pessoais. É com o outro que o sujeito vivencia-se enquanto liberdade. Isto significa que esta relação não está pautada por desempenho de papéis nem por uma percepção meramente individual da vivência da liberdade. Ela é vivenciada na espontaneidade da relação com o outro, enquanto possibilidade de realização do desejo. Assim, o engajamento militante possibilita ao sujeito, a partir da presença do outro, ser criador de si mesmo e de uma sociedade nova. O homem, separado da natureza, passa a necessitar da razão e de instrumentos para dominá-la e sobre ela realizar-se enquanto sujeito, o que significa realizar-se enquanto indivíduo produtor de sua experiência individual e de seu meio ambiente social. Porém, com a modernidade, o indivíduo tornou-se cada vez mais um efeito do sistema, constituindo-se não enquanto sujeito mas sim como

indivíduo a partir de papéis sociais constituídos pela divisão técnica do trabalho e pela diferenciação das diversas instituições sociais. O indivíduo somente torna-se sujeito de si mesmo opondo-se à lógica de dominação e ao racionalismo exacerbado.

É, porém, em termos de conflito social que o ator constitui-se enquanto sujeito (Touraine, 1994: 248). Ou seja, no contexto de um campo de conflito objetivamente compartilhado por oponentes, onde conflito pressupõe uma definição clara dos adversários e dos recursos em jogo (Touraine, 1985: 751; Cohen, 1995: 511). Assim, enquanto movimento social, o sujeito só existe, na veiculação de determinado projeto a partir e em direção à um contexto social, contra um adversário identificado (Touraine, 1985: 751).

Touraine, mais do que classificar, apresenta como preocupação propor uma interpretação geral dos conflitos sociais. Essa classificação lhe permitirá, no entanto, uma diferenciação entre os conflitos sociais e, daí, uma caracterização do que ele entende como movimento social. Uma primeira diferenciação diz respeito ao campo para onde se dirigem as ações coletivas: se para os processos organizacionais ou para as instituições políticas, compreendendo o que Touraine entende como os conflitos sociais, ou eixo sincrônico da ação social; ou, se para as orientações culturais de uma sociedade, situando-se nos conflitos históricos, configurando o que Touraine denomina de eixo diacrônico. Touraine diferencia as ações coletivas em relação aos processos organizacionais em defensivos e ofensivos, sendo que esses referem-se à busca competitiva por interesses coletivos, indivíduos ou grupos procuram maximizar seus benefícios, que Touraine identifica como instrumentais; e aqueles que se colocam como proteção contra ameaças frente às identidades sociais, culturais ou políticas, também denominados expressivos. Esses processos não configurariam propriamente, movimentos sociais, antes, podem se enquadrar em um movimento mais amplo. Esta designação está reservada para aqueles processos culturais que não se baseiam simplesmente nos atores sociais e os processos de transformação social se dão muito mais pelos próprios processos de transformação em cursos do que por um ou outro ator em particular. Citam-se nesses casos, as lutas nacionais e os movimentos neo-comunitaristas e também os movimentos que classifica de novos movimentos sociais (Touraine, 1985: 750).

O projeto da modernidade pode ser, neste momento, retomado a partir da inter-relação entre sujeito e razão. Touraine denomina *movimentos culturais* aos movimentos sociais constitutivos da modernidade, os quais realçam um dos dois pólos de orientação da sociedade

(racionalidade ou subjetividade). O individualismo e o liberalismo identificam-se com o movimento cultural que tenta tornar hegemônico, através da produção e do consumo, este amplo processo de predomínio da racionalidade instrumental na modernidade, Movimentos contra-hegemônicos, por sua vez, vincular-se-iam à defesa da subjetivação. Ou seja, para Touraine, o movimento social define-se aqui como “ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito” (Touraine, 1994: 254).

Chegamos, então, à possibilidade de retomar a definição de movimento social elaborada por Touraine: “um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder.” (1994: 253).

Touraine propõe, então, uma substituição do termo *sociedade pós-industrial* por *sociedade programada*, onde esta seria “aquela em que a produção e difusão maciça dos bens culturais ocupa o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial” (1994: 258) e que indicaria uma modificação nos mecanismos de controle social (da administração das coisas para o governo dos homens), trazendo como implicação o desaparecimento dos repertórios dos movimentos sociais da época industrial (desfiles de massa, slogans, violências, idéias de tomada de poder) e o surgimento no âmago dos movimentos sociais, de uma consciência moral relacionada intimamente com a defesa da identidade e da dignidade.

Assim, a ação coletiva volta-se dos temas econômicos para os temas pessoais e morais, mobilizando princípios e sentimentos (Touraine, 1994: 262). O atual contexto de formação de uma sociedade programada permite, desta forma, uma volta à idéia do sujeito. “Na sociedade programada o indivíduo, reduzido a não ser nada mais que um consumidor, um recurso humano, ou um alvo, opõem-se à lógica dominante do sistema afirmando-se como sujeito, contra o mundo das coisas e contra a objetificação de suas necessidade em demandas mercantis” (Touraine, 1994: 265).

Sintetizando, *orientações culturais* de uma sociedade particular referem-se ao conhecimento acumulado desta sociedade, aos modos de produção de sua vida material e as relações que se estabelecem entre o homem e natureza. A produção de tais orientações culturais envolvem conflitos sociais e relações de dominação. A própria sociedade é compreendida neste processo, caracteristicamente instável, produto das relações sociais, das

inovações culturais e dos processos políticos, como o lugar onde relações de conflito entre atores acontece. Esta compreensão mais ampla dos processos políticos opõe Touraine aos teóricos da mobilização de recursos (Cohen, 1985: 699; Cohen & Arato, 1992: 514).

Desta forma, os movimentos sociais são compreendidos como atores capazes de agir desenvolvendo orientações próprias, perseguindo objetivos e gerando normatividades, num campo de relações de poder e de orientações culturais comuns, onde projetos políticos opostos se enfrentam e relações tradicionais de poder são questionadas. Um movimento social não deve ser capaz, simplesmente, de gerar identidade, mas de envolvê-las em relações de poder, estas mesmas geradoras de identidades sociais mais amplas (Cohen & Arato, 1992: 511). Desta forma, os movimentos sociais constituem-se como elementos formadores da vida social, pela produção e superação das práticas sociais, de suas normas e instituições.

O espaço de embate dos atores dos movimentos sociais, a medida que se referem a orientações culturais (normas, valores, etc), é a sociedade civil:

“A sociedade civil, então, é vista [em termos de comportamento de ação social] como o domínio das lutas, dos espaços públicos e dos processos políticos. Compreende o domínio social onde criam-se as normas, as identidades e onde localizam-se as relações de dominação e resistência” (Cohen, 1985: 700)

Fundamentando-se nesta breve caracterização da abordagem dos novos movimentos sociais, elementos relativos ao quadro analítico anteriormente desenhado podem ser destacados, compondo uma segunda referência para a análise do material empírico ao qual se dirige este trabalho:

Quadro 2. Dimensões de análise a partir do paradigma dos novos movimentos sociais.

Âmbito de análise	Categoria	Conteúdos
Ator	Mobilização	Identidade – orientações culturais compartilhadas por um determinado grupo
	Coordenação	Oposição - no campo do conflito o sujeito se define pela consciência de sua oposição a adversários
Contexto de Ação	Campo de ação	Espaço de conflito entre atores normativamente orientados, compartilhando determinado campo cultural e procurando interferir na definição das normas e identidades sociais.
	Oportunidades	Resignificação das experiências coletivas
	Constrangimentos	Individualismo, egoísmo
	Mudanças	Histórico – culturais

1.3. A teoria dual dos movimentos sociais como possibilidade de articulação entre ação estratégica e identidade.

Alguns autores consideram, que apesar de diferenças significativas entre os paradigmas da mobilização de recursos e o paradigma da identidade, inclusive em relação a seus pressupostos, perspectivas de integrar suas dimensões de análises centrais tornam-se fundamentais, tanto em função do estudo de aspectos particulares dos movimentos sociais, fronteiros em relação a ambas dimensões, como para a análise dos movimentos como um todo, onde: “somente através de uma síntese dos elementos discutidos em ambas as escolas é (seria) possível avançar na análise de todas as dimensões chave dos movimentos sociais” (Munck, 1995: 17).

Jean Cohen argumenta que a reformulação da teoria da comunicação, realizada por Jürgen Habermas, disponibiliza os elementos necessários a uma discussão das possíveis complementariedades entre os paradigmas tratados até agora (1985: 705). A formulação de uma teoria dual dos movimentos sociais, construída a partir da distinção habermasiana entre sistema e mundo da vida, tomada em termos de sociedade política e sociedade civil, permite a elucidação do que se constituiria como as dimensões ofensivas e defensivas dos movimentos sociais contemporâneos (Cohen & Arato, 1992: 524).

Habermas, em seu livro *Teoria de la Accion Comunicativa* (1987) propõe-se investigar a relação entre teoria da ação e teoria dos sistemas. Partindo da teoria elaborada por Durkheim, da divisão do trabalho e entendendo esta como uma diferenciação estrutural dos sistemas sociais, Habermas identifica uma diferenciação entre tipos de solidariedade sociais, por um lado, e etapas de diferenciação sistêmica, por outro. Durkheim diferencia as sociedades integradas através de processos de solidariedade mecânica, os quais associar-se-iam às sociedades segmentárias (caracterizadas pelas semelhanças de suas unidades diferenciadas e integradas através de um consenso normativo básico); daquelas integradas por processos de solidariedade orgânica, as quais, por sua vez, associar-se-iam às sociedades funcionalmente diferenciadas (caracterizadas pelo ordenamento hierárquico de elementos sociais de natureza diferente, integradas pela divisão social do trabalho), onde, a mudança de um tipo de solidariedade para outro é uma mudança nas bases da integração da sociedade (Habermas, 1987: 162).

Habermas considera que a partir de Durkheim é possível atentar-se para as relações empíricas existentes entre as etapas de diferenciação sistêmica e as formas de integração social. Tais relações só são possíveis à medida que se possa, também, distinguir ações coordenadas a partir de orientações de seus participantes e ações, ou repertórios de ações, funcionalmente determinadas. Um consenso alcançado comunicativamente e assegurado normativamente produz a integração do primeiro sistema de ação (integração social). A integração sistêmica, típica do segundo sistema de ação, é cumprida através de orientações de ação determinadas *além* da consciência do indivíduo (Habermas, 1987: 167,168).

Assim, Habermas coloca em relação o conceito de *sociedade como sistema* e o conceito de *sociedade como mundo da vida*, propondo “que entendamos as sociedades simultaneamente como sistema e como mundo da vida” (Habermas, 1987: 168). Tal conceito de sociedade distingue então uma racionalização do mundo da vida e uma complexificação dos sistemas sociais.

A partir da diferenciação dos sistemas sociais, Habermas desenvolve o conceito de mundo da vida detendo-se na questão de como o mundo da vida delimita-se a partir das mudanças estruturais da sociedade e como se transforma a medida que tais mudanças se operam (Habermas, 1987: 169).

Antes de prosseguir, porém, convém ressaltar o caráter de *coordenação comunicativa voltada para o entendimento* entre os atores sociais como característica das estruturas do mundo da vida. Tais manifestações comunicativas inserem-se ao mesmo tempo nas diversas relações homem-mundo, baseando-se :

“(...) em um processo cooperativo de interpretação em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo mesmo quando em sua manifestação somente enfatizam tematicamente uma destas três componentes” (Habermas, 1987: 171).

Assim, os entendimentos, com base na obtenção de acordos, são realizados comunicativamente a partir de redefinições de pressuposições frente ao mundo objetivo, ao mundo social e ao mundo subjetivo próprio de cada um, onde o mundo da vida constituir-se-ia em um *plano de fundo* do qual só alguns fragmentos “caem dentro do horizonte de uma situação, constituindo um contexto de ação orientada ao entendimento que pode ser tematizado” (Habermas, 1987: 174, 178); sendo que, desta vez, na forma de um *saber* sendo elucidado. É justamente sobre este saber a ser problematizado que se busca o consenso.

O mundo da vida pode, então, ser representado como “um acervo de padrões de interpretações transmitidos culturalmente e organizados linguisticamente” (Habermas, 1987: 176, 177), sendo que a linguagem e a cultura seriam elementos constitutivos. Este acervo configura-se tanto a partir dos elementos vivenciados de forma não problemática pelo sujeito: “uma rede intuitivamente presente e, portanto, familiar e transparente e, todavia, por sua vez inabarcável, de pressuposições que devem cumprir-se para que a emissão que se faça possa ter sentido” (Habermas, 1987: 186); como a partir de uma rede intersubjetiva, cuja estrutura básica é comum a todos (Habermas, 1987, 187); e de um contexto, por ele próprio delimitado.

Habermas, porém, amplia esta que seria uma dimensão meramente culturalista do mundo da vida (Habermas, 1987, 190), incorporando a sociedade e a personalidade e compondo o que chamou de *elementos estruturais do mundo da vida* (cultura, sociedade, personalidade). Assim, “da mesma forma que as tradições culturais, também as solidariedades de grupos integrados através de valores e de normas penetram na ação coletiva” (Habermas, 1987: 192). Não somente os homens atualizam, através do entendimento, suas tradições e saberes, mas coordenam suas ações criando solidariedade e integração social e, até mesmo, constituem-se como sujeitos - a partir de uma identidade que lhe é própria – destes mesmos processos de entendimento e coordenação de ações. A

manutenção destes processos estruturais de reprodução do mundo da vida se dá através de uma contínua re-interpretação racionalmente consensual dos elementos culturais, da possibilidade de manutenção de relações solidárias interpessoais, reguladas por normas legítimas; e pela manutenção das possibilidades dos indivíduos atuarem autonomamente. Neste contexto, ações orientadas para o entendimento possuem uma função central no processo de reprodução do mundo da vida e de sua diferenciação:

“Quanto mais se diferenciam os componentes estruturais do mundo da vida e os processos que contribuem para sua manutenção, mais submetidos ficam os contextos de interação aos constrangimentos de entendimentos racionalmente motivados, quer dizer, nas condições de formação de um consenso que, em última instância, se baseia na autoridade do melhor argumento” (Habermas, 1987: 206).

Há, então, neste processo, uma racionalização contínua do mundo da vida, a qual pode ser apontada não só através de uma diferenciação dos componentes estruturais do mundo da vida, como também por uma separação de seus conteúdos (produção simbólica) em relação aos elementos de tradição que lhes dão origem e um decorrente aumento de reflexividade destes conteúdos em relação a si próprio (Habermas, 1987: 206, 207). Cohen & Arato apontam esta potencialidade auto-reflexiva do mundo da vida, decorrente de seu processo de modernização, como a primeira das contribuições significativas da teoria habermasiana para o estudo dos movimentos sociais (1992: 524).

A segunda tese fundamental para o estudo da ação coletiva contemporânea decorrente da teoria habermasiana diz respeito aos processos de institucionalização seletiva operado pela modernidade, onde, através de um modelo de sociedade em dois níveis, distingue-se os processo de modernização da economia e do Estado, daqueles operados no mundo da vida (Cohen & Arato, 1992: 525). Para Habermas, o processo de racionalização do mundo da vida não está livre de perturbações. As ações não só são coordenadas através de processos de entendimento, mas, também, por processos funcionais não pretendidos cujos mecanismos sistêmicos criam pautas de ações articuladas funcionalmente a partir de suas consequências. Habermas recusa, a partir daí, tanto uma concepção de sociedade pautada exclusivamente através de integração social como exclusivamente através de integração sistêmica, entendendo que o processo de evolução social se dá através de uma “gradativa diferenciação, não só interna mas também simultânea, entre sistema e mundo da vida” (Habermas, 1987: 216), através de um aumento de complexidade daquele e de racionalidade deste. Evolução, para qual, contemporaneamente, Habermas elabora o seguinte diagnóstico:

“A racionalização do mundo da vida torna possível um aumento da complexidade sistêmica, complexidade que se hipertrofia até ao ponto de os imperativos sistêmicos, já sem freio algum, eliminarem a capacidade de absorção do mundo da vida, o qual fica por estes instrumentalizado” (Habermas, 1987: 219).

Recorrendo a inúmeros estudos antropológicos, Habermas demonstra conexões entre o aumento de complexidade dos sistemas e a progressiva racionalização do mundo da vida. Identifica as sociedades primitivas como aquelas que mais se aproximaram de um mundo da vida homogêneo e coletivamente compartilhado (Habermas, 1987: 221). Este mundo da vida diferencia-se inicialmente a partir dos sistemas de parentesco, assegurado a partir de fundamentos religiosos e permitindo ações coordenadas. Esta diferenciação - segmentária - cria núcleos específicos de relações tanto internamente como com seu entorno. Quando essas relações diferenciam-se através de uma especialização de tarefas subordinadas ao poder de coordenação de um chefe, cria-se uma diferenciação estratificada, ou seja, estabelece-se níveis hierarquizados de poder. Estas estruturas sistêmicas encontram-se entrelaçadas às instituições que permitem integração social.

Porém, adverte Habermas,

“Os mecanismos que servem ao aumento da complexidade do sistema não estão harmonizados a priori com os mecanismos que, através do consenso normativo e do entendimento lingüístico, cuidam da coesão social do coletivo” (Habermas, 1987: 233).

o que permite que se desenvolvam sistemas que possam prescindir de estruturas sociais previamente dadas, complexificando-se através de mecanismos internos de regulação.

Isto acontece com a especialização funcional das atividades relacionadas ao exercício do poder e com sua gradual organização, a qual acaba por assumir a forma do Estado. Este, ancorado em sua institucionalidade e por dispor de mecanismos socialmente legítimos de controle, passa a estruturar a sociedade como um todo. Acontece, também, com as relações econômicas, as quais, através do dinheiro como meio de controle sistêmico, diferenciam-se como sub-sistema - mercado - e reorganizam seu entorno - inclusive o Estado (Habermas, 1987: 241-242),

Neste processo, a integração social do mundo da vida, pela preservação das possibilidades de uma ação orientada para o entendimento, é garantida, então, pela racionalização dos elementos reguladores de conflitos, basicamente, pela moral e pelo direito (Habermas, 1985: 245-247). Esta especialização, porém, é de tal ordem que ambas -

moralidade e legalidade - separam-se: a moralidade fica subscrita à personalidade e a controles *internos* de comportamento e o direito transforma-se em um poder *externo* (Habermas, 1985: 246). Esta autonomização dos componentes sociais do mundo da vida permite à diferenciação que se opera na economia, através do dinheiro, prescindir das normatividades encontradas no mundo da vida e guiar-se por interações entre sujeitos atuando estrategicamente e instrumentalmente (objetivando êxitos). Neste contexto, separados, a moralidade oferece princípios universais a serem utilizados nas relações privadas e o direito apresenta-se como “a única condição normativa que o ator há de cumprir nos âmbitos de ação formalmente organizados” (Habermas, 1985: 252). Separam-se, assim, a ação comunicativa dos elementos normativos de comportamento e, instrumentalizado, o direito - através de mecanismos sistêmico - passa a exercer o controle da ação social (Habermas, 1985, 254).

Uma consequência desta diferenciação entre integração sistêmica e integração social é uma diferenciação tanto em relação à orientação das ações coletivas (para o êxito ou para o entendimento) como em relação aos seus mecanismos de coordenação. Assim, a ação passa a ser coordenada por meios de controles que prescindem da linguagem (dinheiro e poder) e que se formam a partir de generalização do prestígio e da influência como motivadores para a interação.

“O contexto do mundo da vida em que sempre estão inseridos os processos de entendimento tornam-se desvalorizados e submetidos a interações regidas por meios: o mundo da vida já não é necessário para a coordenação das ações” (Habermas, 1985: 259)

Porém, segundo Habermas, a generalização de determinados motivadores para a interação, tais como aqueles baseados na confiança (e não no prestígio e influência), mediados racionalmente pelo saber, permitiria um outro caminho (Habermas, 1985, 259). Aqui, a coordenação da ação efetuar-se-ia através de mecanismos comunicativos voltados para o entendimento e para o consenso, de sorte que não apenas à dominação pelas estruturas sistêmicas fica condenado o mundo da vida, mas o próprio processo de racionalização em que se vê envolvido cria as possibilidades para o desenvolvimento, no seio das instituições da sociedade civil, das bases de sua emancipação.

Este lado duplo das instituições da sociedade civil, ou seja, a idéia de que a racionalização social vinculou determinados desenvolvimentos às instituições da sociedade civil envolvendo não apenas dominação mas também as possibilidades de emancipação

configura a terceira tese habermasiana fundamental para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos (Cohen & Arato, 1992: 525).

Habermas, em seu *Teoria da Ação Comunicativa*, pontua dois papéis fundamentais para os movimentos sociais. Primeiro, os movimentos são vistos como os elementos dinâmicos nos processos de aprendizagem social e de formação de identidade, onde, a partir da relação entre tradições culturais e formas emergentes de socialização, constituem-se os atores capazes de transformar em prática social estruturas de racionalidades que apresentavam-se até o momento como latentes, podendo dar forma, dessa maneira, a novas identidades sociais e novos padrões normativos. Um segundo papel refere-se às possibilidades, a partir de seus projetos democratizadores, de revitalizar a esfera pública, envolvendo as instituições sociais (Cohen & Arato, 1992: 527). Este entendimento, porém, reduz os movimentos sociais a um caráter unidimensional, qual seja, a centralidade dos movimentos estaria em sua capacidade de aperfeiçoar as possibilidades da própria modernidade, através da radicalização de sua dimensão comunicativa. Desta forma, o conjunto dos movimentos cujas potencialidades situar-se-iam mais propriamente no campo cultural - os chamados *novos movimentos sociais* - caracterizar-se-iam pelos seus aspectos defensivos, quais sejam, o de proteger e democratizar a infra-estrutura comunicativa da vida cotidiana, restando, para os movimentos ofensivos, a possibilidade de uma reforma institucional da modernidade, através da ênfase de suas potencialidades emancipatórias. Neste último caso, para Habermas, situar-se-ia apenas o movimento feminista, o qual, através de sua política de inclusão e da ênfase na garantia de direitos conecta-se a uma luta por princípios morais universais, agudização dos princípios mesmos da modernidade (Cohen & Arato, 1992: 528).

Cohen & Arato, porém, a partir da reconstrução que operam sobre a teoria social em dois níveis de Habermas, onde incluem tanto a articulação do mundo da vida com os espaços da sociedade civil, quanto as possibilidades desta demandar e influenciar os sistemas político e econômico, ampliam a perspectiva dual de análise dos movimentos sociais elaborada por Habermas. Recusam, primeiro, a dualidade decorrente de uma perspectiva unidimensional de transformação social, propondo, em seguida, que se compreendam os movimentos sociais, simultaneamente, como defensivos e ofensivos. Ou seja, ambas as dimensões seriam constitutivas dos movimentos sociais. Segundo os autores, o aspecto 'defensivo' dos

movimentos envolve a preservação e o desenvolvimento das estruturas comunicativas da vida cotidiana, decorrendo disso tanto uma redefinição das identidades e normas em pauta, como um desenvolvimento das formas associativas, a partir de uma ênfase comunicativa, onde, incremento de processos democráticos e horizontais seriam uma consequência. Decorre, além disso, a necessidade de se assegurar, no interior da sociedade civil, mudanças institucionais que correspondam às novas identidades e normas em desenvolvimento (Cohen & Arato, 1992: 531). Já o aspecto ofensivo relaciona-se com a dimensão dos movimentos envolvida com as esferas sociais da economia e da política. Ou seja, justamente quando os movimentos dirigem suas ações ou para o Estado ou para o mercado, buscando influência e benefícios. Esta dimensão envolve, por um lado, a necessidade de um desenvolvimento organizacional e de objetivos e ações estrategicamente definidas, e, por outro, de uma permeabilidade das esferas sistêmicas às ações dos movimentos⁸.

A transposição do arcabouço teórico exposto acima para o contexto brasileiro têm, entre outros autores, em Sergio Costa (1994, 1995) um importante representante. O autor não deixa de assinalar algumas dificuldades inerentes a esta iniciativa, entre elas, o fato de, nos países com um regime democrático avançado, o conceito de movimentos sociais referir-se a um objeto bastante delimitado, diferente do caso brasileiro, onde apresenta-se como “sinônimo genérico de práticas associativas” (Costa, 1994: 48), o que agruparia uma leque bastante diversificado de ações coletivas.

Costa, em seu estudo realizado sobre os problemas advindos da participação política dos atores da sociedade civil, realizado a partir de experiências de administrações públicas municipais com cunho participativo desenvolvidas em Minas Gerais (Costa, 1995), retoma uma distinção analítica já assinalada pela tradição teórica brasileira entre duas dimensões constitutivas dos atores coletivos, a saber: a dimensão expressiva e a dimensão reivindicativa. Este caráter bidimensional evidencia que os atores coletivos: “ao mesmo tempo em que expressam identidades coletivas, atuam na órbita da intermediação de interesses, portanto, de reivindicações” (Costa, 1995, 63). Estas duas dimensões, porém, repousam em tradições analíticas diferenciadas: na antropologia urbana, a partir da ênfase em estudos sobre a natureza e as dinâmicas internas dos movimentos; e, na sociologia e na ciência política,

⁸ . Esta ampliação das possibilidades dos movimentos sociais é plenamente corroborada e, até mesmo, incorporada por Habermas (ver Habermas, 1997, V. II, 109).

pautando-se nos estudos das relações entre os movimentos e o Estado e os partidos políticos (Costa, 1995: 63).

Costa, porém, propõe um paralelo entre estas duas tradições analíticas e a teoria dual dos movimentos sociais, desenvolvida a partir de Habermas. A dimensão expressiva, ou o lado ideológico, como havia assinalado Cardoso (1988: 376), associar-se-ia à dimensão defensiva, caracterizada pela “criar e alimentar esferas públicas alternativas e restaurar os laços subjetivos que dão contorno a uma comunidade idealizada, ameaçada pela ação do Estado, um ‘nós’ que se constitui em torno de propósitos imediatos comuns” (Costa, 1995: 66). Por sua vez, a dimensão reivindicativa, ou, ainda na diferenciação de Ruth Cardoso, o lado pragmático dos movimentos sociais, associar-se-ia à dimensão ofensiva, ou, aos processos pelos quais os movimentos “colocam em discussão problemas de relevância indiscutível para o conjunto da sociedade” (Costa, 1995: 66), mobilizando e exercendo pressão, a partir destes temas, frente ao Estado.

Na dimensão ofensiva, no entanto, o autor diferencia dois tipos ideais de ação estratégica, quais sejam: estratégias públicas e estratégias negociadas. Através de estratégias públicas, os atores desenvolvem ações de mobilização de opiniões, onde a participação direta dos indivíduos afetos aos assuntos em pauta torna-se condição. Estratégias negociadas referem-se às formas de influenciar os processos decisórios que impliquem troca direta entre os atores envolvidos. As estratégias negociadas podem se realizar tanto através de uma discussão interna ao ator sobre os termos em negociação, através de reuniões ou assembleias, preservando, inclusive, as possibilidades para um eventual recurso à estratégias públicas; como, em detrimento de qualquer decisão coletiva, submetida exclusivamente aos interesses particularistas de um pequeno grupo de indivíduos, acabando por minar a própria possibilidade de autonomia dos atores da sociedade civil (Costa, 1995,68).

Contraponto fundamental às possibilidades de instrumentalização das ações dos movimentos sociais torna-se, justamente, o fortalecimento da dimensão defensiva, o que garantiria seu enraizamento num campo social não sistêmico e comunicativamente estruturado (mundo da vida). Justamente este enraizamento permitiria a autonomia dos movimentos sociais. O espaço fundamental onde este processo assume sua característica propriamente política é a esfera pública. Esfera pública é compreendida como uma caixa de ressonância onde os problemas que se apresentam como publicamente relevantes podem ser

tematizados através do confronto entre diferentes opiniões assumindo a forma de consensos públicos amplos (opinião pública), de tal forma que tais consensos possam chamar a atenção e ser incorporados às esferas de tomada de decisão (Costa, 1994, 43), constituindo-se como verdadeira “instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam, institucionalmente, os processos de formação da vontade política (parlamento, conselhos, etc)” (Costa, 1997a: 182). Frente à esfera pública, os movimentos sociais atuam duplamente, de forma defensiva, a partir da *condensação* de questões publicamente relevantes, preservando e ampliando, desta forma, os espaços comunicativos do mundo da vida e criando esferas públicas alternativas; e, ofensivamente, a partir da *canalização* destas questões para a esfera pública (ampliada) (Costa, 1997b, 10).

No caso brasileiro, a partir dos estudos realizados pelo autor, considerando o contexto particular do processo de democratização de nosso país, a manutenção da autonomia torna-se um elemento fundamental de análise, decorrente da relação entre os movimentos sociais e a esfera pública. Referindo-se à permeabilidade às influências políticas e econômicas dos movimentos sociais, uma consequência possível seria uma instrumentalização das ações destes movimentos. Estratégias negociadas de cunho particularista passariam a nortear as intervenções das organizações, as quais são cooptadas pelos grupos políticos/econômicos locais influentes, abandonando não só estruturas internas de comunicação como qualquer possibilidade de legitimação pública de seus pleitos. Costa assinala este como um problema recorrente, constatando-o principalmente em seus estudos sobre a ‘participação política induzida’ das associações de moradores, onde poucas organizações comunitárias conseguem de fato estabelecer uma correspondência entre a representação dos reivindicações pela população e o fortalecimento de processo de organização. Na maioria das vezes, tais organizações passariam a funcionar como grupos de interesses, beneficiando-se “de ‘relacionamentos clandestinos’ com o Estado e o sistema político, acertando, através de suas cúpulas, acordos (para o apoio político, para obtenção de melhorias e até para vantagens pessoais) que nunca são objetos de discussão pública, nem mesmo no nível do conjunto dos membros da organização”(Costa, 1994: 51).

Um segundo problema diz respeito às possibilidade de criação de esfera públicas ampliadas, através do surgimento de arenas especificamente políticas. Costa identifica, na

produção teórica brasileira, duas diferentes concepções a respeito da esfera pública, sendo elas, “em parte concorrentes, em parte complementares”: uma primeira “ênfatisa o caráter público/publicista presente na idéia de esfera pública (...) [onde os novos atores] buscariam uma ‘redefinição do espaço público e do espaço privado’” (1997a: 182). O foco, nesta perspectiva, é a inter-relação entre espaços micro-sociais e aqueles outros, políticos, mais amplos. A segunda, denominada de institucionalista, relaciona a atuação dos movimentos sociais à possibilidade tanto de espaços institucionais para a expressão e participação política, quanto à criação de garantias legais para tal institucionalidade. Esta especialização da esfera pública garantiria não só o controle da ação do Estado como também intervenções propositivas da sociedade civil. Nesta perspectiva, as limitações institucionais dos movimentos sociais seriam decorrentes de uma arraigada ‘cultura da resistência’, em detrimento do desenvolvimento de uma ‘cultura propositiva’ (Costa, 1997b, 12). Costa identifica nesta perspectiva um confinamento da ação dos movimentos às arenas institucionais, lembrando que

“O caráter diferencial e renovador da ação dos movimentos sociais reside precisamente na sua institucionalidade distinta (mais flexível e informal) e em seu ancoramento nos processos primários de reprodução social. Sua contribuição para o revigoramento da vida pública encontra-se na possibilidade de tornar conhecidas demandas e questões que emergem nas franjas dos núcleos institucionais de discussão e deliberação” (Costa, 1997b: 12)

Destaca-se, desta forma, a necessidade de uma mediação entre os elementos de proposição e resistência, tratados unidimensionalmente pela concepção institucionalista, de tal forma que, “a ‘única base possível de legitimação para a participação das associações civis nos processos de participação política (discussão de políticas públicas, etc) é, exatamente, seu enraizamento nas teias sociais de resistência” (Costa, 1997b: 12). Ou, ainda: “se abandonarem a resistência e **especializarem-se** na proposição, os movimentos estarão abrindo mão de sua própria razão de ser, do pressuposto ontológico de sua legitimação’ (id, 13, grifo meu).

Um terceiro, mas não menos importante, problema refere-se a uma busca, pelos agentes sociais, de instrumentalizar a esfera pública através de uma espetacularização de suas ações. Em uma sociedade onde as massas urbanas estariam cada vez mais à mercê da influência dos meios de comunicação, principalmente da televisão, estes consistiriam em importante recurso a ser utilizado para a formação de uma opinião pública favorável a determinados pleitos dos movimentos sociais. Ações simbólicas e grandes manifestações

transformam-se em eventos que buscam colocar os movimentos como objeto dos noticiários jornalísticos.

Muito embora constate os riscos de um esvaziamento das possibilidades comunicativas da esfera pública, a partir de sua espetacularização, Costa argumenta que tais iniciativas não envolveriam todo o escopo da esfera pública, já que sua existência ancora-se, justamente, no cotidiano dos atores envolvidos, o que lhe investiria substância e credibilidade (1997b: 8).

A teoria dual dos movimentos sociais, abre, através de um detalhamento dos riscos inerentes à ação dos movimentos, justamente as possibilidade de avaliação, tanto de seu ancoramento social, que lhe garantiria legitimidade, como dos processos de instrumentalização de suas ações.

Desta forma, considerando os elementos caracterizados a partir da perspectiva da teoria dual dos movimentos sociais, o seguinte quadro analítico é esboçado:

Quadro 3. Dimensões de análise a partir da teoria dual movimentos sociais.

Âmbito de análise	Categoria	Conteúdo
Ator	Mobilização	Elementos identitários constituídos através das necessidades percebidas a partir do mundo da via
	Coordenação	Comunicativa e/ou estratégica
Contexto de Ação	campo de ação	Ação frente à esfera pública (defensiva/ofensiva)
	Oportunidades	Ampliação e democratização da esfera pública
	Constrangimentos	Estratégias particularistas
	Mudanças	Culturais / Estratégicas

Capítulo 2

Infância e Adolescência Marginalizada: Atores Sociais, Cidadania e Formação Política

Assinala-se, correntemente, a década de 80 como o período de reorganização dos movimentos sociais no Brasil, associando-se este fenômeno ao processo de democratização de nossa sociedade e ao contexto internacional, nas décadas anteriores, de ampliação da afirmação dos direitos de cidadania. Entre a diversidade de movimentos surgidos na época, ganhou força a defesa articulada dos direitos da infância e da adolescência em situação de marginalização social. Setores da igreja católica, do Estado e da sociedade civil, junto com intelectuais e jornalistas, colocaram em debate, naquele momento, a situação de exclusão social vivida por milhares de crianças e adolescentes, inicialmente através da denúncia das faces mais visíveis da situação: o internamento de crianças simplesmente pela sua condição de pobreza, a constante violação dos mais básicos direitos individuais em instituições públicas, a violência constante nas ruas praticada pelas polícias militares e por grupos de extermínio, a prostituição como último recurso de sobrevivência para crianças e adolescentes. Tendo como referência o panorama internacional de revisão das práticas destinadas à infância marginalizada, expresso principalmente através de algumas normativas da Organização das Nações Unidas e apoiando-se em experiências alternativas desenvolvidas por vários programas de atendimento do País, as práticas destinadas às crianças pobres tanto pelo Estado como por organizações civis passam a ser questionadas. A diversidade dos atores então envolvidos assim pode ser descrita:

“agentes que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, em instituições públicas e particulares, integrantes de ONGs, sindicatos, movimentos populares, partidos políticos e Igrejas; técnicos de entidades e instituições governamentais; advogados e membros do Ministério Público; jornalistas; e técnicos e assessores de entidades, organismos oficiais e ONGs internacionais” (Gohn, 1995: 25).

Porém, não obstante revelassem estes atores inúmeros pontos de confluência, à sua heterogeneidade correspondeu uma diversidade de práticas destinadas ao enfrentamento da questão, expressão, todas elas, de projetos políticos e matrizes discursivas próprias (Sader, 1988: 142-3). Retomar as práticas destes atores, tendo como referência suas concepções de

infância, torna-se central para, naquelas, localizar o espaço da ação propriamente educativa e, em particular, a construção, nestes últimos anos, no interior do movimento, de processos educativos voltados para o exercício da cidadania e, mais propriamente, para aqueles destinados à formação política.

Neste capítulo, interessa-nos, propriamente, as concepções dos atores envolvidos com a infância e adolescência empobrecida, como tais concepções articulam ações particulares e em que medida se desdobram destas ações processos de formação política. Enfatiza-se, sobretudo, que determinadas concepções sobre infância e adolescência e suas práticas decorrentes tornam-se preponderantes, num determinado contexto social, tanto a partir do conjunto de valores culturais em determinado momento histórico como a partir dos processos políticos que os legitimem (Pilotti, 1995: 24). Com efeito, as práticas formativas que particularmente nos interessam são aqueles que articulam estas duas dimensões: ao mesmo tempo em que expressam concepções particulares a respeito da infância e adolescência, relacionam-se com a atuação de seus formuladores no espaço social e político procurando efetivar tais concepções.

Diversos autores assinalam uma divisão na história da atenção a infância marginalizada em períodos nos quais determinadas concepções de infância se destacariam, engendrando práticas particulares de atenção a esta população quando, para cada etapa, determinados atores apresentar-se-iam como preponderantes. Tais práticas se sobreporiam sem, contudo, excluírem-se, permitindo, hoje, uma pluralidade de atores e projetos em cena.. Pilotti assim diferencia as etapas de desenvolvimento das práticas de assistência a infância: “a) predomínio da caridade e filantropia; b) consolidação do sistema jurídico-administrativo; c) fortalecimento da alternativa não-governamental” (Pilotti, 1995: 35-6). Sudam, por sua vez, detendo-se na experiência européia de atenção à criança infratora, diferencia os seguintes modelos: a) modelo filantrópico; b) modelo de proteção; c) modelo de direitos (Sudam, 1997, 71-96) . A estes, a partir da experiência brasileira, Del Priore (1991) acrescenta, anterior ao modelo filantrópico, o modelo caritativo. Tendo como referência esta diferenciação de modelos de concepção de atenção à infância, uma diferenciação dos atores pode ser melhor precisada. Assim o faz Faleiros:

“Nas relações entre Estados, entidades, grupos e atores privados alguns agentes se destacaram no processo de formulação de políticas para a infância e adolescência, numa combinação e confrontação de estratégias repressivas, assistencialistas e defesa dos direitos da criança. Os principais são destacados nos seguintes:

- a) Grupos religiosos, principalmente de congregações estão presentes no controle de asilos, casa de correção, internatos, com ênfase para o setor católico. Protestantes e espíritas vêm ampliando sua atuação.
- b) O movimento higienista, com destaque na Velha República, se manifesta na defesa da inspeção do corpo e do meio para preservar a higidez da raça e do indivíduo.
- c) Advogados, juizes, desembargadores, com destaque para a constituição dos tribunais de menores e dos códigos, trazem propostas e articulam ações no sentido de controlar as ameaças, a vadiagem, a delinquência de crianças e intervir no pátrio poder.
- d) Através das delegacias e órgãos, os agentes policiais se destacam na repressão à perturbação e à suspeita de perturbação da ordem.
- e) Inúmeros atores sociais designados como filantropos, se propõem a socorrer o abandono físico e moral, com forte presença de mulheres, primeiras damas, associações filantrópicas.
- f) Embora os técnicos institucionais se dividam entre diferentes perspectivas, boa parte deles se inscrevem nos processos de controle burocrático e atuação pedagógica integradora e corretiva.
- g) O movimento de denúncia, de defesa de direitos, de construção de alternativas de cidadania, incluindo propostas para a educação formal, para a educação de rua, para o controle social das políticas, vão se tornando agentes importantes de pressão para a mudança das políticas sociais para a infância.
- h) Os políticos colocam a questão da infância seja no contexto de interesses mais amplos de defesa da raça, da nação, da indústria, do liberalismo, seja na política miúda dos interesses particularistas de pequenos grupos e instituições.” (Faleiros, 1995: 94-5).

A recuperação das concepções, estratégias e práticas políticas dos diversos atores que estiveram em cena em cada período histórico relaciona-se com o desenvolvimento dos enfrentamentos entre estes atores para a definição das políticas públicas para a assistência social e com o contexto social e político que em cada época específica os circunscreviam. Nestes enfrentamentos, a preponderância de uma ou outra concepção dependerá, em grande medida, das possibilidades de seus atores articularem suas concepções e desprenderem delas ações sociais e políticas precisas.

2.1. Atores sociais e infância empobrecida – matrizes históricas

2.1.1. Da catequese à caridade: os primórdios da atenção à infância.

Os Jesuítas e, depois, outras congregações religiosas, deram início ao que hoje podemos caracterizar como os primórdios da atenção à infância pobre no Brasil. Em um processo que se estendia a praticamente toda a América Latina, a missão da Igreja articulava-se à estratégia dos estados ibéricos de não só ampliar os territórios sob influência de seus reinados convertendo os povos nativos em súditos mas, fundamentalmente, evangelizar estes povos tornando-os cristãos, isto em oposição ao avanço das religiões reformadas do norte e leste da Europa. Como fundamento a esta missão, as noções de inocência e pureza, presentes na concepção religiosa de infância, constituem a criança como terreno fértil para os ensinamentos religiosos, tábula rasa onde, devidamente assegurada a proteção contra as tentações e o pecado - sem prescindir, naturalmente, dos castigos corporais - nada se oporia à conversão cristã. Tornam-se elas, então, o objeto privilegiado da ação evangelizadora da igreja. Assim, as primeiras *casas dos muchachos*, fundadas a partir de 1554 no Brasil pelos Jesuítas⁹, reuniam crianças índias e mestiças, chamadas *órfãos da terra*, e se lhes ensinavam a ler e a escrever e se lhes catequizavam. Em 1585 a Companhia de Jesus já havia fundado três colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) e cinco Casas (Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente, São Paulo). Diferente das casas, que se sustentavam com esmolas, os colégios já inauguravam forma recorrente de financiamento à assistência à infância no Brasil: recebiam dotações específicas do Estado, no caso, da Coroa Portuguesa (Arantes, 1995: 183). Desta forma, através das casas e colégios, por mais de 200 anos ficaram os jesuítas responsáveis pela educação dos índios, mestiços e órfãos portugueses e brasileiros.

No século XVIII, o abandono de crianças assume proporções maiores do que nos tempos anteriores, evidenciando-se como um fenômeno social particular. O aumento da indigência tanto em torno das grandes propriedades rurais como nas cidades, que, à época, passavam a agregar contingentes maiores de população, traz como consequência uma

⁹ . O Padre Manuel da Nóbrega funda, em 1554, na capitania de São Vicente, a Confraria do Menino Jesus, primeiro colégio de catecúmenos do Brasil, destinado à órfãos portugueses e mestiços da terra. (Mary del Priore, 1992: 20).

impossibilidade cada vez maior das famílias cuidarem de seus próprios filhos. Inicialmente deixadas às portas das igrejas, passaram a ser abrigados por instituições especificamente para isto criadas, que passam a utilizar sistematicamente o dispositivo da 'roda' como mecanismo de recolhimento das crianças. Assim, nesta época, surgem as primeiras irmandades de atendimento a crianças órfãs e abandonadas¹⁰. As casas de misericórdias, que então destinavam-se ao atendimento da saúde, passam, também, a se dedicar à assistência à infância. Esther Arantes elenca alguns dos motivos recorrentes para o abandono de crianças nas Rodas:

“para que os senhores pudessem alugar as escravas como amas-de-leite; para proteger a honra das famílias, escondendo o fruto de amores considerados ilícitos; para evitar o ônus da criação de filhos das escravas, em idade ainda não produtiva; pela esperança que tinham os escravos de que seus filhos se tornassem livres, entregando-os à Roda; ou apenas para que os recém nascidos tivessem enterro digno, já que muitos eram expostos mortos ou adoecidos” (1992: 192).

Acrescenta a autora, ainda, a orfandade causada pelas inúmeras epidemias de febre amarela, cólera e varíola, que dizimavam famílias inteiras.

A Roda permaneceu como método de ingresso dos abandonados nas instituições de caridade até 1935, na Bahia, e 1948, em São Paulo (Arantes, 1992: 191). Já as irmandades existem até hoje. Desta forma, no âmbito da ação da igreja, a ação especificamente evangelizadora dá lugar à intervenção caritativa.

“ (...) a maioria das congregações religiosas que se estabeleceram na América Latina era formada por missionários e missionárias de origem européia, que, além de seu desconhecimento inicial dos costumes locais, tinham a tradição da assistência à chamada infância desvalida caracterizada pelos seguintes traços: o internamento em instituições denominadas asilos, utilizados como principal ferramenta de intervenção; a miséria associada a formas de vida de perigo moral, logo perigosa para a formação das crianças ; a atenção dirigida preferencialmente para menores de 12 anos, inspirada em uma proposta pedagógica orientada para a formação para o trabalho de baixa qualificação” (Faleiros, 1995: 36).

Neste contexto, a partir de meados do século XIX o Estado passa a definir, de forma mais consistente, sua atuação frente à infância pobre, até então restrita a esporádicas

¹⁰ . As primeiras irmandades foram a Irmandade de Santa Ana, em Vila Rica (1730) e o Seminário de Órfãos São Pedro, no Rio de Janeiro (1739). O ineditismo, no Brasil, do uso da 'roda dos expostos' coube, porém, à Casa dos Expostos da Bahia (1726) e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1738). A 'roda' consistia em um dispositivo cilíndrico, com um dos lados vazados que, rodando, permitia, no anonimato, entregar para o interior das instituições crianças que se queriam abandonar (Mary del Priori, 1992).

destinações de recursos, os quais, junto às doações particulares, garantiam o financiamento do atendimento, realizado pela Igreja. No âmbito da legislação, em 1830, a primeira lei penal do Império - o Código Criminal - define a responsabilidade penal a partir dos 14 anos. Nos anos posteriores, decretos específicos concedem isenção de impostos, criam loterias e normatizam o ingresso de meninas para determinados estabelecimentos de atendimento; criam escolas públicas, regulamentam o ensino primário e secundário e definem provisões necessárias para crianças indigentes frequentarem escolas. Em 1871 decreta-se a ‘Lei do Ventre Livre’, pela qual os filhos de escravos nasceriam libertos, devendo seus senhores criá-los até os 8 anos de idade, quando ou os tornava livres, em troca de indenização paga pelo Estado, ou usufruía de seus trabalhos até os 21 anos. Além da legislação, a partir de 1850 o Estado passa a se fazer presente também no atendimento, quando algumas instituições são criadas¹¹, marcando, com isto, um rompimento com a exclusividade do atendimento pela igreja. Esta ampliação da ação do Estado na área da infância relaciona-se tanto com o aumento já referido da indigência na época, como com o contexto político, marcado pela consolidação da independência do país, através do aperfeiçoamento dos aparatos legais e administrativos, onde estava presente “a preocupação em reprimir a ociosidade como parte inevitável do processo de transformação das relações sócio-econômicas neste período de transição para a ordem capitalista” (Rizzini, 1995: 116). Relaciona-se, também, com o contexto internacional de atenção às classes consideradas perigosas: o receio de uma agitação social obrigava uma revisão das práticas assistencialistas e repressivas, exigindo presença mais ativa do Estado (Sudam, 1997: 80).

A consolidação deste novo perfil de interferência estatal e a emergência dos movimentos jurídico e sanitarista constituirão os novos atores de mais uma etapa da atenção social à infância.

¹¹ . Em 1584 cria-se o Instituto Imperial de Meninos Cegos e em 1855, o Instituto de Meninos Surdos. Em 1873 cria-se o Asilo de Meninos Desvaídos e, dois anos mais tarde, o Instituto Profissional João Alfredo (Arantes, 1992: 195).

2.1.2. De desvalido a menor: juristas, médicos e o estado.

Se a criança a quem se destinava a atenção assistencialista da igreja era a abandonada e a caridade sua justificativa mais forte, a atuação do Estado será exigida por médicos e advogados, e novas justificativas se farão presentes.

Grosso modo, a partir da década de 20, uma articulação a partir de médicos higienistas passou a postular, de forma mais enfática, uma intervenção frente à infância tendo como referência o controle da saúde, a serem viabilizados, fundamentalmente, a partir dos organismos estatais de saúde pública (com centralidade para a Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública) (Rizzini, 1995: 59). Tal intervenção encontrava-se em consonância a uma tendência internacional: o Primeiro Congresso Panamericano da Criança, realizado em 1916, em Buenos Aires e os congressos seguintes (1919, em Montevideo; 1922, no Rio de Janeiro) constituíram-se em espaços de condução dos programas para a infância tanto no Brasil quanto nos demais países latino-americanos, acompanhados através de encontros locais, como o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1920. (Faleiros, 1995: 33). Tais programas materializavam-se através de projetos específicos de atendimento e por alterações na legislação.

A prática higienista demarca uma profissionalização na atuação frente à infância e adolescência, fundamentada numa atuação técnico-científica, de caráter médico. Par tal intervenção, as noções que se colocavam com centralidade eram a de raça e degenerescência. Postulava-se a necessidade de formação de gerações de famílias sadias através, basicamente, de práticas de puericultura, de higiene e do reforço aos bons costumes morais. Tanto medidas educativas, motivadoras dos bons hábitos (como o combate ao alcoolismo, às doenças venéreas e às anormalidades de caráter), quanto profiláticas, impedindo a 'procriação defeituosa' (Faleiros, 1995: 198).

Para a criança pobre, já em situação de abandono, o recolhimento é visto, então, como medida sanitária por excelência. Recolher significa tanto retirá-la de um ambiente social degradado, propiciando um lugar adequado para o cuidados necessários para a recuperação de sua saúde, sua moralidade e seu bem estar, quanto impedir que sua presença degrade os ambientes sociais sadios (Faleiros, 1995: 201).

A ação higienista sobre a criança pobre procurava, sobretudo, salvaguardar as condições de saúde da sociedade, daí a necessidade do internamento. A intervenção é eminentemente técnica, buscando-se uma higiene física e moral. Esta centralidade da internação proposta por médicos higienistas encontra correspondência em um movimento concomitante de outro grupo social especialmente atento em relação à infância pobre: os juristas.

A atenção jurídica pela infância pobre havia se restringido até o final do século XIX, de forma geral, aos aspectos relativos ao encaminhamento para o trabalho, ao recolhimento dos abandonados e à repressão dos delinquentes, dando-se basicamente através de decretos que instituíam programas de trabalho juvenil, dotações para entidades de recolhimento e idade limite para a inimputabilidade penal (Rizzini, 1995: 104 e ss). A associação entre delinquência e meio social, formulada tanto por médicos sanitaristas como por juristas conceituados, a partir das primeiras décadas do século XX, traz como consequência a preocupação em reprimir a ociosidade, aperfeiçoar a moralidade e punir os delinquentes. A atenção à infância pobre será então, a partir daí, dicotomizada entre a atenção à infância abandonada e atenção à infância delinquente. Tal preocupação assume formas mais sistemáticas principalmente através de sua regulamentação legal. A primeira tentativa de um projeto específico sobre a a infância e adolescência pobre, ao qual se sucederá uma série de decretos e projetos de lei, foi o apresentado à Câmara dos Deputados, em 1906, por Alcindo Guanabara, que regulamentava a situação da infância 'moralmente abandonada' e delinquente¹². Tal busca por uma regulamentação jurídica encontrará, porém, sua forma mais acabada em 1927, no primeiro sistema de lei específico sobre a infância e adolescência no país, o Código de Menores, conhecido como Código Melo Mattos.

Tantos as leis anteriores como o Código de Menores apontavam para um afastamento do tratamento anterior meramente penal, através da criação de juizes e

¹² . A título de exemplo, somam-se ao projeto de Alcindo Guanabara, entre outros, o decreto N. 6.994 de 19 de junho de 1908 incentivando a criação de colônias correccionais e o projeto apresentado em 1912 por João Chaves à Câmara dos Deputados determinando 'providências sobre a infância abandonada e delinquente' (Rizzini, 1995: 122).

tribunais especiais para os 'menores'. Em contrapartida, o 'juiz de menores' passava a exercer uma sobre a criança em situação de abandono ou delinquência e sobre sua família

Decretos e criação de institutos tinham como objetivos recolher crianças em situação de abandono ou delinquência, partindo-se para isto de cuidadosas classificações, buscando-se tanto a prevenção quanto a regeneração (Rizzini, 1995: 122). A legislação apontava para um

“O movimento jurídico, social e humanitário, que tornou possível a criação de uma legislação especial para menores, veio ao encontro a esse objetivo de manter a ordem almejada, na medida em que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuíam para o progresso do país” (Rizzini, 1995: 134).

Nas palavras de Mello Mattos, conceituado jurista da época, citado por Rizzini: “Desse movimento humanitário e social resultou que para os menores delinquentes foram adotadas medidas de segurança e proteção destituídas de todo caracter penal, revestidas de caracter tutelar, educativo e disciplinar” (1995: 135).

A partir da década de 30, o Estado brasileiro assume posições intervencionistas mais precisas, definindo sua atuação em diferentes espaços da vida social: cria o Ministério do Trabalho e regulamenta a organização e a atuação sindical e o conjunto das relações trabalhistas. Cria, também, uma série de órgãos que coordenarão as políticas de educação (Conselho Nacional de Educação, criado em 1931) e assistência social em abrangência nacional (Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938; Departamento Nacional da Criança - DNCr, criado em 1940; Serviço Nacional de Atendimento a Menores - SAM, criado em 1941; Legião Brasileira de Assistência Social - LBA, criada em 1942). Através deste caráter centralizador e intervencionista, o Estado consolida, agora em relação ao atendimento, sua atuação frente à infância e adolescência empobrecida, já esboçada nas décadas anteriores, a partir da consolidação de legislações específicas e cria, pela primeira vez, as condições para uma intervenção no âmbito nacional. A atuação frente à criança empobrecida situa-se dentro das estratégias de atuação frente às classes populares: cooptação através de aparatos assistenciais aliados à repressão.

Dos anos quarenta até finais da década de 60, a expressão do modelo assistência/punição se efetiva com maior rigor. Toda ação se concretiza a partir de instituições repressivas (SAMs) e assistências (LBA e a rede de entidades a ela conveniadas espalhadas por todo o país). O SAM absorve a série de instituições repressivas até então existentes e que funcionavam de forma descentralizada. O DNCr, por sua vez, junto com a LBA, articula as instituições e assistência, tanto de âmbito público quanto privado (os Serviços de Obras Sociais, a ação social de paróquias e associações ligadas a Igreja, as creches, desenvolvidas diretamente pela intervenção da LBA ou com seu apoio).

“Devemos entender, portanto, a criação simultânea do Departamento Nacional da Criança e do SAM, como os meios utilizados pelo Estado para concretizar a proposição de trabalhar a questão da ‘menoridade’ na lógica do pão e palmatória. A dicotomia assistência/punição se concretiza em órgãos e burocracias” (Pereira Junior, 1992: 19).

Será a partir da década de 60 que a preponderância da ação regulada pelo Estado e a exclusividade deste modelo assistência/repressão começará a ser questionado. Motivados pela elaboração e incentivo aos métodos de desenvolvimento comunitário, trazidos pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância, instalada no Brasil em 1948) e pela FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura), como forma de enfrentamento às condições de miséria da população, a necessidade da descentralização e da participação passa a ser incorporada por algumas organizações sociais, inclusive por setores da igreja. Desenvolve-se, a partir desta década, iniciativas de valorização da vida comunitária e de desenvolvimento da autonomia. As próprias mudanças em relação à orientação política estatal, afrouxando o autoritarismo e desenvolvendo ações que, por seu caráter popular (como a os projetos de educação de adultos realizados no início dos anos 60), possibilitaram um campo propício ao questionamento da atuação estatal centralizada. A aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos da Criança coloca-se, também, como um instrumento para a contestação da violação extrema dos direitos humanos. A denúncia nos meios de comunicação da violência e precariedade do atendimento nos SAMs criavam um contexto de oposição à este modelo de atendimento. No início dos anos 60, a Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro, juristas, jornalista e políticas passam a questionar a atuação dos SAMs. Este movimento, porém, é surpreendido em seu início pelo golpe militar e pelas novas formas que assume o

Estado brasileiro, naturalmente, com decorrências profundas para a ação frente à infância empobrecida.

A reformulação do sistema de atendimento à infância, porém, é completado no primeiro ano do regime autoritário. O processo iniciado em fins do governo Goulart, de extinção do SAM é encampado pelo Ministro da Justiça do governo de Castello Branco, destacando-se aqui a atuação da ASA (Faleiros, 1995: 74). Em novembro de 1964 é aprovado pelo Congresso Nacional, a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), com orientações diferenciadas daquelas até então vigentes. A FUNABEM, órgão autônomo administrativa e financeiramente, postula em seu projeto de assistência a integração do 'menor' à comunidade, o incentivo às iniciativas locais e a autopromoção das comunidades, considerando-se o internamento como último recurso (Rizzini, 1995: 151). A visão da criança como 'menor', ameaça social, cede lugar à criança carente e abandonada. As práticas assistencialistas aparecem com maior ênfase em relação às punitivas. "Nesta perspectiva, se reforça a visão de que o estado de abandono e delinquência seria decorrente da pobreza e desestruturação das famílias dos 'menores', devendo ser estas o principal alvo da ação" (Pereira Junior, 1992: 20).

Porém, prevaleceram nos anos seguintes, as medidas repressivas que caracterizaram a Política de Segurança Nacional.

"É fundamental notar que a mudança de uma estratégia repressiva para uma estratégia integrativa e voltada para a família tem um novo ordenamento institucional dentro de um governo repressivo, que, por sua vez, fará reverter os propósitos educativos e integrativos do novo órgão" (Faleiros, 1995: 75).

Tal ordenamento se dá através de regulamentações legais que recrudescem a ação frente à infância pobre (em 1967, a inimizabilidade penal cai de 18 para 16 anos), assumindo cada vez mais um caráter repressivo punitivo. Fundamentalmente, os juizes de menores se colocavam como os atores principais do debate que se colocava a respeito da intervenção estatal frente à infância pobre. Neste momento, é clara a contraposição de duas posições em debate, polarizadas no eixo Rio-São Paulo: a partir do Rio de Janeiro predominava uma posição rigorosamente jurídica de atendimento à criança, que enfatizava a intervenção direta do juiz no controle das situações sociais; a partir de São Paulo,

predominava uma proposta de redução da ação do juiz e que entendia as situações de abandono e delinquência como frutos de uma estrutura social injusta. Muitos argumentos foram elaborados em mais de 20 anos de debates, pesquisas e publicações sobre o tema, articulados, basicamente pelas Semanas de Estudo do Menor, organizadas desde 1948 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Esta visão está em consonância com um movimento internacional do direito, que reforçavam uma revisão no papel dos juízes dos menores, enfatizando a ação junto a família e à comunidade, a salvaguarda dos direitos da família e da criança e uma concepção de criança como sujeito de direitos e não objeto de intervenção do Estado (Rizzini, 1993: 156). As propostas de revisão do Código de Menores elaboradas pelos Juízes de São Paulo, porém, dão lugar, em consonância com o clima da época, à aprovação de uma nova lei para a infância que não só enfatizava o papel intervencionista do juiz e do Estado como enfatizava a situação de periculosidade social da criança pobre. Gesta-se, nos finais da década de 70, a doutrina da situação irregular, incorporada na Lei 6.679 de 1979, o 'novo' Código de Menores';

A partir do 'código de menores' considera-se que a irregularidade da situação social em que se encontram as crianças e adolescentes criaria as condições de marginalidade e de infração. O 'menor' é definido em situação irregular quando privado das condições essenciais de subsistência, saúde e educação, ou seja, quando em condições de pobreza, sendo os pais ou responsáveis, os causadores desta situação de irregularidade (Pereira Junior, 1992: 21).

Basicamente, a Doutrina da Situação Irregular postulava:

“De acordo com esta teoria, a criança e o adolescente interessavam ao mundo do Direito quando em situação reveladora de patologia social, por isso entendendo-se situação de abandono, de carência, de vitimização, e de infração penal. Essa teoria, portanto, pressupunha uma visão estreita da ordem social, como sendo uma totalidade articulada de ações integradas entre si, incompatível com a desobediência civil, com os comportamentos 'desviantes' às normas julgadas dominantes e universais para todos os cidadãos, independente de suas diferenças sociais e culturais” (Adorno, 1993: 107).

A nova lei representa um grande retrocesso em relação aos direitos das crianças empobrecidas. O Código institui a prisão provisória, podendo ser a criança detida mesmo não tendo cometido alguma infração penal, só por estar 'em vias de fazê-lo'. A função do

juiz é consideravelmente ampliada, podendo determinar medidas sociais, pedagógicas e administrativas, em relação às unidades de atendimento (Rizzini, 1993: 159).

A FUNABEM contava com unidades de atendimento em vários dos Estados brasileiros (as fundações Estaduais de Bem Estar do Menor – as FEBEMs). Tais fundações operavam segundo a doutrina e a fundamentação técnica da FUNABEM. O periódico *Revista Brasil Jovem* divulgava e legitimava o pensamento norteador da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM).

2.1.3. De menor a cidadão: a ação da sociedade civil.

Nem a legislação de 1979 nem as instituições que dela decorreram serviram para alterar o atendimento à infância pobre. Pelo contrário, avolumavam-se críticas ao sistema: à rede de corrupção no qual estava envolvido, aos desmandos e à violência contra os internos de suas unidades. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação da FUNABEM, em 1976, conhecida como CPI dos Menores, já havia evidenciado o fracasso do modelo.

Uma série de experiências comunitárias de atendimento à criança empobrecida, em sua grande maioria desenvolvidas a partir da ação da igreja, no decorrer da década de 70 (tais como a República do Pequeno Vendedor, em Belém do Pará; a atuação da Pastoral do Menor em São Paulo e de seu programa de ‘educação social de rua’ e, também em São Paulo, a atuação do Movimento de Defesa do Menor) colocam-se como contraposição à alternativa institucional de atendimento desenvolvida pelo Estado e à situação de violência que estavam submetidos os internos. As atividades articuladas a partir do Ano Internacional da Criança e do Adolescente, em 1979, colocam tais iniciativas em evidência. Tais iniciativas, face ao descalabro da atuação da FUNABEM e como tentativa de revisão de sua própria atuação, são articuladas, a partir de 1982, através do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do Governo Federal e da UNICEF (Santos, 1995: 67).

O Projeto Alternativas permitiu a troca de experiências em relação ao atendimento e a formulação de um entendimento comum a respeito da situação da criança empobrecida .

“Aquele intercâmbio, inicialmente assistemático, passa a ser extremamente facilitado e a ganhar agilidade e sistemática através de estágios, seminários, treinamentos, visitas a programas e da publicação de livretos, cartilhas e jornais que abordavam relatos de experiências, consideradas como referência, discussões/debates sobre o trabalho e geração de renda, educação social de rua, escolarização de meninos de rua, gerenciamento de programas, etc. A cada evento realizado, as avaliações ressaltavam e afirmavam a necessidade de uma maior integração entre as pessoas que trabalhavam na mesma causa” (Schlichting, 1997: 29).

A partir desta articulação, cria-se, em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, “primeira rede organizada em âmbito nacional que traz a perspectiva de defesa dos direitos” (Santos, 1992: 22), como possibilidade de superação das práticas assistencialistas e repressivas. Articula-se, também a partir de 1985, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, formada por setores municipalistas e a Pastoral do Menor, já existente desde 1978, que se dissemina por entre as várias paróquias da Igreja Católica (Santos, 1992, 22). Com o processo constituinte, a partir da necessidade de superação do marco legal repressivo postulado pelo Código de Menores, articulam-se as campanhas ‘Criança Constituinte’, com a participação da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), Sociedade Brasileira de Pediatria, Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e ‘Criança – Prioridade Nacional’, que desencadeou grande mobilização para coletas de assinaturas e a apresentação ao Congresso nacional de uma emenda popular. Desta mobilização resultou o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, modelo de organização da sociedade que se repetirá em praticamente todos os estados brasileiros, a partir da década de 90.

Resultado de ampla mobilização social, o Estatuto da Criança e Adolescente, sancionado pelo Presidente da República em 13 de julho de 1990 significou uma profunda alteração em relação ao entendimento social sobre a infância empobrecida, em relação ao tratamento jurídico dado à questão e em relação às políticas públicas e a organização estatal de atendimento aos direitos da criança. Fundamentalmente, rompe-se com o perspectiva ‘menorista’ do Código de Menores, discriminaliza a pobreza e enfatiza a garantia dos direitos de uma população cujas carências até aquele momento eram respondidas ou com assistencialismo ou com repressão.

As mudanças trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente podem ser sistematizadas em quatro pontos: mudança de concepção de infância e adolescência, onde a visão de criança objeto de intervenção (considerada em situação irregular, pelo Código de Menores) é substituída pela de criança sujeito de direitos (a serem garantidos através da doutrina da proteção integral); mudança de forma de gestão do atendimento e da garantia dos direitos (gestão participativa); mudança em relação ao próprio conteúdo legal (ênfase nos aspectos sociais do problema da marginalização infanto-juvenil, sobrepondo-se aos especificamente jurídicos) e, por último, mudanças em relação ao método de atendimento (descentralizado, com ênfase para a municipalização).

A criação do Estatuto implica, então, uma nova forma de abordar a questão da infância pobre. A centralidade que teve a participação popular na definição do marco legal repercutiu nos mecanismos que foram definidos de gestão pública dos direitos da criança e do adolescente, assegurando-se através de conselhos deliberativos (os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente) a participação comunitária, via entidades da sociedade civil. Desta forma, o organizativo passa a ser, ele mesmo, um foco de intervenção, inclusive em relação às crianças e adolescente, que são chamadas a participar como sujeitos dos processos instituintes de seus direitos.

2.2. A Educação Popular como matriz para os novos fundamentos pedagógicos.

Os anos 70 assistiram não só a entrada em cena de novos atores sociais tematizando a assistência à infância e adolescência pobre como também a revisão das velhas práticas educativas destinadas a esta população. Além disso, a emergência de tais atores definiu um campo de atuação frente à infância pobre completamente diferente do até então colocado como possível. Se antes limitavam-se à atuação direta de atendimento e à denúncia de violação de direitos, a mobilização para a definição das concepções que se colocarão em voga e a própria efetivação destas concepções através da participação direta na formulação de políticas e programas, deixa de ser espaço restrito para especialistas e passa a ser reivindicado tanto por programas de atendimento quanto por diferentes agentes de defesa dos direitos como uma nova forma de retirar a população infanto-juvenil de sua condição de marginalização. Se nas décadas anteriores, quase exclusivamente médicos e juristas

articulavam os espaços próprios para definir e concretizar suas concepções de infância e adolescência (através, por exemplo, dos congressos pan-americanos da criança e de suas concomitantes versões nacionais), a partir dos anos 70 serão os mais diversos atores sociais a organizarem os espaços de discussão a respeito da superação da condição de violência a que se vê submetida parcela significativa da população infanto-juvenil brasileira.

Assim, procedimentos mais sistemáticos passaram a organizar os atores engajados na garantia dos direitos da criança e do adolescente. O *Projeto Alternativas* foi a primeira experiência de uma articulação nacional de grupos não ligados às categorias médica ou jurídica tematizando especificamente o atendimento à criança pobre, postulando uma intervenção pautada na participação de amplos setores sociais. Como decorrência, as mobilizações pelas emendas populares na Constituição de 1988 foi a primeira ação significativamente ampla destes atores e que demandava também amplos esforços organizativos.

Talvez uma das consequências mais significativa da incorporação desses novos atores seja que a infância pobre deixa de ser meramente objeto de atenção assistencial, médica ou jurídica, e passa a se tornar uma questão política. Tais atores, sobretudo, reivindicam a participação na elaboração das políticas destinadas a esta população.

Além das significativas mudanças trazidas por estes atores em relação à prática pedagógica de atendimento direto à infância empobrecida e marginalizada, tais agentes passam a gestar procedimentos educativos voltados para a sua própria organização enquanto atores sociais e para a efetivação de seus projetos políticos, agora elaborados em torno das noções de cidadania e da criança como sujeito de direitos.

Para a constituição destas ações, duas contribuições tornaram-se significativas. A incorporação dos princípios e métodos pedagógicos da educação popular e dos instrumentos elaborados a partir dos processos de formação política realizados no interior de grupos ligados à igreja progressista, das entidades de assessoria popular e do mundo sindical, este último, porém, com menor ênfase.

A educação popular foi fundamental para a criação de novas práticas pedagógicas para o atendimento direto com crianças e adolescentes, particularmente aquelas em situação

de rua. Deste referencial, as práticas pedagógicas incorporaram a noção do educando como sujeito de seu processo de aprendizagem, o processo pedagógico vinculado a um projeto de transformação social e a realidade como ponto de partida para a ação pedagógica (Freire, 1977, 1983). Uma primeira sistematização deste processo foi a publicação *Educação Social de Rua*, resultado de um seminário envolvendo educadores de rua e o educador Paulo Freire, em 1985. Tais procedimentos incorporam o organizativo como processo pedagógico. Educar inclui a educação para a cidadania e esta envolve o exercício para a participação política. O I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília em 1986, dá início a um ciclo no qual educadores, meninos e meninas tornam-se, num processo pedagógico, co-responsáveis pela defesa organizada de seus direitos.

Esta nova dimensão da intervenção, nitidamente política, traz a necessidade de uma qualificação do espaço pedagógico, agora transformado em espaço de construção e manifestação coletiva da autonomia.

Se, a partir da educação popular, os princípios pedagógicos são enfatizados, o acúmulo a partir da formação política desenvolvida por centros de assessorias populares (Instituto Cajamar, Instituto Sedes Sapientiae, Instituto 13 de Maio, entre outros) permitia a incorporação de novos procedimentos formativos, que enfatizavam, principalmente a necessidade de ações planejadas, a necessidade da continuidade e da sistematicidade da ação formativa, a necessidade do registro e da sistematização, entre outras.

A interlocução que determinados atores do Movimento de Defesa da Criança e do Adolescente desenvolviam com estes centros permitiu incorporar, então, às suas práticas pedagógicas nos procedimentos, principalmente aqueles voltados para a intervenção estratégica.

2.3. A defesa dos direitos da criança e do adolescente em Santa Catarina.

Em Santa Catarina, a história da atenção à infância pobre e o surgimento do Movimento de Defesa dos Direitos Criança e do Adolescente desenvolvem-se em consonância com o processo desencadeado no resto do país. Até a década de 70, o

atendimento à criança pobre era realizado por instituições assistenciais vinculadas a grupos religiosos e o atendimento a infratores pelas instituições criadas pelo Estado com este fim, como o antigo Abrigo de Menores, localizado em São José, vinculado ao Serviço de Atendimento ao Menor. São exemplos do atendimento religioso em nosso Estado a atuação de algumas irmandades que praticamente desde o início do século cuidavam da atenção aos desvalidos e órfãos, como o Lar São Vicente de Paula, em Florianópolis, mantido pela Irmandade do Divino Espírito Santo e o Orfanato, em Lages, mantido pela Irmandade Nossa Senhora das Graças.

A partir da década de 80, iniciativas comunitárias, a partir de setores da classe média e de setores progressistas da Igreja Católica, no bojo do processo de democratização, abrem possibilidades de práticas de atendimento distintos das até então em voga¹³. Acompanhando o processo nacional, alguns grupos se uniram na crítica ao Código de Menores e na busca de alternativas ao atendimento às crianças e adolescentes. A partir de 1984, alguns educadores passam a participar dos *semitágios*¹⁴ organizados pelo Projeto Alternativas Comunitárias. Neste período, a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM) realiza quatro seminários estaduais sobre *Menor e Violência Urbana*, abordando tanto os aspectos jurídicos quanto pedagógicos da questão (Moraes, 1997, 60). Esta instituição mantinha, para o atendimento às crianças em situação de infração penal o Centro Educacional São Lucas, no município de São José, e o Centro Educacional São Mateus, em Lages. A partir de 1985, articula-se, em Florianópolis e Chapecó, núcleos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Ação Social Arquidiocesana desenvolve, por volta de 1987, a um programa de educação social de rua. Em 1987, a partir de uma articulação entre a ASA, o MNMMR, a FUCABEM, o escritório estadual da FUNABEM em Santa Catarina e o Juizado de Menores e a Polícia Civil, produziu-se uma cartilha sobre ‘meninos de rua’ e um vídeo (*‘Feliz a Nação que Ama e Protege seus Filhos’*), possibilitando o início de uma articulação entre estes agentes. Tais articulações

¹³ . Maristela Fantin salienta a importância da atuação de setores da igreja católica vinculados à teologia da libertação para a organização comunitária em Chapecó, Lages e Joinville. Em Florianópolis salienta a importância do trabalho desenvolvido pela Congregação das Irmãs Fraternidade Esperança, que “apoiadas pela Sociedade Alfa-Gente, instalaram-se nas favelas da capital e região, optando por viver de forma concreta a opção pelos pobres, através do trabalho com crianças de 0 a 6 anos, e com outros tipos de trabalho na saúde, etc” (1997: 168).

¹⁴ . Atividades de formação onde seminários e estágios aconteciam concomitantemente.

não impediam, no interior do movimento que então se gestava, oposições a partir de questões específicas: em 1989, a ASA e o MNMMR produzem o documento '*ASA e MNMMR denunciam maus tratos na FUCABEM*', denunciado a violência contra crianças e adolescentes praticadas nesta instituição (Schlichting, 1997: 53). Neste mesmo ano, o processo *Criança Constituinte* envolve um número significativo de organizações sociais, tendo sido coletado em Santa Catarina um número significativo de assinaturas e resultando uma forte articulação, que será a base para a participação na constituinte estadual, envolvendo

“um núcleo de mobilização, em torno do qual gravitavam diversas pessoas e organizações ligados à questões específicas. Neste grupo destacaram-se a participação de Francisco do Amaral e Silva (na ocasião, Juiz de Menores em Blumenau e integrante, no nível nacional, do grupo de relatores do ECA), Elizabeth Anderle (Professora Univesitária e, em 1990, superintendente estadual da FUNABEM), Pedro Caetano de Carvalho (Advogado, então Coordenador Regional da FUCABEM em Blumenau e integrante da Escola de Pais do Brasil, Dilmar Sell (Padre, articulador do MDCA na região serrana do estado) e Sandra Schlichting (Educadora da Ação Social Arquidiocesana e uma das fundadoras do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua)” (Moraes, 1997: 59).

A mobilização pela lei estadual dá origem ao Fórum Estadual das Entidades não-Governamentais de Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço que será articulador das ações da sociedade civil. A lei, propriamente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), órgão formulador da política estadual para a infância e adolescência, garantindo-se, em sua composição, a participação das entidades da sociedade civil. Os anos que sucedem a criação do CEDCA caracterizaram-se por uma busca de implementação deste órgão e pela atuação frente à constituição dos conselhos de direitos e dos conselhos tutelares nos diversos municípios do Estado. Desta forma, até praticamente 1995, o Fórum Estadual torna-se praticamente o único espaço de articulação das organizações do Movimento de Defesa da Criança e do Adolescente em Santa Catarina.

A partir de 1996, articula-se, através de uma iniciativa do Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina (DRT), o Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil, o qual, através dos seminários estaduais contra o trabalho infantil, congregam organizações públicas e da sociedade civil para o debate sobre esta forma de violação dos direitos. Surgem, também, novos atores (o Comitê Catarinense pela Erradicação do

Trabalho Infantil) e novos espaços de articulação e ação política. Mais recentemente, articula-se o Fórum Estadual pelo Fim da Violência e Exploração Sexual, através de uma iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina. Também nestes anos mais recentes, o CEDCA dá início ao seu processo de regionalização, como forma de ampliar a participação das organizações das diversas regiões do estado na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (realizada em 1997).

2.4. A defesa dos direitos da criança e do adolescente e processos de formação política em Santa Catarina

De uma forma geral pode-se dizer que, com exceção das inúmeras atividades que se articularam, nos primeiros anos desta década, em função do processo de alteração do marco legal regulamentador da ação pública frente à infância e adolescência, até pouco tempo, ações formativas produzida no interior e pelos atores sociais voltados para a defesa dos direitos da criança e do adolescente se davam de forma fragmentada ou pontualmente articuladas.

Entre 1989 e 1994, aproximadamente, a Ação Social Arquidiocesana articulou os *Encontros Esportivos das Comunidades*, espaços destinado ao lazer e à educação para a organização das crianças e adolescentes das comunidades empobrecidas da região da Grande Florianópolis. A partir de 1992, a Secretaria Estadual da Família percorria os diversos municípios do Estado dando orientações técnicas sobre a formulação das leis municipais para a infância e adolescência e sobre a criação dos conselhos de direitos e tutelares, principalmente para prefeituras e órgãos públicos. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, através de algumas parcerias pontuais realizou o curso de formação para conselheiros de direitos, que desenvolveu junto com a ASA em 1995, e os cursos de formação de educadores, desenvolvido em Lages (1994) e Joinville (1996) em parceria com as prefeituras municipais destes municípios. Outros atores, como o Núcleo da Criança, da UDESC, a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar/Santa Catarina, entre outros, também desenvolveram, neste período, atividades significativas no campo formativo.

Dentre os inúmeros agentes que participam deste processo de articulação política, organizando ações formativas, nos deteremos, a partir de agora, na análise de algumas ações formativas específicas, gestadas a partir de algumas *organizações mobilizadoras* Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina, particularmente, nas experiências desenvolvidas pela Cáritas Diocesana de Lages, de formação de Agentes Cáritas Comunitárias; na experiência do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Rio do Sul, de formação regional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; na experiência de formação multiplicadora desenvolvida pelo MNMMR e na experiência de formação de educadores comunitários, desenvolvida pela ASA.

A escolha destas entidades e destas ações formativas justifica-se, primeiro, por se tratar de organizações reconhecidamente relevantes no processo de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciado pela contínua participação em espaços típicos para a atuação do MDDCA a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, como os conselhos e fóruns. Depois, pela tradição das entidades em questão em relação ao desenvolvimento de ações formativas. E, por último, pela necessidade de circunscrever o objeto desta pesquisa a experiências que tivessem impacto regional ou estadual, além de desenvolverem suas atividades de forma continuada e sistemática.

2.4.1. Cáritas Diocesana de Lages

Caracterização da Instituição e de seus Objetivos

A Caritas é um organização da Igreja Católica, fundada em 1950 e organizado em cerca de 150 países do mundo, com o objetivo de atuar em situações emergenciais, tendo sua sede em Roma. No Brasil, foi fundada em 1956, pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, inicialmente com os objetivos de articular, em âmbito nacional, as obras sociais de inspiração católica e de executar, através destas obras, a distribuição de alimentos feita pelos Estados Unidos da América, através do programa *Aliança para o Progresso*. Com a extinção deste programa e a partir de uma crítica já existente desde 1966, as Cáritas reorientaram suas atividades, centrando-se em ações de desenvolvimento comunitário, de caráter assistencialista. É a partir de 1980 que um nova atuação se formula:

“Nas duas primeiras fases, não se tocava nas estruturas da sociedade, nem se pleiteava suas mudanças. Nesta fase (terceira fase), passa-se a ter uma visão da sociedade como algo em conflito. A pessoa é alguém sujeito de direitos. É alguém que se une com os demais de sua classe, de sua comunidade, para lutar por esses direitos e pela justiça, na redistribuição dos bens dessa terra. Na perspectiva da caridade libertadora, as pessoas, como sujeitos de direitos, vão conquistando comunitariamente a própria cidadania” (Cáritas, 1998, subsídio no 1, 4, grifo no original)

A Cáritas, no Brasil, organiza-se através de uma diretoria e de um secretariado nacional, com sede em Brasília-DF. É composta por oito secretariados regionais e congrega 119 entidades membros, entre Cáritas Diocesanas, Arquidiocesanas e entidades afins. Bi-anualmente realiza sua assembléia geral.

A Cáritas Diocesana de Lages, foi fundada em 1969. Com a revisão da atuação a partir do programa *Aliança para o Progresso*, a Cáritas de Lages revê, a partir de 1984, sua atuação. A partir de 1988 orienta sua ação para o enfrentamento à situação de marginalização social da infância e adolescência na região serrana de Santa Catarina. Em 1994 elabora o Plano Convida, que organiza esta atuação (Cáritas, subsídio no 1, 6,7).

A Cáritas Diocesana de Lages organiza-se através de uma diretoria, eleita em assembléia geral, e de uma coordenação administrativa. Da assembléia geral participam entidades, grupos organizados e pessoas associadas à Cáritas.

A Cáritas atua na região serrana de Santa Catarina, compreendendo 23 municípios, mesmo espaço geográfico da diocese de Lages, onde vivem cerca de 350.000 pessoas. A região é marcada pela decadência econômica e pelo empobrecimento de sua população. Conta, porém, com uma presença atuante do Estado:

“Em Lages, devido a forte política social, o migrante encontra nos 83 bairros da cidade, ao menos um posto de saúde, uma escola, transporte urbano adequado, pavimentação nas ruas pelo menos nos acessos principais ao bairro; encontra entidades assistenciais promovendo campanhas eficientes em favor das crianças e adolescentes. Encontra, também, um organizado movimento social que busca promover e apoiar, principalmente os mais empobrecidos, como por exemplo, o Movimento de Luta pela Moradia. Os migrantes, não por raras vezes, conseguem até terreno para morar” (Cáritas Diocesana, 1997, 5).

Porém, este modelo de assistência social vêm dando mostras de arrefecimento:

“A Cáritas Diocesana, preocupada com o desenvolvimento sustentado, equilibrado, e buscando continuamente a integração dos trabalhadores, percebe que as iniciativas adotadas em Lages devem ser interiorizadas” (Cáritas Diocesana, 1997, 2).

Assim, a organização vêm se reordenando para esse fim, investindo na organização comunitária, tendo os municípios menores e mais precários como prioritários. Investe-se na organização de Cáritas Comunitárias, Fóruns e Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

O Fundamento do Projeto Político

A *Caridade* fundamenta a ação das Cáritas Comunidade. A caridade realiza-se através do amor ao próximo. Assim, através da realização deste mandamento, a própria fé desabrocha. Conforme a filosofia da entidade, é através da caridade que surge, entre o povo cristão, o sentimento de comunidade e uma nova forma de ação, promocional:

“se resgata muito a questão da caridade, que foi aquela, realmente, de passar comida, que foi um dos princípios que a Cáritas exerceu durante muito tempo, repasse de comida. A caridade assistencial. Depois a libertadora e hoje a promocional. Realmente, não adianta nos irmos lá, dar o caderninho para elas, e pronto. É a promocional mesmo, você tem que receber o caderno, que você não tem, mas você realmente dá frutos na escola, e isto depende de você. Por mais que você receba tudo na mão, você não vai na escola e você não aprende, a consequência é para você. Então, eu acho que é se busca muito isto, de realmente entender o que é cáritas. O que é caridade. Para não ser apenas assistencialismo. (...) Por que a gente pode correr o risco muito fácil de ser assistencialista. É mais fácil a gente dar um jeito de arrumar um saquinho de comida e levar lá, do que tentar realmente que esta pessoa saia desta condição para uma melhor” (Entrevista I).

A busca de uma condição social melhor está, porém, vinculada a uma participação efetiva na transformação social, que assume não só a educação para os valores cristãos mas também a educação para uma intervenção a partir dos mecanismos de transformação colocados pelo contexto político atual, com ênfase para a participação em conselhos e fóruns.

As Ações Desenvolvidas pela Entidade

A Cáritas define como estratégias para sua atuação a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais, religiosas ou não, buscando implementar propostas que proporcionem perspectivas de vida para a região serrana; a proposição de políticas de desenvolvimento sustentado que privilegiem a implantação de micro e pequenas empresas; a ênfase na municipalização tanto da definição das políticas sociais públicas como de suas execução; o apoio prioritário aos espaços participativos de formulação de políticas públicas (tais como conselhos da criança e do adolescente; da assistência social; da agricultura; da saúde; do trabalho e renda e dos direitos da mulher), sendo, porém, o conselho da criança e do adolescente considerado prioritário; a constituição de Cáritas Comunitárias, a partir da formação sistemática para agentes Cáritas; a criação de fóruns municipais e regionais, “espaços privilegiados de encontro de todas as forças sociais, em torno de objetivos comuns. São espaços bem organizados, mas não institucionalizados” (Cáritas Diocesana, 1997, 7); e, por último, a criação do Fórum Pastoral Social (criado em maio de 1996, congregando 37 entidades, para, duas vezes por ano, avaliar atuação enquanto igreja).

Tais estratégias foram articuladas a partir de um plano de ação, desenvolvido desde 1994 com o aporte financeiro da MISEREOR, denominado Plano Convida, tendo como objetivo: “Contribuir articuladamente com as organizações governamentais e não governamentais, no processo de formação de novos agentes sociais, a partir da realidade da criança e do adolescente na ‘região serrana’, construindo a cidadania” (Cáritas Diocesana, 1997, 1).

Colocam-se, para este plano, como metas prioritárias:

Meta 1: acompanhar 2.400 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na região serrana, em relação ao ingresso, permanência e acompanhamento à escola, através de atividades extra-escolares; à redução da violência e dos maus tratos; e, à eliminação da desnutrição infantil;

Meta 2: contribuir na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes empobrecidos da região serrana, buscando: diminuir em 10% a evasão escolar no ensino fundamental; diminuir em 5% a mortalidade infantil, desnutrição, violência e maus tratos; identificar e apoiar projetos de desenvolvimento para a região, a partir do FORDIS (Fórum Regional para o Desenvolvimento Integrado e Sustentado da Região Serrana); apoiar sistematicamente conselhos, escolas, entidades governamentais e não-governamentais a implementação do ECA/LOAS (Cáritas Diocesana, 1997, 14).

Para tal, desenvolve-se os seguintes programas:

1. Educação para a Convivência Familiar e Comunitária;
Projeto 1 – Formação de Agentes Cáritas e de Cáritas Comunitárias;
Projeto 2 – Crianças e Adolescentes Cidadãos, Construindo o Novo Milênio
2. Políticas de Desenvolvimento;
3. Políticas Sociais;
4. Administração e Finanças;
5. Emergências. (Cáritas Diocesana, 1997, 15)

O programa 1, através do projeto 1, procura desenvolver núcleos de Cáritas Comunitárias, através da formação sistemática de agentes Cáritas. Nesses espaços se gestaria a organização comunitária. O projeto 2 busca, através de um evento, dar viabilidade à luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. Tem como objetivo imediato, realizar, em dezembro de 1999, em Lages, um grande encontro “envolvendo, no mínimo, 15.000 crianças e adolescentes, para (...) comemorar, celebrar caminhada até aqui realizada; (...) animar o povo serrano e convidá-lo a construir o início do novo milênio, com ‘fartura de pão e de beleza’ para todas as crianças e adolescentes” (Cáritas Diocesana, 1997, 17).

O programa 2, através de seus projetos específicos, procura realizar ações de desenvolvimento sustentado para a região, através de assessorias de capacitação e do apoio

a projetos específicos (*Empresário da Periferia; Mini-projetos Alternativos*, entre outros) e da participação no FORDIS (Fórum Regional para o Desenvolvimento Integrado e Sustentado da Região Serrana)

O programa 3 refere-se à atuação direta e ao acompanhamento aos instrumentos de garantia de direitos da criança e do adolescente, envolvendo a implantação de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente e dos conselhos tutelares; o acompanhamento a estes conselhos; a articulação com o projeto *A Sociedade Civil Acelerando o Passo* (desenvolvido na região serrana em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e a formação para conselheiros.

Os Programas 4 e 5 referem-se à organização interna da entidade (administração e finanças) e à organização e execução de ações emergenciais, envolvendo, estas últimas, o apoio a grupos ou a pessoas em situação de emergência natural e social e a conscientização comunitária para a solidariedade (concretamente, coordena-se feira de roupas, socorro médico e de alimentação e apoio ao movimento de moradia).

A implementação destes programas pode ser acompanhada através das seguintes ações:

O Programa I previa, no projeto inicial, a criação do Grupos Comunitários de Atendimento (Comitês da Vida), os quais não foram implementados. A partir de maio de 1996, os Comitês da Vida passaram a ser denominados Cáritas Comunitárias (*‘o nome Cáritas é mais conhecido, atraindo as pessoas e criando confiança no trabalho’*). Tais núcleos desenvolvem-se a partir de uma perspectiva de autonomia jurídica e financeira. Já estão funcionando 13 Cáritas Comunitárias. O objetivo é formar, até o ano 2.000, 30 Cáritas Comunitárias. Tais grupos são acompanhados sistematicamente, através de reuniões de estudos e de debates sobre seus encaminhamentos. Há, ainda, atividades de articulação das ações entre as Cáritas. Entre outras atividades envolvendo as Cáritas comunitárias, realizou-se: encontros de Cáritas Comunitárias de 4 municípios, com candidatos a prefeito, propondo ações em relação à infância e adolescência; encontros paroquiais, de conscientização em relação à infância e adolescência (envolvendo, nos últimos anos, em torno de 800 pessoas); a construção de 3 centros comunitários; a distribuição de material de saúde; e, a construção, pelas Cáritas Comunitária Cidade Alta, a partir de um terreno da

Prefeitura Municipal de Lages de um local para se desenvolver ações com crianças e adolescentes.

Os agentes Cáritas (voluntários) participam em alguns dos conselhos municipais da criança e do adolescente dos municípios da região serrana, em alguns dos conselhos tutelares, nos conselhos municipais da assistência social, em associações de moradores e associações de pais e professores e no Conselho da Condição da Mulher, em Lages¹⁵.

Participam, também, dos fóruns de qualificação profissional, desenvolvidos a partir do Programa 2, da própria Cáritas (envolvendo em torno de 200 pessoas);

Elabora-se, também a partir das Cáritas Comunitárias, da coluna *Construindo a vida: repórter Cáritas*, apresentada mensalmente no jornal diocesano 'A Caminhada', que possui uma tiragem de 8.000 exemplares.

As Cáritas Comunitárias realizam, ainda, visitas às comunidades, distribuição de material educativo sobre saúde e participam de mobilizações por reivindicações específicas de serviços (como o acompanhamento à mobilização para a instalação de luz no conjunto habitacional Gralha Azul, envolvendo 30 famílias). Desenvolvem, também, acompanhamento direito a cerca de 700 crianças e adolescentes, visita à famílias para atendimento médico/psíquico à vítima de maus tratos (13 famílias) e encaminhamento de adolescentes para cursos profissionalizantes (150 adolescentes). Realizaram, também, denúncia sobre condição de vida das famílias serranas, que influenciaram a criação de projetos de geração de renda.

A partir da assessoria feita pela Cáritas Diocesana, elaborou-se subsídios específicos para o processo formativo das Cáritas Comunitárias: 'Como fazer uma reunião'; 'Como fazer um plano de trabalho'; 'Caridade e Filantropia'; 'Modelos de Estatutos'; Dimensão jurídica e secretarias das Cáritas Comunitárias'; 'Pesquisa e Convivência', entre outros. O trabalho dos assessores é monitorado através de encontros internos à Cáritas Diocesana de avaliação e planejamento.

O Programa 2 centrou-se, primeiro (entre 1994-1995), na participação e assessoria ao PBDR (Plano Básico de Desenvolvimento Regional), realizando-se seminários em todos os municípios da região. Fez-se, também, um levantamento da realidade que resultou em

¹⁵ . Dados quantitativos a respeito destas participações não estavam disponíveis.

um diagnóstico regional, subsídio aos planos de desenvolvimento. Participam deste processo 47 entidades. A partir de 1997, a Cáritas atuou na criação do FORDIS, envolvendo, também, um número significativo de entidades da região.

Em relação ao Programa 3, acompanhamento aos instrumentos institucionais de garantia dos direitos da criança e do adolescente tem-se: a instalação, em Lages, do Fórum Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, com 70 entidades inscritas e reuniões mensais; o acompanhamento da implantação dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente em 21 municípios da região; o acompanhamento à implantação de conselhos tutelares em 19 municípios e acompanhamento sistemático do total de 23 conselhos tutelares; acompanhamento da implantação dos conselhos municipais de assistência social (23 municípios); participação na composição do CEDCA (desde 1994); participação, a partir de 1996, no projeto *Implementando o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente – A sociedade civil acelerando o passo*, articulando, na região, 30 agentes multiplicadores e acompanhando a instalação de um sistema de monitoramento em 10 municípios da região; participação na mobilização para Conferências Regionais na Região Serrana, Caçador e Canoinhas; participação no Conselho Estadual de Assistência Social; participação no projeto *Escola Constituinte*, em Lages; participação nas jornadas avaliativas de educação popular, promovidas pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS); participação na mobilização pelo fim da violência e exploração sexual infanto – juvenil, articulado pelo Fórum Catarinense de Combate à Exploração Sexual¹⁶. Por fim, participação na mobilização do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

O Programa 5 (atendimento a situações de emergência) se dá, fundamentalmente, através de ações sistemáticas de doações de roupas, calçados, alimentos, equipamentos, material de construção, terrenos repassados pela prefeitura e distribuídos em parceria com o Movimento de Luta pela Moradia, doações em dinheiro. Realiza-se, também a partir deste programa, feiras comunitárias de roupas, envolvendo quatro Cáritas Comunitárias e a

¹⁶ . “As igrejas no dia 24/09, tocaram os sinos, e as famílias puseram toalhas brancas nas janelas das casas, como símbolo da paz; às 10 horas, houve uma parada de 10 minutos para meditação em todos os lugares de trabalho e de estudo (escolas)” (Cáritas Diocesana, 1997, 15).

distribuição de material de saúde (termômetro, estetoscópio, estufa, aparelhos de pressão, nebulizadores, basicamente).

As Ações de Formação

As Ações de formação desenvolvidas pela Cáritas situam-se dentro de seus projetos de atuação, não conformando um projeto específico.

Em relação à infância e a adolescência, uma série de ações específicas poderiam ser elencadas. Cita-se algumas delas:

- Cursos e seminários regionais envolvendo conselheiros de direitos e tutelares, agentes da sociedade civil e educadores, tendo como eixo a garantia dos direitos da criança do adolescente e a formulação de políticas públicas; . No último dos seminários firmou-se um protocolo de intenções para integrar conselhos de direitos e delegacias de polícias.
- Curso de formação e capacitação de agentes multiplicadores dos direitos da criança e do adolescente, envolvendo cerca de 50 multiplicadores na região;
- Curso sobre violência doméstica e maus tratos, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (Núcleo Crescer Sem Violência);
- Cursos mensais, de âmbito municipal, com o objetivo de reelaborar as leis orgânicas municipais, com ampla participação social

Muito embora um conjunto bastante amplo de ações formativas, nos deteremos, a partir de agora, no processo de formação das Cáritas Comunitárias.

Detendo-se numa Ação Formativa Específica

As equipes das Cáritas comunitárias podem desenvolver ‘tipos’ de ações diferentes, levando-se em conta a realidade de cada paróquia ou comunidade. Prevê-se, formalmente, as seguintes ações a serem desenvolvidas pelas equipes:

**“Manter-se atenta à realidade e capacitar-se permanentemente para compreender criticamente os problemas e as necessidades dos empobrecidos que vivem processo de exclusão social de sua região;
Ajudar as comunidades a aprofundarem sua consciência sobre as causas das injustiças sociais, motivando-as para o compromisso de lutar em defesa da vida;**

Iluminar a prática de solidariedade no Evangelho e nos ensinamentos da Igreja, aprofundando a metodologia e a espiritualidade da Caridade Libertadora;

Animar e participar da pastoral de conjunto, sendo um instrumento de apoio e de organização de todos os serviços pastorais na promoção da solidariedade humano-cristã, articulando ações conjuntas em favor da organização dos que vivem em situação de emergência social, tendo como objetivo comum a sua promoção e libertação integral;

Planejar e avaliar permanentemente sua ação, prestando contas e informando a comunidade a respeito dos serviços prestados e dos recursos investidos.

Articular-se com movimentos populares e outras instituições da sociedade” (Cáritas, 1998, subsídio no 1, 17, 18 – grifos no original)

Estas ações articulam-se com a realização da ‘missão’ das Cáritas Comunitárias. Entre outras:

“Pesquisar a situação e tomar contato com os empobrecidos da sua região;
Mobilizar recursos financeiros, promovendo campanhas e outras atividades, em favor da promoção dos que vivem em necessidade;

Incentivar o surgimento de grupos alternativos, apoiando experiências já existentes ou novas, valorizando-as como sinais de esperança e de presença do Reino;

Representar a ação da Igreja, quando por ela delegada, junto a comissões, fóruns, conselhos ou entidades similares que visem articular ações na área da promoção humana e social;

Apoiar movimentos ou iniciativas populares que tenham como objetivos a defesa e a conquista da cidadania”. (Cáritas, 1998, subsídio no 1, 17, 18 – grifos no original)

Até fevereiro de 1998, haviam sido criadas 14 Cáritas Comunitárias¹⁷. Cada Cáritas Comunitária reúne entre 15 a 30 pessoas, envolvendo, indiretamente de 20 a 100 pessoas. As Cáritas Comunitárias passam por um processo formativo para sua constituição, ao final deste adquirem autonomia jurídica e passa a elaborar seus próprios planos de ação.

Descrição da Ação Formativa

O programa de formação de Cáritas Comunitárias está organizado em 3 etapas, cada uma delas com momentos específicos de formação. O programa envolve, no total, 16

¹⁷ . Cáritas Paroquial Imaculada Conceição (Curitiba); Cáritas Comunitária Cidade Alta (Lages); Cáritas Comunitária Campo Belo do Sul; Cáritas Comunitária São Miguel (Lages); Cáritas Comunitária São Cristóvão (São Cristóvão do Sul); Cáritas Comunitária Ponte Alta do Norte; Cáritas Comunitária Bom Jardim da Serra, Cáritas Paroquial São Joaquim; Cáritas Comunitária Itapuã (Lages); Cáritas Comunitária Criança Feliz (Otocílio Costa); Cáritas Comunitária Bela Vista (Lages); Ação Social Paroquial Guarujá (Lages) e Cáritas Comunitária Anjo da Guarda (Lages).

encontros de 3 horas, 3 encontros de um dia cada um e convivência no bairro onde o grupo se localiza, sistematizado em um documento específico para os agentes formativos (Cáritas Diocesana, 1997, 17):

1ª etapa - Organização Interna - com um total de oito momentos e 10 encontros.

- Momento 1 – reunir o grupo e fazer o convite para formar a Cáritas, ocasião em que os Agentes Cáritas fazem o convite nas comunidades para reunião de sensibilização para a proposta de formação das Cáritas Comunitárias (um encontro) (95% dos convidados comparecem nesta primeira reunião);
- Momento 2 – estudo da cartilha ‘Como organizar as Cáritas nas comunidades’, dois encontros com duração de uma a uma hora e meia. Para cada encontro, o material é elaborado pela Cáritas;
- Momento 3 - treinamento de como coordenar reuniões, como fazer trabalho em grupo, comunicar-se no grupo, distribuir tarefas (um encontro);
- Momento 4 - Encontro de espiritualidade (na Igreja ou lugar apropriado). Tema: O Agente Cáritas e a Proposta de Jesus – Diferença entre caridade e simples filantropia (um encontro);
- Momento 5 - Estudo dos estatutos da futura Cáritas (um encontro);
- Momento 6 - Encaminhamento jurídicos e preparação da assembléia de fundação da Cáritas Comunitária (um encontro)
- Momento 7 – Assembléia geral, com aprovação dos estatutos e escolha da diretoria..
- Momento 8 – Estudo temático: o Estatuto da Criança e do Adolescente (dois encontros).

2ª etapa - Ao Encontro da Realidade (3 encontros de 3 horas, 2 encontros de um dia cada um e convivência no bairro)

- Momento 9 - A partir do décimo encontro, dá-se início a um processo de convivência com o bairro/comunidade ou a Cáritas Comunitária se localiza. Neste momento, prepara-se uma pesquisa sobre a realidade da comunidade, centrando-se na questão infância e adolescência.
- Momento 10 - Estudo temático: LOAS, ECA, CMAS.
- Momento 11 - Convivência no bairro, após este período, elaboração, com moradores do bairro, de um plano, procurando realizar meta 1, prevendo também articulação com os programas 2, 3 e 5, articulando-se com entidades governamentais e não-governamentais e pastorais de cada município. (um encontro de um dia)
- Momento 12 – Encontro de espiritualidade (na igreja ou em um lugar apropriado). Tema: O Agente Cáritas na Construção Comunitária da Vida (CONVIDA) – A Espiritualidade da Rede e Parcerias - A experiência das Primeiras Comunidades (Eucaristia) – Celebração da Realidade Encontrada e Recepção da Eucaristia (um encontro).
- Momento 13 – Proposta pedagógica do trabalho dos agentes cáritas (um dia)

3ª Etapa (O Agente Cáritas e a Missão)- 2 encontros de 3 horas e um encontro de um dia.

Momento 14 – Encontro de espiritualidade (Na Igreja ou lugar apropriado). Tema: O Agente Cáritas consagrado a uma missão – um ministério: as crianças, os adolescentes e demais irmãos e irmãs em situação de emergência, como sujeito de direitos (O Samaritano – Lc 10,25), (Pedro e João no Templo – At.3), (Irmãos de Jesus – Jo. 20,17-18), (As Pessoas em Situação de Emergência – Mt. 25,31) (Um encontro)

Momento 15 – Preparação da cerimônia onde os participantes tornam-se publicamente agentes Cáritas.

Momento 16 – Celebração solene, no qual:

“os agentes são ungidos e recebem o diploma de Agentes Cáritas, com bótons trazendo o símbolo da Cáritas e do Plano Convida. Cada agente recebe também um Menino Jesus de gesso, colado sobre uma madeira, e com seu nome pirografado, querendo simbolizar a ‘devoção’ que cada Agente deve Ter pelos meninos e meninas, especialmente, os mais pobres de sua comunidade” (Cáritas Diocesana, 1997, 17);

A partir do 28º encontro, assessores da Cáritas Diocesana acompanham as Cáritas Comunitárias só nos momentos mais necessários. Ao final do processo formativo, as Cáritas Comunitárias tornam-se entidades legalmente constituídas, podendo, inclusive, realizar convênios e captar recursos.

As Cáritas participam, anualmente, do Encontro Diocesano de Agentes Cáritas, com a duração de um dia, com a seguinte pauta: troca de experiências da ação das Cáritas nas comunidades; avaliação dos trabalhos realizados até o momento, com crianças e adolescentes; propostas para a continuidade de formação de Agentes Cáritas; criação de novas Cáritas Comunitárias, inclusive como iniciativa das próprias Cáritas Comunitárias; celebração e preparação do encontro do final de milênio.

Metodologia Utilizada

A partir das Cáritas Diocesana, assessores acompanham um determinado número de Cáritas em formação (atualmente 3 assessores, atendendo, cada um, em torno de três a quatro Cáritas Comunitárias em formação). O processo anteriormente descrito serve como

roteiro para o processo de formação das Cáritas Comunitárias, não sendo porém algo estanque, podendo variar o número de encontros.

O processo formativo é constituído de dois procedimentos metodológicos básicos: reuniões periódicas, nos quais assuntos previamente definidos são discutidos; pesquisa sobre a realidade de uma comunidade. Estes procedimentos culminam com a elaboração de um plano de ação, ao final do processo formativo.

Sobre o primeiro instrumento da metodologia (estudo e discussão dos temas):

Há um conjunto de subsídios previamente elaborados pela própria assessoria a serem trabalhados com os agentes, Os subsídios são discutidos no decorrer do processo formativo. Entre eles: 1. Como organizar as Cáritas Comunitárias; 2. Como fazer uma reunião; 3. Caridade cristã: proposta de ação das Cáritas da Diocese de Lages; 4. Modelo de estatuto jurídico para a entidade; 5. Como trabalhar a cidadania da criança e do adolescente; 6. Pesquisa – uma proposta para as Cárita Comunitárias; 7. Como elaborar um plano de trabalho.

Tão logo se configure o grupo que dará prosseguimento ao trabalho formativo de constituição da Cáritas Comunitária, realiza-se uma discussão específica sobre como se organizarão os trabalhos formativos, servindo, porém, tais orientações como diretrizes gerais para a própria organização interna do grupo em formação. Tal discussão acontece no terceiro encontro (após o convite e a sensibilização para a participação e a apresentação da ‘filosofia’ e da proposta de trabalho).

Basicamente, as reuniões são organizadas a partir da atribuição de uma série de ‘papeis organizativos’,

Os papéis definidos são: o espiritualizador, o coordenador, o secretário, o cronometrista. Quando necessário inclui-se um assessor.

“O coordenador (com a responsabilidade que dirigirá a reunião, cuidando para que conversas paralelas não desviem o assunto em pauta da reunião), no início da reunião, após às boas vindas, dá a palavra ao espiritualizador, responsável pela oração do início da reunião. (...) Uma reunião de cristãos deve sempre começar com uma oração, nem muito curta, nem muito longa, que alguém deve trazer preparada de casa. (...) A finalidade principal da oração é ajudar o grupo a se colocar num clima de disposição para acolher os irmãos presentes, sabendo que Cristo está quando os irmãos se reúnem. Pela oração tomamos consciência da importância desta reunião para a vida da comunidade” (Cáritas, Programa Cáritas Comunitárias – 1998)

Após isto, o secretário descreve o que foi tratado na reunião anterior, devolvendo a palavra ao coordenador, que encaminha a pauta do dia. Os papéis de coordenador e secretário podem ser desempenhados por uma mesma pessoa, sendo recomendado que assim seja. O cronometrista cuida da utilização do tempo. As reuniões podem contar com a presença de um assessor, visto trabalhar-se questões específicas, sendo fundamental subsídios para tais discussões. Enfatiza-se a necessidade das reuniões serem bem preparadas, evitando-se assim dispersão e para que sirvam como motivação à participação.

A pesquisa é instrumento metodológico importante no processo. Entende-se que conhecer a realidade constitui uma forma de capacitar para intervir politicamente e possibilitar a vivência comunitária.

Metodologicamente (Cáritas, Programa Cáritas Comunitárias – 1998), a realização do processo de pesquisa deve seguir alguns passos:

1º passo: Onde? É o momento quando se escolhe e se delimita as fronteiras e a extensão do local (comunidade) a ser pesquisado, em geral, um ou dois bairros. O critério de escolha deve ser a condição de pobreza em que se encontra o bairro. Escolhe-se aqueles mais empobrecidos, em que as crianças e adolescentes encontrar-se-iam em maiores condições de precariedade.

2º passo: O que? É o que se quer saber a respeito do bairro a ser pesquisado. A situação da criança e o adolescente na localidade a ser pesquisada é o eixo delimitador da pesquisa.

3º passo: A Convivência. É o momento em que, a partir das questões a serem pesquisadas, se irá ouvir as pessoas do bairro escolhido. Isto se dará a partir de visitas domiciliares, realizadas sempre em duplas ou em três pessoas. O grupo deve definir um tempo para este convívio (um ou dois meses). As observações não serão anotadas na presença dos entrevistados, mas posteriormente. O método definido é de *observação*: não se utiliza um questionário a ser preenchido em cada visita, mas as questões anteriormente preparadas são orientadoras para uma intervenção informal. Os Agentes Cáritas devem se colocar como amigos, que se interessam pelas vidas daquelas pessoas, ouvindo e perguntando sobre o cotidiano destas. Deve se buscar criar um clima de confiança, devendo ser evitadas discussões polêmicas e que gerem conflito. Deve, além disso, se ter o cuidado de não tomar uma postura de ‘salvador da pátria’ nem levar doações.

Um momento concomitante é a apresentação, nas reuniões da Cáritas Comunitária em constituição, das observações realizadas. Ao findarem as visitas e os relatos procura-se identificar os maiores problemas enfrentados pelo bairro. A pergunta orientadora deste momento é : O que queremos saber?

4º passo. Decorrente do processo de pesquisa, propriamente, é a formulação de um plano de ação. Neste momento, sensibiliza-se os agentes para que pensem estratégias de ação a partir da realidade levantada.

O planejamento configura um momento diferenciado dentro do processo formativo. Permite organizar o trabalho a ser realizado, garantindo melhores resultados, maior visibilidade dos objetivos e metas a serem alcançados e aproveitamento do tempo. Além disso, incentiva para ação, proporcionando segurança e tranquilidade. O planejamento é uma das últimas atividades realizadas no processo formativo.

No processo do planejamento, o primeiro passo é definir qual a missão da Cáritas Comunitária em constituição¹⁸. A pesquisa define o espaço de intervenção a qual se dirigirá o plano.

O planejamento se divide em três momentos distintos:

- A) O plano, quando se define, na seguinte ordem, um objetivo geral, metas (curto, médio e longo prazo) que realizaram tal objetivo e o período para o plano. Uma discussão sobre os princípios básicos que orientam as ações ('filosofia de trabalho') e uma justificativa do porque tais objetivos e metas foram escolhidos. Define-se depois, a coordenação do plano, os impactos esperados e os procedimentos de avaliação.
- B) Os programas, quando se diferenciam os programas meios e programas fins. Para as metas elencadas no plano, define-se programas específicos, contendo este objetivo, metas, prazos, responsáveis e indicadores de avaliação.
- C) Os projetos: cada um dos programas deve corresponder a um projeto, sistematização do que foi definido no planejamento. Desta forma um projeto deve conter: o objetivo e as metas definidas (o que fazer); uma justificativa para tais ações (por que fazer); uma metodologia, ou seja, definir estratégias para a realização das ações, definindo também

¹⁸ . Na linguagem do planejamento, a *missão* é algo permanente, que acompanha a entidade, diferente do *objetivo* do plano, que muda conforme as necessidades e a realidade.

parceiros (como fazer); definir um cronograma (quando fazer); definir os recursos necessários e um orçamento (com quanto fazer); definir os responsáveis (quem vai fazer); e, por último, definir os mecanismo de avaliação.

O projeto, depois de pronto, deve ser confrontando com as expectativas do grupo, verificando se ele corresponde a estas expectativas e com as prioridades definidos pelo grupos. Deve se verificar se ele traz alternativas aos problemas levantados pela pesquisa.

Além destes aspectos, o plano deve se ater a alguns aspectos institucionais envolvidos:

- “a) relações internas: convivência, lazer, aniversários, datas comemorativas, homenagens, celebrações e orações, estudos, amizade...
- b) relações externas: refere-se a construção de relações de convivência com pessoas, grupos e entidades governamentais e não governamentais do município e fora do município; relações com as demais Cáritas, encontros...
- c) dimensão administrativo-financeira: administração financeira, prestação de contas (...)
- d) dimensão jurídica e secretaria: livro de atas, histórico, de Socios, registros de utilidade pública e filantropia, estatuto, regimento interno (...) correspondências, arquivos de correspondência, relatórios (...)” (Cáritas, Programa Cáritas Comunitárias – 1998).

Conteúdos

Os procedimentos sobre o processo organizativo são um conteúdo específico a ser tratado no início do processo formativo. Abrangem os processos de organização das reuniões, o estudo dos estatutos e sobre a filiação à Cáritas (tipos de sócios, as responsabilidades, etc.). Outros conteúdos que preparam para o processo organizativo são referentes a pesquisa e ao planejamento. Tais conteúdos foram, sucintamente expostos no item anterior.

Além destes, são trabalhados, especificamente, os seguintes conteúdos: 1. A atuação da Cáritas Diocesana: a história da entidade, sua organização e sua proposta de atuação comunitária. 2. Caridade cristã. A diferença entre caridade e filantropia. A distinção entre a caridade assistencialista e a caridade propositiva. 3. O Estatuto da Criança e do Adolescente; políticas públicas, a criança como sujeito de direitos, a doutrina da proteção integral, o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, políticas sociais básicas.

Concepção Pedagógica

O processo pedagógico desenvolvido na ação formativa das Cáritas Comunitárias parte de um entendimento particular da realidade e de um entendimento da estrutura e da organização social. Estes elementos fundamentam a concepção pedagógica utilizada.

Conforme a Cáritas, a sociedade capitalista, modelo social o qual estrutura não só as relações econômicas como também as relações sociais como um todo, funda-se na busca do lucro, colocando as pessoas em segundo plano.

“A sociedade capitalista é a sociedade das relações sociais das mercadorias e das relações mercantis dos homens e das mulheres (...) As pessoas consomem desenfreadamente, e vivem criando necessidades. (...) Enquanto isso, as pessoas mais pobres frustram-se sempre mais, e vão se sentindo inferiorizadas porque não são consumidoras, e porque tem que aceitar o que não serve mais para os consumidores, que doam ‘generosamente’ nas campanhas de agasalho” (Cáritas, 1998, 7)

O individualismo, o autoritarismo e a competitividade, características da sociedade capitalista, passam a dominar as pessoas, as quais acabam por perder o sentido real da convivência. O educador torna-se, então, um agente a se indignar com esta ordem social, procurando desenvolver ações pedagógicas que construam novas formas de relações sociais.

“(...) nossa pedagogia não pretende educar Crianças e Adolescentes para se ajustarem nesta sociedade, mas para protestarem contra ela, buscando construir, no dia-a-dia outro tipo de vivência, que seja mais prazerosa e humana. É necessário que se pratique a pedagogia da ruptura. É preciso que nosso cotidiano seja tecido por atos de insurreição” (Caritas, 1998, 11).

A sociedade a ser construída é a sociedade democrática, sendo a democracia entendida não só como um sistema de governo ou como uma forma de Estado. Fundamentalmente, quando se fala em democracia, fala-se em modelo social onde o econômico, o político, o social e o cultural estariam em função da construção da felicidade do homem.

“A democracia tem como concepção básica a igualdade de direitos e de oportunidades, essencial para as pessoa. O ser humano é colocado no centro. Como eixo está o desenvolvimento integral da pessoa humana, em todas as suas dimensões”(Caritas, 1998, 11).

Capitalismo e democracia são, então, vistos como em oposição:

“A construção democrática exige uma transformação estrutural da sociedade capitalista, e é construída dentro dela e a partir de suas contradições. O projeto democrático aponta para uma nova cultura social, sempre em processo, (re)criando

continuamente as relações consigo mesmo, com cada outro, com a sociedade, com Deus e com a natureza” (Caritas, 1998, 112).

O trabalho educativo é entendido, então, como um processo transformador. Para tal, é necessário uma busca permanente da realidade:

“(…) o fenômeno ou a aparência manifestadas pela realidade mostram parte da realidade e escondem grande parte deste mesma realidade (...) existe uma oculta verdade das coisas e das pessoas, passamos, então, a investigá-la, a pesquisá-la, num esforço contínuo de descoberta da verdade” (Caritas, 1998, 3).

O educador é, antes de mais nada, um investigador do real. Tem o real como ponto de partida para o seu intuito de transformação social. O fazer pedagógico, sendo um projeto de transformação social, é um projeto tanto social quanto individual. Assim, educadores e educandos se identificam:

“Educadores e educados, tendo à frente um projeto de sociedade e um projeto de vida pessoal, podem canalizar suas energias na mesma direção. Pessoas sem um ideal de vida, sem objetivo, dispersam-se para todos os lados” (Caritas, 1998, 14).

O planejamento é inserido como um instrumento fundamental para o processo comunitário. Tal planejamento deve ser participativo e permanentemente avaliado. “(...) a avaliação nos recoloca no caminhada, em direção aos nossos objetivo” (Caritas, 1998, 16). A avaliação é um mecanismo para rever as ações que se estão realizando e, por isso, deve ser sistemática.

Ambos, planejamento e avaliação, bem como os demais processos formativos, devem ser realizados coletivamente:

“Nosso processo educativo em todas as etapas, têm como sujeitos de sua construção educadores, crianças, adolescentes e as coordenações. Fazem parte desta mesma construção as famílias das crianças e dos adolescentes, outras pessoas, pastorais, organismos das igrejas e da sociedade civil, movimentos populares, conselhos...que se sensibilizarem por este projeto e que, de uma forma ou de outra, derem sua parcela de colaboração. Sem eles, perderíamos nossa eficácia, e nos tornaríamos uma força isolada na construção de uma sociedade diferente” (Caritas, 1998, 17).

Para o processo pedagógico, alguns pontos são considerados: levar em conta a cultura das comunidades, envolver a comunidade e a família, realizar atividades diversificadas, pensar com espírito crítico, superar a ‘cultura do destino’ enfatizando o homem como responsável pelo seu destino.

Valores que orientam o trabalho educativo: obediência, entendido como praticar um projeto de vida, partindo sempre daquilo que foi assumido individual ou coletivamente; renúncia, compreendida como abdicar de certas coisas em função do projeto escolhido; disciplina, entendida como atuação séria, sistemática e comprometida, atuar em ordem e constância; temor, por sua vez, entendido como “um dom, que pode significar: reconhecer a autoridade da outra pessoa; levar a sério uma proposta como coisa muito importante ou a mais importante da vida; estar aberto para ouvir e acolher; saber que se não acolher, pode acontecer algo de desastroso em sua vida; mudar agora para evitar um desastre lá na frente” (Cáritas, 1998, 36); liberdade, entendida como a possibilidade do indivíduo construir autonomamente sua própria história e o trabalho, compreendido como elemento educativo para a preparação para a vida.

Elementos para uma Síntese

A partir dos dados coletados, alguns apontamentos podem contribuir para uma futura síntese. Primeiro, analiticamente evidencia-se a estruturação de três temáticas formativas diferenciadas: momentos de organização interna, momentos de capacitação para a intervenção política e momentos de afirmação coletiva da missão, cada momento conformando conteúdos e práticas pedagógicas próprias, todos eles, porém, integrados no conjunto da proposta formativa.

Além disso, evidencia-se uma íntima relação entre o processo de formação e o processo organizativo. Ao longo da atividade definem-se papéis organizativos que serão referência não só durante o próprio processo formativo como também após a institucionalização da entidade. Neste sentido, parece relevante destacar que, sobretudo, a ação formativa destina-se à constituição de Cáritas Comunitárias, ou seja, entidades que se colocariam, a despeito de sua autonomia, como extensão da realização do projeto político da própria Cáritas, o que, efetivamente, a legitimaria regionalmente.

O planejamento assume um aspecto operacional e um aspecto de definição do sentido da ação, ou seja, definição coletiva de um projeto a ser executado. A metodologia de planejamento não só viabiliza a realização de ações específicas, como proporciona uma discussão do sentido, e daí, do projeto que fundamenta este sentido, das ações.

2.4.2. Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajai - CDHAVI

Caracterização da Instituição e de seus Objetivos

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajai (CDHAVI), organização não-governamental, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos e de utilidade pública (reconhecimento municipal e estadual), foi fundado em 1981, em Rio do Sul, por pessoas ligadas a vários setores da sociedade: agricultores, sindicalistas, professores, profissionais liberais, religiosos e lideranças comunitárias. Visa, prioritariamente, fortalecer a mobilização pela defesa da cidadania, fundando-se, para isto, nos princípios definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. O CDHAVI tem abrangência regional, atuando nos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina (CDHAVI, s/d: 1,2).

O Centro organiza-se através de uma diretoria, composta por presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro, diretor adjunto e por um conselho fiscal (CDHAVI, 1997g: 4). Conta com a participação de sócios individuais e de entidades sócias. A atuação é de caráter voluntário. A entidade possui uma sede própria, um automóvel e uma pessoa liberada como auxiliar de escritório

O CDHAVI está filiado ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), com sede em Brasília. O MNDH atua em todo o território nacional, através de cerca de 200 centros e associações dos direitos humanos, entidades locais e autônomas. Organiza-se, nacionalmente, a partir de oito regionais: Norte I e Norte II, Leste I e Leste II, Centro-Oeste, Sul I e Sul II. O CDHAVI está vinculado à Regional Sul II, que tem sua sede em Joinville (CDHAVI, s/d: 05)

Ações Desenvolvidas pela Entidade

São quatro os programas de atuação de abrangência nacional:

- a) Programa de justiça e segurança pública;
- b) Programa de políticas públicas;
- c) Programa de relações de gênero, racismo e discriminação;
- d) Programa de organização.

No âmbito regional (região do Alto Vale do Itajaí), o CDHAVI organiza suas atividades através de várias frentes de atuação:

Formação: compreende a preparação dos atuais e novos militantes; a formação de lideranças rurais e a assessoria à organização dos pequenos agricultores; compreende, ainda, a formação de agentes de educação para a promoção dos direitos humanos e da cidadania ativa e a elaboração de subsídios,

Comunicação: envolve entrevistas nos meios de comunicação, elaboração e divulgação de informativos e panfletos, articulação com outros centros estaduais, regionais e nacional dos direitos humanos (comunicação interna).

Documentação: compreende a manutenção de arquivo sobre assuntos relacionados à violência, moradia e outros assuntos de interesse; a manutenção da biblioteca e da videoteca;

Assessoria jurídica: envolve a orientação jurídica preventiva, os encaminhamentos de denúncias de violação de direitos junto ao Ministério Público ou Defensoria Pública; a orientação sobre encaminhamento de casos envolvendo problemas de vizinhança, litígios familiares ou 'de menores'.

Políticas públicas: envolve o apoio e acompanhamento ao Fórum Estadual de Saúde e aos conselhos tutelares; apoio e orientação sobre AIDS e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs);

Moradia: compreende o incentivo à mobilização popular pelo direito à moradia e proposição ao Plano Diretor de Rio do Sul;

Realizam-se, ainda, outras atividades: apoio à luta pela terra e aos agricultores, particularmente em relação à aposentadoria rural, a defesa dos direitos da criança e do adolescente; a promoção do Dia Internacional dos Direitos Humanos e a articulação com entidades não-governamentais (CDHAVI, s/d: 4,5).

No período 1994-1998, foram as seguintes as prioridades de ação:

- 1994 a) moradia; b) formação e atendimento jurídico; c) violência policial; d) conselhos populares municipais
- 1995 a) formação; b) criança e adolescente; c) atendimento jurídico; d) conselhos populares, conselhos tutelares, fórum popular, moradia, violência policial

- 1996 - participação em conselhos da saúde e criança e adolescente, fórum popular, formação
- 1997 e 1998 - articular, acompanhar, apoiar e assessorar lutas populares na defesa e promoção dos direitos humanos, denunciando todas as formas de violência contra a vida e a cidadania;
- promover a formação de pessoas através de palestras, cursos, encontros e atividades;
 - capacitar lideranças para intervir na defesa da comunidade, buscando contribuir na organização de entidades do movimento popular;
 - articular-se com outras entidades e segmentos sociais denunciando a violação dos direitos;
 - possibilitar atividades educativas em defesa da natureza e meio ambiente;
 - registrar a história e a luta dos trabalhadores (CDHAVI, 1994,).

Desde 1994, a defesa dos direitos da criança e do adolescente tem sido prioritária para a entidade.

As atividades realizadas no período 1994-1998, a partir dos seus respectivos relatórios, foram agrupadas em:

a) Reuniões:

Reuniões internas ao CDDHAV, de encaminhamento e avaliação das atividades realizadas, de acompanhamento aos projetos; de preparação para articulações; preparação de assembleias e reuniões regionais/nacionais, estudos (lei orgânica do município, em 1994; estratégia para a área da infância e adolescência, em 1995; discussão dos estatutos da entidade, em 1996); confraternização.

Reuniões internas ao MNDH (Regional Sul II), reuniões da coordenação estadual de preparação de encontros regionais e estaduais, de avaliação dos programas e das metas, avaliação da atuação nos conselhos da criança e do adolescente.

Reuniões com entidades diversas: associação de moradores, com famílias agricultoras, com movimentos populares e com a central dos movimentos populares.

Reuniões do fórum popular das entidades da sociedade civil: avaliação de atividades, organização interna (formação de comissões, reestruturação).

Reuniões da comissão do ECA (a partir de 1995): preparação de seminários (metodologia/coordenação), preparação e avaliação dos encontros comarcais.

b) Assembléias e encontros:

Encontros nacionais do MNDH; encontros e assembléias da regional sul II do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (organização política, plano de ação, diretrizes de ação, organização de atividades); assembléias ordinárias do CDHAVI (avaliação, planejamento, definição das ações); assembléias de outras entidades (pastoral da saúde); conferência nacional dos direitos humanos; conferências municipal, estadual e nacional da saúde (1996); conferências municipal, regional e estadual da criança e do adolescente (1997); conferências municipal e estadual da assistência social (1996); assembléias do CEDCA (a partir de 1997).

c) Cursos e seminários:

Participação em diversos cursos por pessoas militantes do CDDHVI promovido por outras entidades.

Participação em cursos e seminários produzidos no interior do MNDHD, entre os quais podemos citar a título de exemplo:

1. Encontro de formadores, realizado nos dias 16,17,18/09/1994, em Caxias do Sul, de capacitação de militantes, particularmente em relação aos processos metodológicos;
2. Comunicação, cultura, direitos humanos e auto-estima, realizados entre os dias 16 e 19/02/1995, em Itajaí, objetivando trabalhar com os militantes o sentido prático de se comunicar, relações interpessoais e a auto-estima;
3. Comunicação e expressão para militantes, realizado em Rio do Sul nos períodos de 1 a 2/04/1995 e 23 a 24/06/1995, objetivando facilitar a comunicação com demais CDHs;
4. Formadores CDH, em Rio do Sul, nos dias 20,21/05/1995, tematizando como trabalhar a prática a partir de questões diárias;
5. sobre gerenciamento do MNDH, entre os dias 28 e 31/08/1997, em Brasília, enfocando estratégias e gerenciamento de programas do MNDH;
6. de Planejamento, nos dias 25 a 28/7/1997, em Brasília, enfocando o planejamento estratégico das atividades até o ano 2000.

7. de operadores jurídicos, nos períodos de 29 e 30/10/1994 e 17,18/06/1995 em Rio do Sul, enfocando questões jurídicas;
8. I e II Encontros de metodologia popular, nos períodos de 2 a 4/06/1995 e 3 a 5/08/1995, em Laurentino (SC), procurando racionalizar as práticas diárias dos militantes;

c) Palestras e debates

Realização, entre os anos de 1994 e 1998, de diversas palestras e debates envolvendo associações de mulheres, pastoral da saúde e do enfermo, associação de trabalhadores rurais, sindicatos rurais, mulheres do sindicato dos textéis associação de moradores, associação das mulheres agricultores, associação de agricultores, associação dos amigos da natureza, grupo condomínio comunitário e agrícola (na comunidade de Alto Krueel, na região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina), acampamentos e assentamentos do movimento sem terra, militantes de outros CDHs e movimento negro.

Os temas desenvolvidos foram: direitos da mulher, mulher e saúde, a mulher na história e sua organização; associativismo; aposentadoria rural; direitos humanos, organização e funcionamento dos centros de direitos humanos; AIDS/DSTs; conscientização e prevenção; revisão constitucional; direito previdenciário; saúde, sindicalização; ecologia; auto-estima e direitos humanos,

d) assessoria jurídica

Sobre processos ajuizados (envolvendo problemas de terras, de força e luz, de heranças, de saneamento básico, entre outros) para diversos grupos, associações e indivíduos. Por exemplo: grupo condomínio de comunicação de Alto Krueel (telefonia rural), Associação Amigos da Natureza (Witmarsum - SC) (aplicação de agrotóxicos e preservação do meio ambiente).

É interessante salientarmos outras atividades desenvolvidas pelo Centro: coordenação do Fórum das Entidades Não Governamentais de Rio do Sul; denúncias de exploração dos trabalhadores, sobre poluição fluvial e sonegação de aposentadorias, denúncia de cobrança de mensalidade de 'sindicatos pelegos' (sic); acompanhamento e orientação a 'viciados em drogas' (sic) e portadores de HIV; acompanhamento a famílias

com problemas habitacionais, a famílias sem-terra, a associação de moradores e a sindicatos; participação nos conselhos da saúde, criança e adolescente e assistência social.

Ações de Formação

Muito das iniciativas do CDHAVI centram-se na ação formativa. Dentre estas, destacaremos os Encontros Comarcais de Formação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre 1995 e 1997 foram realizados os seguintes encontros com seus respectivos objetivos:

- 1995: 01/07 – Presidente Getúlio. Esclarecimento e participação popular / Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 19 e 20/08 – Agrolândia. Formas alternativas de participação popular, esclarecimento sobre o ECA.
- 02/09 - Taió. Conscientização sobre ECA e participação ativa.
- 22/10 - Taió II. O papel dos conselhos e participação popular
- 04/11- Apiúna. Conscientização sobre ECA e participação ativa
- 02/11 - Rio do Sul. Troca de experiências, avanços, parcerias (CDHAVI, 1995).
- 1996: 06 e 07/07 – Presidente Getúlio (V Encontro Regional do ECA). Responsabilidade da sociedade no zelo dos direitos da criança e do adolescente
- 26/04 - Ituporanga – Formação e informação sobre os conselhos tutelares e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; articulação com a sociedade civil
- 06/12 – Ituporanga – formação de lideranças e orientação metodológica para conselhos tutelares e conselhos municipais da criança (CDHAVI, 1996).
- 1997 21/06 – Trombudo Central – Divulgação do ECA e formação e informação sobre conselhos tutelares.
- 27/09 – Taió – Divulgação do Estatuto e formação e informação sobre conselhos tutelares.



25/10 - Ibirama - Divulgação do Estatuto e formação e informação do Conselho Tutelar

29/11 - Rio do Sul – Divulgação do Estatuto, articulação com a sociedade civil (CDHAVI, 1997).

1998 23/05 - Taió – III Encontro Comarcal do ECA

08/08 - Ituporanga – III Encontro Comarcal do ECA

19/09 - Ibirama – III Encontro Comarcal do ECA

21/11 - Trombudo Central - III Encontro Comarcal do ECA (CDHAVI, 1998).

Uma Ação de Formação Específica

Entre as ações de formação do CDHAVI, nos deteremos naquelas destinadas à garantia dos direitos da infância e adolescência, particularmente os encontros comarcais de formação do estatuto da criança e do adolescente. Consideraremos ainda, como complementação aos dados levantados a partir dos encontros comarcais, o III Seminário Regional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado em Rio do Sul em 1994; o curso de formação: “Participação em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente”, realizado em Rio do Sul em 1997 e, também com abrangência regional, o Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares, realizado também em Rio do Sul em 1998.

Descrição da Ação Formativa

Os Encontros Comarcais foram uma decorrência do IV Seminário do ECA, realizado nos dias 27 e , 28/05/1995 em Rio do Sul. Este encontro tinha como objetivos avaliar a caminhada dos outros três seminários, ampliar a participação de entidades e capacitar agentes de defesa dos direitos. Surge como necessidade deste seminário garantir uma qualificação continuada dos agentes de defesa dos direitos das cidades menores da Região do Alto Vale, já que a concentração das atividades de formação se dava em Rio do Sul e em outras cidades com importância regional. Os Encontros Comarcais são realizadas aproveitando a divisão das cinco comarcas cíveis da região do Alto Vale.

Serão analisados mais detidamente seis destes encontros:

- Os II e III encontros, realizados em Taió nos dias 27/09/97 e 23/05/98;
- Os II e III encontros de Ibirama, realizados nos dias 25/10/97 e 19/9/98;
- O encontro de Ituporanga, realizado em 08/08/98; e,
- O III encontro comarcal de Trombudo Central, realizado em 21/11/98.

De forma geral, os encontros possuem uma estrutura semelhante: na abertura dos trabalhos, a coordenadora do CDHAVI convoca as autoridades presentes (quase sempre o Prefeito ou seu representante; o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; em alguns dos encontros, representantes da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e do Juizado da Infância e Adolescência.

Após isto, os objetivos do encontro são colocados pela coordenadora, como por exemplo, os transcritos a seguir:

“Capacitação de conselheiros a nível de Alto Vale, no sentido de melhor participar nas Políticas Sociais Públicas dos municípios” (CDHAVI, 1997c: 01).

“Objetivo principal colocar a criança e o adolescente em prioridade no desenvolvimento Econômico, Político e Social dos Municípios” (CDHAVI, 1997d: 1)

“Discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente que é uma trajetória importante. Informar as lideranças para que esses direitos sejam clareados no dia a dia” (CDHAVI, 1998c: 1).

“Além de estar fazendo parte do Plano de ações anual da entidade, é também um compromisso que devemos assumir com um projeto de vida integral que é a participação nas políticas públicas de cada município da região” (CDHAVI, 1998d: 1).

“Capacitação e formação dos CMDCA's e CTs das 5 Comarcas Civil de nossa Região” (CDHAVI, 1998e: 1).

Metodologia Utilizada

Basicamente dois são os procedimentos metodológicos utilizados: levantamento da realidade e exposição dialogada. Muito embora uma linha metodológica seja orientadora das atividades realizadas, devido a peculiaridades na realização de cada uma delas, vamos tratá-las separadamente.

O encontro realizado em Ibirama (segundo encontro) está dividido em cinco momentos: primeiro momento: apresentação dos participantes, dos objetivos e da pauta;

segundo momento: levantamento da realidade, consígnia para a apresentações dos trabalhos em grupo: “apresentação da realidade do seu município em relação aos processos de implantação do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” (CDHAVI, 1997d: 2) a partir dos pontos positivos e das dificuldades. Após a apresentação dos itens pedidos, o assessor passa a fazer uma série de considerações a respeito das dificuldades (terceiro momento) , tratando-as de forma agrupada (agrupando, por exemplo, a questão do reordenamento institucional; da lentidão do Ministério Público; prostituição: violência e drogas, etc.). Após o terceiro momento, acontecem os encaminhamentos e a avaliação do encontro (CDHAVI, 1997d).

O terceiro encontro está dividido em quatro momentos. O primeiro deles, após a apresentação dos objetivos e da pauta, é o de trabalho grupos. Os participantes são divididos em dois grupos, um sobre conselhos tutelares e outro sobre conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente. Perguntas previamente definidas orientam o trabalho do grupo para cada uma das temáticas. A apresentação dos participantes é feita nos grupos. Os assessores participam dos grupos. Em ambos os grupos, para cada um dos conselhos, além de conteúdos específicos, são levantadas as dificuldades e os avanços. No segundo momento, em plenária, cada grupo apresenta as conclusões de seus trabalhos, basicamente, necessidades para o processo de implementação destes conselhos nos municípios da região. O terceiro momento é de encaminhamentos e o quarto e último, o de avaliação (CDHAVI, 1998d).

Em Taió, também nos deteremos nos segundo e terceiro encontros. Os dois encontros contaram com uma mesma assessoria, exterior ao CDHAVI. O segundo encontro teve cinco momentos; 1. Apresentação (do evento, dos objetivos, dos participantes); 2. Exposição da realidade, a partir dos representantes dos municípios presentes; 3. Discussão a partir de considerações da assessoria. Para este momento, os grupos tiveram “15 minutos para fazer um levantamento do problema a ser trabalhado em plenária para receber considerações feitas pelo assessor. Nas considerações o assessor citou a filosofia de Kant sob as três interrogações: 1) o que devo saber? 2) o que devo esperar?; 3) o que posso fazer?” (CDHAVI, 1997c: 4). O assessor, recorrendo a seu esquema, selecionou, a partir dos questionamentos feitos pelos grupos, questões a serem exploradas expositivamente. Os

dois últimos momentos referem-se aos encaminhamentos e à avaliação (feita pela coordenação).

O terceiro encontro está dividido em três momentos. No primeiro momento faz-se a apresentação dos participantes e dos objetivos do encontro. Neste momento, inicia-se, também, os trabalhos de grupo. Os participantes são divididos em dois grupos (grupo 1: Conselho Municipal e Fundo para a Infância e Adolescência; e, grupo 2: Conselhos Tutelares). Os grupos iniciaram seus trabalhos com a leitura e discussão de um texto subsidiário (*Conselhos tutelares: Zeladores Sociais*). O segundo momento se dá após o trabalho dos grupos. A partir de alguns pontos de discussão, o assessor tece considerações e possibilita a discussão com a plenária. O terceiro momento é o de fechamento da atividade: avaliação por município participante e uma avaliação geral. O quarto, e último momento, é o dos encaminhamentos (CDHAVI, 1998c).

Outras duas atividades deste mesmo processo de formação a serem analisadas são os encontros comarcais realizados em Trombudo Central e em Ituporanga. Ambos possuem uma estrutura metodológica semelhante.

Em Ituporanga, a atividade se desenvolveu a partir da seguinte estrutura: primeiro momento: após a abertura da atividade (composição da mesa e apresentação dos objetivos), a plenária foi dividida em dois grupos (conselho municipal da criança e adolescente e FIA; Conselho Tutelar), cada grupo contando com assessores específicos. Em cada um dos grupos os assessores apresentam e discutem com os participantes alguns pontos específicos relacionados à temática daquele grupo. Depois, por município, levanta-se dificuldades e facilitadores encontrados no processo de implementação do Sistema de Garantia dos Direitos e propostas para esta implementação. O segundo momento é o de exposição das realidades encontradas nos municípios e das propostas levantadas, seguidas por considerações realizadas pelos assessores. A atividade termina com uma avaliação dos trabalhos (CDHAVI, 1998e).

Por fim, no III Encontro Comarcal, realizado em Trombudo Central, após a abertura, dá-se início ao primeiro momento da atividade. Estava previsto o trabalho em dois grupos (seguindo o procedimento das atividades anteriores, um grupo para discutir conselhos tutelares e outro para discutir conselhos de direitos e FIA) mas, pelo reduzido número de pessoas ligadas aos conselhos municipais, o trabalho aconteceu em plenária.

Iniciou-se com uma explanação pela assessoria e, depois, exposição, pelos representantes dos municípios participantes, de sua realidade. No terceiro momento, o assessor passa a fazer considerações a partir da realidade dos municípios apresentada. Por fim, o assessor “sugeriu que cada município definisse seu maior problema e propusesse estratégias de combate, assumindo o compromisso de fazê-la” (CDHAVI, 1998f: 10). O encontro encerra com o agradecimento pela presença dos participantes e com a ênfase de que “com certeza voltaríamos para nossos municípios com uma parcela a mais de responsabilidade que foi possível graças a rica troca de experiência e as orientações de nossos assessores” (CDHAVI, 1998F: 10).

A avaliação feita nos encontros detêm-se na atividade realizada, quando são avaliados: conteúdo das oficinas; coordenação; metodologia; estrutura. Nem sempre avalia-se seguindo-se estes pontos (optando-se em alguns momentos por uma exposição individual avaliativa livre). Além disso, nem sempre realiza-se a avaliação no final da atividade (geralmente por problemas de tempo).

Conteúdos Trabalhados na Atividade Formativa

Os conteúdos de todos os encontros centram-se na estrutura e funcionamento dos conselhos tutelares, conselhos de direitos e do Fundo para a Infância e a Adolescência. Articulam-se tais temas com os desafios da implementação do Sistema de Garantia de Direitos, com ênfase na participação da sociedade e com a formulação de políticas públicas.

Alguns pontos a serem destacados: o levantamento da realidade permite identificar as condições de funcionamento dos conselhos tutelares e de direitos instalados em cada município, os problemas que enfrentam para seu funcionamento (infra-estrutura, relação com poder público, formação), as violações que mais ocorrem no município e os procedimentos utilizados em relação a elas. Permite, ainda, particularmente ao assessor, identificar a compreensão que os participantes estão tendo de sua atuação.

Concepção metodológica

A formação é compreendida como um processo sistemático do

“pensar sobre a ação, buscar o sentido do que se faz, esclarecer sobre como se faz e refletir a partir do que se faz, ou seja, da prática. Para isto, partimos dos problemas que conseguimos identificar em nossa vida cotidiana, e, buscamos conhecimentos historicamente acumulados, que se apresentam para nós de ‘varias formas” (MNDH, 1994c, 4)

A partir desta breve definição, alguns pressupostos da ação formativa podem ser identificados. Primeiro, ela referencia-se no fazer e se dirige a ele. Neste processo, a troca de experiência é um momento fundamental. A partir do que os agentes estão realizando, dos problemas que encontram, é que podem problematizar suas práticas, confrontá-la com outras experiências e com os conhecimentos já sistematizados que dispõem, e superá-las. O projeto político é a baliza para este questionamento permanente: “(formação) é pensar e fazer com base em outras idéias, em caminhos até diferentes, mas com ideais comuns” (MNDH, 1994c, 4).

O ineditismo da ação é visto como um obstáculo para os processos formativos, o qual deve ser superado justamente através de momentos que vincule a superação da situação social a também um processo de aprendizagem individual. O cotidiano deve ser, então, tematizado, problematizado, de forma organizada e sistemática.

“No fundo, não conhecemos para satisfazer a nós mesmos. Conhecemos para nos organizar no mundo. À medida em que a formação é um aprender fazendo, vamos nos dando conta que é necessário aprender, também, conhecendo” (MNDH, 1994c, 4)

2.4.3. Ação Social Arquidiocesana – Florianópolis

Caracterização da Instituição e de seus Objetivos

A Ação Social Arquidiocesana (ASA) foi fundada, em Florianópolis, em 1960 e desde sua fundação, a criação e organização das ações sociais, base de sua organização, nas inúmeras paróquias da Arquidiocese tem sido uma preocupação central.

A ASA organiza-se através de uma diretoria (composta por um presidente, diretor arquidiocesano, diretor secretário e diretor financeiro); um conselho fiscal (três membros titulares e três membros suplentes) e uma equipe executiva (coordenação de pastoral, duas assistentes sociais, um auxiliar de escritório, duas enfermeiras sanitárias e um agente de pastoral). Realiza assembleias bianuais, quando se elege uma nova diretoria, apresentam-se os relatórios dos biênios anteriores e realiza-se o planejamento para o próximo biênio.

O Fundamento do Projeto Político

A missão da ASA é, fundamentalmente, de evangelização, vinculando-se a esta a necessidade da transformação social. “A Igreja tem em suas raízes a missão de defender a vida e a justiça, e na sociedade em que vivemos, a vida e a justiça estão sendo constantemente ameaçadas” (ASA, 1994: 2). As situações de desigualdade, exploração e exclusão social, ameaçam vida, preocupando aqueles que “sonham com uma realidade mais justa e politicamente democrática, buscando realizá-la” (Relatório, 1995). A ASA atua, então neste sentido:

“Propomo-nos, portanto, a cultivar a fraternidade e a solidariedade a partir de critérios evangélicos e exigências éticas, que sirvam como balizas para a construção de uma sociedade que beneficia a todos” (Relatório 1994: 2).

A organização comunitária e a participação cidadã serão os meios para a realização de uma sociedade justa e democrática.

O que orienta a ação é a “construção de uma sociedade mais justa e politicamente democrática, tendo por base relações sociais fraternas e solidárias, rompendo com toda forma de exclusão social. Justifica-se desta forma as ações de fomento a uma consciência crítica coletiva, o forte investimento na formação de lideranças e a participação em espaços

cuja participação política viabiliza a democratização das relações Estado/Sociedade Civil” (ASA, 1997a).

“(…) de uma forma geral, a ASA tem princípios que fundamentam as ações, que servem para as ações de assessoria, que servem para as ações que executa e também para as ações de formação, que são os princípios vinculados à própria formação católica, que dão conta da solidariedade, mais com relação à caridade (...), com a ruptura com as relações de injustiça, de violência, da construção de relações sociais diferenciadas, opostas a estas que estão em vigência, que tratam da exclusão (...) A construção de relações solidárias, de relações que superem esta situação de exclusão e de injustiça, de uma forma bem geral” (Entrevista V).

Ações Desenvolvidas pela Entidade

Desde 1994 a ASA tem definido as seguintes áreas de atuação: ações sociais, idoso, saúde, criança e adolescente e produção e abastecimento. Como decorrência destas ações, outra área de atuação é a participação em conselhos e fóruns. A descrição das ações desenvolvidas nestas áreas, exposta a seguir, foi realizada a partir dos relatórios anuais da organização no período 1994-1998 (ver Referências Bibliográficas).

a) Ações Sociais Paroquiais

As ações sociais são organizações paroquiais com personalidade jurídica própria, organicamente vinculadas à ASA. Desenvolvem atividades com idosos, grupos de mães, grupos de gestantes, cursos de bordados, crochê, tricô, datilografia e realizam, algumas delas, atendimento direto a crianças e adolescentes. Atuam em situações de calamidade pública, através da coleta e distribuição de donativos e participam das assembleias gerais da ASA. Algumas ações sociais organizam atividades de formação.

A equipe técnica da ASA desenvolve atividades sistemáticas de assessoria às ações sociais (orientações jurídicas sobre registro no Conselho Nacional de Assistência Social e renovação de Certificado de Filantropia) e acompanhamento às suas ações. A assessoria realiza, ainda, atividades específicas de formação, por exemplo, os encontros de formação realizados em Palhoça, tratando, entre outros temas, sobre ‘Campanha da Fraternidade e os Excluídos’. Realiza, também, acompanhamento aos processos de planejamento e avaliação das ações Sociais, desenvolvendo seminários específicos para isto (ASA, 1995).

A atuação das ações sociais estende-se pelos municípios de Palhoça, Itajaí, Ilhota, Navegantes, Florianópolis, Tijucas, São José, Santo Amaro da Imperatriz, entre outros.

b) Área do Idoso

Nesta área realizam-se cursos (em 1994, três cursos em Florianópolis e um em Brusque, com as seguintes temáticas: Energia, Corpo e Mente na Terceira Idade; Equilíbrio Energético e Cromoterapia na Terceira Idade; Origami na Terceira Idade); oficinas (em 1995, realizam-se oficinas em Florianópolis, com o tema “Vivendo sua Afetividade”, envolvendo dinâmicas de grupo e reflexões sobre projeto de vida), encontros (em 1996 realizam-se encontros envolvendo grupos de idosos em várias cidades da região da grande Florianópolis, com os temas “Exercício da Cidadania da Pessoa Idosa”, “Leis que Amparam a Pessoa Idosa”, “Aposentadoria” e “Relações Familiares e Afetividade”).

Realiza-se, também, o acompanhamento sistemático a alguns grupos de idosos; acompanhamento a programas de alfabetização de idosos de alguns grupos; promove-se a articulação com grupos de idosos de outras localidades, articulando a participação em mostras, eventos, congressos, etc.

Outra atividade relevante é o levantamento de grupos de idosos na região da Grande Florianópolis e produção de subsídios específicos sobre a temática. Além disso, participa-se na elaboração de pesquisas desenvolvidas por centros universitários e na orientação de estágios.

Através da participação no Grupo de Estudos da Terceira Idade (GETI), da Universidade Federal de Santa Catarina, uma série de ações em parceria são realizadas: acompanhamento a grupos de idosos, cursos, participação em eventos, discussões sobre políticas públicas na área do idoso, etc.

Tais ações de promoção envolvem os municípios de Florianópolis, São José, Santo Amaro, Palhoça, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Balneário Camburiu, Itajaí, Brusque

c) Área da Saúde

Envolve atividades como: assembléias paroquiais da Pastoral da Saúde, onde são definidas estratégias de atuação; assembléias arquidiocesanas da Pastoral da Saúde;

reuniões internas entre coordenadores dos grupos paroquiais e dos grupos de assessoria da própria ASA; além da participação em encontros da Regional IV da CNBB, a qual a ASA vincula-se.

Além disso, realiza-se cursos (por exemplo, o Curso de Formação de Liderança e Repassadores da Pastoral da Saúde, desenvolvidos em 12 paróquias, abordado os temas: doenças crônicas, saúde da mulher, políticas de saúde, conselhos municipais de saúde, fé e política, parapsicologia, fortalecimento do grupo) (ASA, 1994); encontros de aprofundamento com agentes de saúde; treinamento de agentes da Pastoral da Saúde; articulação com núcleos de saúde de outras organizações (como por exemplo, a parceria desenvolvida a partir de 1995 com o Núcleo Multiprofissional de Fitoterapia da UFSC).

Participa-se, também, no Fórum Popular da Saúde e nos Conselhos Municipais da Saúde (Florianópolis, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Major Gercino, Anitápolis)(1994).

A partir de 1998 inicia-se o acompanhamento a cerca de 220 crianças desnutridas no bairro Monte Cristo em Florianópolis observando-se o crescimento e o grau de desnutrição dessas crianças. Realiza-se, também, reuniões educativas com mães, cursos de alimentação alternativa e visitas domiciliares:

“O impacto na melhoria da saúde e retirada das crianças do quadro de desnutrição é visível nas ações desenvolvidas de forma sistemática e eficiente pelos grupos de agentes de saúde comunitária. Das 227 crianças atendidas no início do ano, hoje são 158 as que continuam sendo acompanhadas mensalmente, 46 foram desligadas pois atingiram seu peso normal, 12 passaram da idade máxima de acompanhamento que é até 6 anos, 8 mudaram-se do bairro e 3 saíram por falta de frequência aos encontros” (ASA, 1998: 6)

Produz-se, também o Boletim Informativo da Pastoral da Saúde, com distribuição em Florianópolis, Anitápolis, São José e Angelina.

d) Área da produção e Abastecimento

Desde 1989, a ASA faz parte do Conselho Regional Fundo de Mini Projetos Alternativos, articulado pela CNBB. A partir de 1993, articulada com o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP) e a Ação da Cidadania, aconteceu a estruturação dos armazéns comunitários, em 13 comunidades da região da Grande

Florianópolis. A partir de 1994, estruturou-se os postos de vendas e a cooperativa de produção. A ASA realizava o acompanhamento às comunidades que implantaram os armazéns comunitários, reuniões com empresas parceiras, palestras e seminários, produção de materiais de divulgação e controle e organização contábil, participação em espaços de formulação de políticas públicas. A iniciativa beneficiava, em 1996, em torno de três mil famílias. A partir de 1997, dificuldades, agudizadas em 1998, levaram praticamente à paralisação das atividades da cooperativa, não conseguindo esta manter as atividades de compra e venda. A extinção ou o enfraquecimento dos comitês da ação da cidadania, estrutura fundamental para o funcionamento da Cooperativa, tiveram peso significativo neste processo. Além disso, processos na justiça trabalhista, perda de mercadorias, assalto, os encargos sociais e obrigações legais são, entre outras, a série de fatores que terminaram por inviabilizar a proposta.

e) Participação em Conselhos e Fóruns

A ASA participa de vários conselhos e fóruns, através de seus projetos específicos: Conselho Estadual do Idoso; Conselho Municipal da Saúde de Florianópolis; Conselho Municipal da Saúde de Florianópolis, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz; Fórum Popular da Saúde; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis e Biguaçu e Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e fórum Estadual da Criança e do Adolescente. A ASA participou ativamente nas comissões que criaram muitos destes espaços de discussão pública das políticas sociais, destacando-se, em relação ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a atuação no processo de instalação do Conselho Tutelar, nos processos de reordenamento institucional dos programas de atendimento e no reordenamento do SOS Criança. Aqui, particularmente, interessa a participação da ASA nos espaços de garantia dos direitos da criança e do adolescente em âmbito estadual.

A ASA tem representantes no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) desde sua instalação. A partir de 1994, as ações da ASA no CEDCA centraram-se na participação da Comissão de Recursos Humanos e Financeiros, direcionando-se para denúncias de irregularidades do uso do Fundo para a Infância e

Adolescência (FIA), em função das transferências de recursos orçamentários do FIA para outros itens do orçamento da Secretaria da Justiça e da Administração e para a definição de critérios para a política de funcionamento do FIA (ASA, 1994). Em agosto de 1995, termina seu mandato, e a ASA sai do CEDCA, assumindo a coordenação do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. As ações no Fórum referem-se às reuniões sistemáticas do secretariado; reuniões envolvendo as entidades da sociedade civil que compõem o CEDCA e organização de encontros envolvendo o conjunto da sociedade civil e das assembleias do próprio Fórum, além da participação em comissões do CEDCA. As prioridades são: a regionalização do Fórum no Estado, elaboração de projetos viabilizadores das ações do Fórum, acompanhamento ao Plano Plurianual do Estado (ASA, 1995; ASA, 1996) e acompanhamento ao Planejamento Estratégico do CEDCA e das Conferências (ASA, 1996; ASA, 1997a).

f) Outras

A ASA participa da Regional Sul IV da CNBB, espaço de aprofundamento das ações de ASA e de articulação em relação à CNBB. Participa-se, através da CNBB, na organização da Semana Social Catarinense e da Semana Social Brasileira e em discussões metodológicas sobre a relação entre o trabalho pastoral e a ação política, através de espaços que procuram “discutir e propor quais seriam as práticas de ação política que cabe aos agentes de pastoral, comprometidos com o projeto de Jesus Cristo” (ASA, 1994).

A ASA também participa da coordenação do Fundo de Mini-Projetos, realizado pela Regional Sul IV da CNBB desde 1986, o qual, através de recursos da MISEREOR/ZENTRALSTELLE, entidade de financiamento alemã, promove projetos alternativos de produção e de comercialização, envolvendo a produção de malhas, padarias comunitárias, marcenarias, grupos de costura, cooperativa de fabricação de sabão, armazéns comunitários, etc. Financia-se projetos de educação popular (por exemplo, a Oficina do Saber, realizado pelo Centro de Educação e Evangelização Popular; a Casa da Criança, em Canelinha, entre outros). É relevante, independente da atividade a que se refere, assinalar, para os fins do nosso trabalho, algumas preocupações em um momento de avaliação desta ação:

“Interessa-nos, então, aprofundar, em que medida, tais práticas se tornam, efetivamente uma luta contra a exclusão social? O que elas apontam na direção da cidadania ativa? Trata-se de experiências isoladas, geográfica e/ou socialmente, ou uma experiência que mobiliza emoções e sentimentos, que articula níveis diferenciados de realidade social, que aponta alternativas e protagonistas, que supera limites e amplia possibilidades?” (ASA, 1995).

g) Área da Criança e do Adolescente

Atividades de assessoria e o acompanhamento a entidades comunitárias de atendimento à infância e adolescência são prioritárias em relação às ações realizadas na área da infância. Tal assessoria se dá através do auxílio ao planejamento das atividades e da reflexão e avaliação sistemáticas da prática educativa. Também, através do apoio direto na realização de atividades específicas (eventos culturais, participação em reuniões com os pais e com as crianças e adolescentes) e na elaboração e encaminhamento de projetos para a captação de recursos. Abrange programas de atendimento de comunidades da Grande Florianópolis, envolvendo Florianópolis, São José e Palhoça (em 1994 estavam articuladas as seguintes comunidades: Ponte do Imaruim, Morro do Pedregal, Capoeiras, Forquilha, Picadas do Sul, Vila Aparecida e Morro do Mocotó) e Itajaí (ASA, 1994). A inserção gradativa de uma outra organização ligada à Arquidiocese de Florianópolis (Fundação Fé e Alegria) em atividades de acompanhamento aos programas comunitários reduziu aos poucos a participação da ASA nestas atividades.

Até 1994, a ASA realiza encontros desportivos, articulando as entidades de atendimento das comunidades as assessora. Foram realizados oito encontros no total. Estes encontros são organizados a partir de representações das comunidades que compõem uma ‘comissão de esportes’, a qual elabora o regulamento geral do encontro, a programação e o cronograma das atividades, bem como busca garantir a infra-estrutura necessária à sua realização. O objetivo, além da articulação entre as diversas entidades através de uma atividade de confraternização, é envolver as comunidades em processos de organização.

Em 1997, a ASA passou a integrar a coordenação colegiada do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, articulação de entidades para o atendimento a meninos e meninas em situação de rua (que tem na rua seu espaço de socialização, trabalho e, em

alguns casos, moradia) em Florianópolis, envolvendo uma série de organismos públicos e entidades da sociedade civil

Ações de Formação

As ações de formação desenvolvida pela ASA perpassam as suas várias áreas de atuação.

“(...) cada área tem uma pessoa responsável (...) um assessor responsável, e este assessor trabalha com grupos de decisão das ações de formação. Na área da saúde, é a coordenação da saúde, são lideranças de diferentes locais que se reúnem a cada dois meses e aí deliberam sobre situações gerais. Na área do idoso, da mesma forma. E na área da criança é diferente, porque a área da saúde e do idoso tem uma ampliação maior das atividades de defesa. Está mais enraizada nas comarcas dos 34 municípios que envolvem a ASA. Na área da criança e do adolescente não tanto, está mais alocada aqui na Grande Florianópolis e em Itajaí (...) isto que nós estamos querendo ver se alteramos. (...) Nas três áreas o procedimento é parecido. São reuniões com estes grupos de interesse da formação para definir temáticas e a partir destas temáticas se organiza cursos, seminários” (ASA, 1995).

As ações especificamente consideradas como sendo de formação (que constam no item formação nos relatórios da entidade) desenvolvidas são:

- Os I e II Encontros Estaduais de Conselheiros de Direitos, realizados em setembro e novembro de 1994, em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Florianópolis, envolvendo representantes de organizações não governamentais de Florianópolis, São José, Itajaí, Laguna, Lages, Correia Pinto, Rio do Sul, Timbó Grande e Lebón Régis (estes três últimos municípios apenas no segundo encontro) além de representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os temas abordados no primeiro encontro foram: a história da luta de defesa da criança e do adolescente, o panorama político dos conselhos de direitos e o panorama das práticas dos conselhos de direitos de Santa Catarina. Os temas do segundo encontro, por sua vez, foram: conselhos de direitos, fundos públicos, conselho tutelar e Fóruns (ASA, 1994).

“(...)o trabalho com os conselheiros de direitos, como uma ação política que vem da necessidade da própria representação da ASA nos espaços dos conselhos e fóruns, esta representação da ASA nestes espaços, o que é que passa a perceber, a dificuldade que se tem de alguns entendimentos e a necessidade que se tem de articulação, então, o espaço de formação passa a ser este espaço também de

articulação e também um espaço, inclusive, de pensar como que poderia qualificar esta intervenção. Aí é que entra esta parceria ASA e Movimento [MNMMR] na organização daqueles eventos, que foram dois e que deveria ter um terceiro (...)" (Entrevista V)

- O encontro *O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Educação Popular*, realizado em outubro de 1994, envolvendo educadores de Florianópolis, Palhoça, São José, Lages e Itajaí. Os temas trabalhados foram: ‘reflexões sobre o ECA’; ‘práticas e atividades que os educadores desenvolvem’, ‘o que precisamos hoje refletir e trocar sobre os princípios políticos pedagógicos para alcançar o que traz o ECA.

No final deste encontro alguns desafios para o trabalho dos educadores foram elencados, cumprindo destacar:

“- Além do compromisso é necessário competência, e isso só se dará com conhecimento.

- É necessário que o educador esteja em uma formação permanente (...)

- A necessidade dos programas estarem articulados (...)

- Além do entendimento do dia-a-dia temos o compromisso de participar de uma articulação mais ampla, buscando a formulação de políticas públicas (...)" (ASA, 1994, 14)

- O encontro sobre dinâmica de trabalho com grupos, realizado em novembro de 1994, envolvendo educadores dos municípios de Florianópolis, Palhoça, São José, Lages e Itajaí.
- Em maio de 1995, em uma parceria com a Fundação Fé e Alegria, o CEDEP e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a ASA realizou as ‘Oficinas de Capacitação de Líderes e Educadores Comunitários’, envolvendo representantes de 13 comunidades dos municípios de Florianópolis, Palhoça, Itajaí e São José. Os encontros trataram dos seguintes temas: “organização comunitária como uma complexa rede de relações”; “o papel dos líderes comunitários e dos educadores na comunidade”; “revitalização das relações na comunidade”. Nos meses de junho, outubro, novembro e dezembro, ainda a partir das parcerias mencionadas acima, realizaram-se as “oficinas de capacitação para assessoria”. Tais oficinas reuniram pessoas ligadas às entidades parceiras e a outras que também

desenvolvem programas de assessoria a organizações comunitárias (Sociedade Alfa-Gente, Secretaria do Meio Ambiente e Habitação de Palhaça).

“Os encontros permitiram reflexões sobre as seguintes questões: a quem serve o trabalho ora desenvolvido?; Como são construídas as relações nas comunidades?; Como são estabelecidos os objetivos das ações a serem desenvolvidas?; Há interação com outros atores nas comunidades?; Qual a correlação de força presente?; Quais os nós críticos encontrados no desenvolvimento das ações educativas?; Diante do quadro exposto, como redefinir os papéis, qual o significado da parceria?” (ASA, 1995: 17)

A importância do encontro foi, justamente, ter “apontado a necessidade de articulação, de constituição de redes, para a própria sobrevivência das organizações populares e para estabelecimento de avanços nas relações de parceira com instituições públicas” (ASA, 1995: 17).

- Em dezembro de 1995, a ASA realiza a “Oficina de Sexualidade na Infância e Adolescência”, reunindo educadores de programas comunitários de Florianópolis, São José, Palhoça e Itajaí. Em 1996, a ASA, em parceria com a UDESC, a Fundação Fé e Alegria e o CEDEP, realiza os encontros ‘Globalização e Reordenamento do Espaço e da Política Local’ e ‘Sociedade Civil e Participação Política’.

A partir de 1996, a ASA dá início ao Curso de Formação de Educadores dos Programas Comunitários de Atendimento às Crianças e Adolescentes, concluído em 1997. Decorreram deste curso uma série de seminários e atividades formativas, realizadas nos anos de 1997 e 1998. Será sobre este Curso de Formação de Educadores e os seminários que dele se desdobraram que nos deteremos a partir de agora.

Detendo-se numa Prática Formativa Específica

O Curso de Formação para Educadores Comunitários de Atendimento às Crianças e Adolescentes foi estruturado em quatro etapas, sendo que as duas primeiras foram desenvolvidas em 1996 e as seguintes em 1997. Envolvendo comunidades cujos educadores que haviam participado do Curso de Formação e incluindo outras comunidades no processo formativo, a partir de 1997, foi realizado o *Seminário de Formação de Educadores*, em três etapas de carga horária de 12 horas cada. Em 1998 foram realizados, a

partir de uma discussão com os programas diretamente acompanhados pela ASA, uma série de encontros e oficinas com temas específicos: *Encontro sobre Educação Popular e os Programas Sócio-educativos* (julho); *Encontro sobre Planejamento; Oficina de Teatro Integrado à Educação; Oficina sobre Sexualidade Humana; Oficina sobre Brinquedo de Papel; Oficina de Fantoques; Oficina sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Oficina sobre a Educação Popular e os Programas Socio-educativos* (novembro). Realizou-se, como resultado deste processo de formação de educadores, o subsídio 'Refletindo a Prática Educativa' resultado do Curso de Formação de Educadores e o seminário *Ética Social e Educação Popular* (ASA, 1996; ASA, 1997a; ASA, 1998a).

Descrição da Ação Formativa

O Curso de Formação de Educadores dos Programas Comunitários de Atendimento às Crianças e Adolescentes envolveu 11 educadores de programas de atendimento de Itajaí, São José e Florianópolis e desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos:

- “Proporcionar a formação de educadores a partir de princípios da educação popular, concebendo a criança e o adolescente em sua integridade;
- Discutir as relações do campo educativo (comunidade, sociedade) programa, educadores, crianças e adolescentes, famílias;
- Produzir registros das diferentes práticas (experiências) educativas” (ASA, 1998a: 11)

O Curso foi realizado em quatro etapas, tendo seguido a seguinte programação:

1ª etapa – outubro de 1996

A história social e políticas da infância e adolescência no Brasil;

História das políticas para a infância e adolescência no Brasil

O Estado, a sociedade e a família.

2ª etapa – dezembro de 1996

Os programas de atendimento e a relação educativa.

A educação popular.

Desafios do cotidiano: a agressividade, o uso de drogas.

3ª etapa – março de 1997

O processo de desenvolvimento infanto-juvenil.

O contexto sócio-familiar.

A sociabilidade.

A questão de gênero e de sexualidade

4ª etapa – maio de 1997

A reflexão e a sistematização da prática.

Alternativas frente aos desafios.

A sistematização da prática educativa.

Após o Curso de Formação de Educadores, a ASA realizou o Seminário de Formação de Educadores, em três etapas, nos meses de maio, junho e julho de 1998, com o desenvolvimento dos seguintes temas:

1ª Etapa. Princípios pedagógicos da educação popular, quando se trabalhou: as definições dos princípios da educação popular, as metodologias de trabalho e a reflexão sobre as práticas pedagógicas existentes e sua relação com a educação popular.

2ª Etapa. A educação popular e a questão de gênero, abordando-se aspectos referentes ao desenvolvimento infanto-juvenil e, de forma particular, a questão da sexualidade humana.

3ª etapa: O lazer e o esporte na perspectiva da educação popular, cujos temas trabalhados foram: lazer e esporte como direitos; o que assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao lazer e ao esporte e debate e troca de experiências sobre as práticas de lazer e esporte (ASA, 1997a; ASA, 1997b).

Participaram dos seminários educadores de programas comunitários da região da Grande Florianópolis.

Ainda em 1998, no segundo semestre, a ASA deu prosseguimento às suas atividades de formação de educadores através de uma série de oficinas. A maioria das oficinas foi realizada em apenas um dia, com exceção dos encontros sobre educação popular e as oficinas sobre sexualidade, que aconteceram em dois dias.

Em julho de 1998, envolvendo diretamente as comunidades acompanhadas pela ASA (Picadas do Sul, em São José, e Morro do Horácio, em Florianópolis), aconteceu o “Encontro sobre Educação Popular e os Programas de Atendimento”. O encontro teve como objetivo avaliar as atividades realizadas pelos programas durante o primeiro semestre do ano, subsidiando tais atividades a partir de discussões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Em agosto realizou-se o “Encontro sobre Planejamento”, durante um dia, envolvendo educadores de dois programas comunitários de Florianópolis (Morro do Horácio) e São José (Picadas do Sul). O encontro centrou-se na apresentação e discussão de alguns conteúdos específicos sobre planejamento a partir dos quais procurou-se construir uma planilha de planejamento conjunto para o segundo semestre (ASA, 1998b).

Já em setembro foi realizado o “Curso de Teatro Integrado à Educação”, envolvendo os programas que participaram do encontro sobre planejamento e um programa de Biguaçu (Jardim Saveiro). O curso teve como objetivos desenvolver dinâmicas de teatro que contribuam com os processos socio-educativos, realizar atividades práticas de percepção e movimentação do corpo, desempenhar atividades de leitura, escrita e dramatização e, fundamentar teoricamente noções de teatro, enfatizando a importância da expressão corporal. A atividade foi realizada a partir de uma série de dinâmicas de trabalho corporal, instrumentais para o trabalho pedagógico com as crianças e como recurso para o trabalho de subsídios específicos sobre teatro (ASA, 1998c).

Em outubro foi realizada a primeira etapa da “Oficina de Sexualidade”, envolvendo comunidades de Florianópolis (Morro do Horácio, Monte Cristo, Vila Aparecida, Chico Mendes) e de São José (Picadas do Sul). Participaram também representantes do programa Oficina do Saber, do CEDEP. A sexualidade do adolescente foi o tema central da oficina, que aconteceu através da leitura de textos, de trabalho em grupos e da apresentação, a partir de determinadas dinâmicas (representação, confecção de jogos) dos entendimentos realizados (ASA, 1998d).

Ainda em outubro duas outras oficinas foram realizadas: “Oficina de Brinquedo de Jornal” e “Oficina sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. A primeira envolveu os programas do Morro do Horácio (Florianópolis) e de Picadas do Sul (São José), a segunda, além destes, programas de Biguaçu e de Itajaí. A oficina sobre brinquedos de jornal

ofereceu aos educadores técnicas para ensinar as crianças a fazerem brinquedos utilizando jornal. Já a oficina sobre o ECA trabalhou a diferença entre as definições de ‘menor’ e ‘criança’, a doutrina de proteção integral, postulada pelo ECA e suas consequências para o trabalho educativo (ASA, 1998e; ASA, 1998f)

A segunda etapa da “Oficina de Sexualidade” aconteceu em outubro envolvendo além das comunidades de Florianópolis e de São José que participaram do encontro anterior, uma comunidade de Biguaçu (Jardim Saveiro). O encontro aconteceu, inicialmente, a partir de um levantamento de aspirações e dúvidas dos participantes. Depois foram lidos e debatidos, a partir de dinâmicas de apresentação, subsídios específicos sobre sexualidade do adolescente (ASA, 1998d)

Por fim, em novembro, foi realizada a “Oficina de Educação Popular”, envolvendo comunidades de Florianópolis, São José e Biguaçu. A oficina centrou-se na distinção, tendo a exibição de um filme em vídeo como recurso pedagógico, entre a ‘educação conservadora’ e a ‘educação libertadora’. Vale destacar alguns pontos levantados nesta distinção. São apontados como elementos de uma educação libertadora:

“(…) ter consciência crítica; respeitar a individualidade e a diferença; vivenciar mais a participação; construir regras e normas coletivas; conhecer as pessoas e a realidade destas; (...) ser organizada: documentar, planejar, avaliar; sistematizar a prática; pensar coletivamente (em grupo); estar atento aos sentimentos de todos que integram o programa; (...) favorecer o diálogo; (...) sensibilidade de se colocar no outro (...)” (ASA, 1998g).

Uma avaliação relevante neste momento é relatada por uma das assessoras:

“(…) Se perguntar assim, qual é o objetivo, acho que o objetivo é esse o principal, em relação à criança e o adolescente pensando em uma estrutura social diferenciada. Investindo-se aqui espera-se relações diferenciadas. E eu acho que é o que a gente acaba tendo como reflexo nas avaliações. A diferença que se percebe no tratamento, na atenção, à criança e o adolescente por parte dos educadores. Esta alteração da mentalidade de que a criança é objeto de manipulação a partir da vontade do educador. A criança passa a ser ouvida, passa a ser contemplado nos seus interesses e necessidades. E daí passa a se constituir cidadão que tem um olhar próprio sobre a sociedade. E esse olhar próprio é um olhar que busca ser um olhar que busca ser coletivo, não um olhar próprio individual. Acho que esse aí é o principal propósito e é o principal impacto também. Volto na discussão da questão do restante das oficinas sobre o Estatuto. A gente provocou uma discussão entre a concepção que se tem de ‘menor’, com esta terminologia, e qual é a concepção de criança. E aí que aflorou todos os estigmas que ainda se tem em relação a pensar o menino muito do que se trabalha como menor e não de como esta criança que tem uma potencialidade própria. Então, esse é o principal reflexo e tem sido o principal

mote da ASA nesta área da formação. Muito localizada na questão pedagógica, na relação que se trava lá com as crianças, política porque a perspectiva é a de construção de relações diferenciadas. Por isso que a formação de educadores esta ainda distante da relação com os conselhos de direitos e por isso que os conselhos tutelares entram mais próximo. Por que está muito ainda localizado nas crianças” (Entrevista V).

Metodologia Utilizada

Os assuntos tratados nas atividades formativas são definidos a partir de levantamentos periódicos de necessidades de formação, a partir de encontros de planejamento realizado através das assessorias da ASA aos programas de atendimento.

Basicamente, são duas as modalidades de formação utilizadas: seminários, abordando determinados conteúdos em uma única etapa, e cursos, desenvolvidos em mais de uma etapa.

A realidade na qual se encontram os educadores e as compreensões que elaboram sobre os assuntos em questão são a referência primeira para as metodologias utilizadas nos processos formativos desenvolvidos pela ASA. Parte-se de um confronto destas referências com conteúdos apresentados por assessores e subsídios específicos (textos, vídeos, etc.), buscando, assim, uma superação crítica dos elementos apresentados pelo cotidiano: “Metodologicamente, a formação parte de um posicionamento crítico em relação à estrutura social, econômica, política e cultural da realidade” (ASA, 1995: 15). Desta forma, levantamento de informações dos participantes a respeito das temáticas trabalhadas, exposições dialogadas e trabalhos em grupos de reflexão a partir de subsídios especificamente escolhidos tornam-se os procedimentos mais frequentes.

Todas as atividades formativas possuem momentos específicos de avaliação, detendo-se estes, geralmente, nos aspectos relativos a conteúdos (em relação às necessidades específicas de formação), metodologia, assessorias, dinâmicas e infraestrutura. Tais avaliações são realizadas pelos participantes no decorrer e no final da atividade formativa. Além disso, a própria equipe de assessoria, a partir de suas reuniões regulares, avalia permanentemente o andamento das ações formativas.

O curso de formação de educadores foi sistematizado por um grupo de educadores participantes os quais, ao final do curso, ainda em 1997, reuniram-se para produzir o documento “Refletindo sobre a Prática Educativa” (Silveira & Valença, s/d).

A Concepção Pedagógica

Partindo de um entendimento mais geral de educação como sendo “o processo onde se estimula o indivíduo a realizar os seus potenciais” (ASA, 1998, 28), localiza-se a especificidade da educação popular, uma dentre várias abordagens pedagógicas, com a qual, particularmente, a ASA trabalha. Entende-se educação popular como a prática pedagógica comprometida com os interesses das classes menos favorecidas.

“Parte-se da educação popular como orientação político-pedagógica e das reflexões sobre seus instrumentos, tarefas e práticas necessárias para que ela possa contribuir efetivamente para a construção da relações solidárias e na perspectiva de uma sociedade democrática” (ASA, 1996: 15).

A pedagogia utilizada pela ASA “fundamenta-se na concepção de educação popular, partindo da prática social (experiências históricas) e da realidade concreta das pessoas. Deve contribuir também para a formação integral das lideranças, atendendo às suas distintas dimensões, valorizando os aspectos subjetivos, culturais e pessoais” (ASA, 1995: 15)

“Propõe novas formas para a prática educativa fundamentada nas experiências históricas e no conhecimento presente entre educador e educando. Constitui uma prática voltada para a construção de sujeitos sociais e políticos comprometidos com as mudanças das situações de desigualdades e injustiças sociais” (ASA, 1998a: 29).

Sua prática não se limita, porém, às classes populares pois vinculando-se ao processos de democratização da sociedade brasileira, “todas as camadas sociais podem se beneficiar de sua aplicabilidade, ou seja, a Educação Popular serve a todos os seguimentos da sociedade” (ASA, 1998a: 29).

A educação popular, conforme vista pela ASA, visa, então, a superação dos interesses individuais buscando o coletivo, devendo-se, no entanto, considerar neste processo o respeito às particularidades individuais.

Parte-se, também, de uma identificação entre educador e educando. Referenciando-se em Paulo Freire, demarca-se dois elementos como necessários à prática educativa: o amor, compreendido como o respeito e o diálogo, e a esperança. “A esperança reside na

possibilidade de educador e educando poderem, juntos, ensinar, inquietar-se, produzir e resistir aos obstáculos” (ASA, 1998a: 30).

Sintetizando os elementos principais apontados até agora, a concepção de formação pode ser sistematizada como referenciada a partir dos seguintes pressupostos:

- “- [as] experiências históricas e cotidianas das práticas educativas;
- a análise crítica deste conjunto de experiências relacionadas aos condicionamentos socio-econômicos-políticos e culturais que vive o/a educador/a;
- a necessidade da objetivação de um posicionamento e construção de ações que superem todos os problemas existentes na prática educativa;
- a educação popular como orientação político-pedagógica e as reflexões sobre seus instrumentos, tarefas e práticas necessárias para que ela possa contribuir efetivamente para a construção de relações pautadas na solidariedade, fraternidade e em uma perspectiva de sociedade democrática” (ASA, 1998a: 10).

2.4.4. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - SC

Caracterização da Instituição e de seus Objetivos

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) organizou-se a partir do *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, implantado, em 1982, através de parceria entre o Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), pela Secretaria de Ação Social do Governo Federal (SAS) e Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). O projeto tinha como objetivo conhecer as experiências alternativas ao modelo de institucionalização à criança pobre, enfatizando o caráter comunitário de atendimento e aconteceu através de uma série de encontros de trocas de experiências (seminários e estágios de vivência) entre educadores dos mais diversos locais (os chamados 'semitágios'). O contato entre vários programas possibilitou um intenso intercâmbio de experiência e uma crítica às práticas que então eram realizadas, dando origem a grupos locais de discussão sobre as novas práticas que se gestavam. Estes grupos locais, aproveitando o espaço favorecido pelo projeto Alternativas, articulam-se nacionalmente, entre 1983 e 1985, sendo que em julho deste ano, reunidos em Brasília, realizam o Encontro Nacional de Grupos Locais, base para o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ocorrido também em Brasília, em maio de 1986, que congregou cerca de quinhentas crianças e adolescentes de todo o Brasil:

“Este encontro, inédito em todo o mundo, desperta a atenção da sociedade e transforma-se num divisor de águas, um marco significativo para que meninos e meninas de rua comecem a adquirir voz e vez e iniciem um processo de organização para lutar contra a violência e pelos seus direitos de cidadania” (Santos, 1995: 14)

Em agosto de 1986 realiza-se a Assembléia Nacional que constitui o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, aprova seus estatutos e constitui uma Comissão Nacional. A partir daí, o MNMMR participa ativamente no processo de revisão da legislação para infância e adolescência, aproveitando o momento de revisão constitucional que ocorre no país a partir de 1987. O Movimento participa na formulação das emendas populares 'Criança e Constituinte' e 'Criança, prioridade nacional'. Participa, também, da criação do Fórum Nacional permanente de Entidades não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e do processo de elaboração do

anteprojeto do Estatuto da Criança e do Adolescente. É relevante, também, a participação das inúmeras comissões locais na elaboração das constituintes estaduais. Depois, com a aprovação do ECA, o movimento passa a ocupar os espaços institucionais para sua implementação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), conselhos estaduais e municipais dos direitos e os fóruns estaduais e municipais das entidades não governamentais (Santos, 1995: 19-20).

Paralelo a este investimento na alteração do Código de Menores e na efetivação de uma nova ordem legal, o Movimento desenvolve, em seus grupos locais, atividades de organização de meninos e meninas e de formação de educadores e de agentes dos direitos da criança e do adolescente. O processo organizativo tem nos encontros nacionais de meninos e meninas o culminar do trabalho desenvolvido nas inúmeras comissões locais (espaço de reunião dos educadores/militantes) e núcleos de base (grupos locais que desenvolve trabalho de organização de meninos), dos encontros estaduais e regionais de meninos. Em setembro de 1989 o Movimento realiza o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, reunindo cerca de setecentas crianças e adolescentes. O III, IV e V Encontros aconteceram, respectivamente, em 1993, 1995 e em 1998, sendo que neste último reuniram-se mais de seiscentos meninos e meninas, além de educadores e dirigentes. Atualmente, a nível nacional, o MNMMR possui comissões estaduais em 25 dos estados brasileiros e 80 comissões locais, articulando cerca de 800 educadores e mais de cinco mil crianças.

Em Santa Catarina, o MNMMR está organizado desde sua constituição nacional, tendo sido, inclusive, um dos grupos responsáveis por esta constituição. Inicialmente estreitamente ligado ao trabalho que a ASA realizava de apoio a grupos locais de atendimento a meninos e meninas, diferencia-se a medida que vai constituindo um espaço diferenciado de intervenção propriamente política e organizativa. Assim, em parceria com a ASA e outras instituições, realiza uma série de ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente no estado. Em 1987 publica-se uma cartilha sobre “Meninos de Rua” realiza-se o vídeo “Feliz a Nação que Ama e Protege seus Filhos”, este último a partir de uma comissão composta pela FUNABEM/SC, FUCABEM, Polícia Civil, Juizado de Menores, Ação Social Arquidiocesana e a Comissão Local de Florianópolis do MNMMR.

O MNMMR em Santa Catarina, participa, ainda, ativamente do processo constituinte nacional “Criança Constituinte”, interferindo em 1989 no processo da constituinte estadual. Junto com outras entidades, apresenta a emenda popular 14, prevendo a criação do conselho estadual e de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente. Participa, também, da constituição do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Moraes, 1998; Schlichting, 1997).

Atualmente, o MNMMR está organizado em Santa Catarina através de um grupo local em Florianópolis e de grupos de meninos e meninas em seis comunidades da grande Florianópolis. Articula-se, também, com outros grupos e instituições em Lages, Blumenau e Joaçaba. O Movimento já contou com uma comissão local em Joinville, que atualmente está desarticulada.

Formalmente, os objetivos do MNMMR assim são sistematizados:

- “- Possibilitar espaços de organização e formação de crianças e adolescentes das camadas populares, prioritariamente meninos e meninas de rua, favorecendo sua participação na reflexão e busca de soluções de problemas que lhes afetam, a fim de expressarem e exercerem seus direitos de cidadania;
- Ser espaço de organização em rede de educadores, programas de atendimento e agentes de defesa dos direitos, (...)
- Participar ativa e criticamente na elaboração de leis e políticas públicas (saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, cultura, moradia, alimentação, liberdade, etc.) para que sejam efetivas, atinjam as crianças e os adolescentes de forma eficaz (...);
- Contribuir na mobilização, organização e capacitação das forças vivas da sociedade civil, a fim de que promovam e defendam os direitos humanos e a cidadania de nossas crianças e adolescentes;
- Denunciar as omissões, transgressões e violações aos direitos humanos de meninos e meninas” (MNMMR, s/d).

O Fundamento do Projeto Político

O Movimento entende que a situação de marginalização social enfrentado por parcelas significativas da população brasileira relaciona-se intimamente com a estrutura econômica do país e com a modelo socialmente desigual típico do sistema de produção capitalista, agravados pela elevada concentração de renda, por uma agricultura fundada no latifúndio e pelo sucateamento dos serviços públicos básicos. Neste contexto, resta às classes populares e a seus filhos, uma inserção subalternizada na vida social, evidenciada pelo desemprego ou pelo trabalho informal como único recurso de sobrevivência, pela

inserção precoce de crianças no mercado de trabalho, pela prostituição infantil, pelo analfabetismo, etc. Além desta violência estrutural, os filhos das classes populares também enfrentam um contexto cultural que ‘menoriza’ a criança pobre, que a destitui de seus direitos, relegando-a a mero objeto de políticas assistencialistas ou repressivas, chegando, inclusive, estas, ao cúmulo do extermínio (MNMMR, 1994: 10-12).

Referenciando-se neste contexto e partindo de um entendimento de crianças e adolescentes como “seres humanos em desenvolvimento, cidadãos sujeitos de direitos legítimos e sujeitos da história, que têm condições e devem participar das decisões sobre suas vidas” (MNMMR, 1994: 15), o Movimento define-se como seu papel fundamental “contribuir na formação da consciência crítica e organização de meninos (as) e jovens das classes populares, principalmente os de rua, estimulando-os a serem seus próprios interlocutores para a conquista de seus direitos” (MNMMR, 1994: 15). Assim, o Movimento coloca-se, fundamentalmente, como uma entidade de organização e formação de meninos e meninas e de atuação, por agentes referenciados na realidade destes meninos e meninas, nos espaços de mobilização sociais e de elaboração e formulação de políticas públicas (conselhos e fóruns).

“(…) O projeto político do movimento não passa simplesmente pelo desenvolvimento de determinada política pública, não passa simplesmente por uma interferência política direta e imediata senão que, também, por uma transformação na cultura política em relação à infância e adolescência. Então, é fundamental para nós chegar até a população, chegar até as outras entidades que trabalham com a questão da infância e adolescência e mesmo os conselhos de direitos e tutelares, com uma perspectiva de criança como sujeito de direitos, com uma perspectiva de organização da própria garotada e com a perspectiva de afirmação de um movimento social em defesa dos direitos da criança. Não simplesmente implementar, mas conseguir também a adesão da população, enfim, a ampliação do movimento de defesa da criança e do adolescente é tão importante quanto o próprio direito sendo implementado” (Entrevista VI).

A organização do MNMMR se caracteriza, basicamente, por se constituir como um espaço de articulação em rede de educadores e pessoas envolvidas com a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Em sua relação com o Estado, o Movimento procura atuar através da participação ativa e crítica na formulação das políticas públicas e da fiscalização e denúncia dos serviços prestados pelo estado. Entende-se que o papel do Estado é o de criar condições para a definição e execução das políticas sociais básicas, desta forma, afirma-se, as ações do movimento não podem substituir, desobrigar ou negar o papel do Estado (MNMMR, 1994: 17)

As Ações Desenvolvidas pela Entidade

A Comissão Estadual de Santa Catarina organiza suas atividades a partir dos projetos de ação definidos pelo movimento nacional, a saber:

Projeto 1 – Conquista e defesa de direitos. Refere-se a atuação de fiscalização e formulação de políticas públicas que assegurem direitos às crianças e adolescentes e à denúncia das situações de violação dos direitos. Acontece através da participação em fóruns, conselhos e da articulação entre entidades parceiras.

Projeto 2 – Organização e formação de meninos e meninas. É a principal estratégia do MNMMR e tem nos ‘núcleos de base’ seu espaço organizativo fundamental. Neles, educadores, crianças e adolescentes debatem sobre sua condição social (dimensão formativa) e organizam-se para a defesa de seus direitos. Encontros estaduais, regionais e nacional dos núcleos de base configuram tanto momentos próprios ao processo organizativo como mobilização para reivindicações particulares.

Projeto 3 – Formação de educadores e agentes de defesa dos direitos. Através deste projeto desenvolve-se atividades de capacitação, estudos, pesquisas, assessorias e serviços. Para executá-las, o MNMMR conta com Equipes de Formação nos Estados e um Centro de Formação, organizado através de três pólos: Pólo 1: com sede em São Paulo e abrangendo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; Pólo 2: com sede em Belém e abrangendo a região norte; e, Pólo 3: com sede em Recife, abrangendo, por sua vez, a região Norte. Cada pólo possui uma equipe profissional composta por: coordenador, assistente pedagógico e secretário.

Projeto 4 – Fortalecimento e expansão do MNMMR. Através deste projeto o MNMMR busca fortalecer-se internamente, tanto a partir da manutenção e ampliação de sua estrutura como através da inserção de novos militantes (MNMMR, 1994).

Em Santa Catarina, desde 1995, sistematicamente, a Comissão Local de Florianópolis vem realizando o planejamento de suas atuações, os quais passam a envolver as ações da Comissão Estadual. A distribuição de suas ações pelos projetos dá-se como se segue:

Projeto 1: Defesa dos Direitos. O MNMMR tem atuado junto ao CEDCA e ao CMDCA de Florianópolis desde a instalação destes órgãos, além de atuar no Fórum Estadual e no Fórum Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis. A partir de uma revisão estratégica, decidiu-se, em 1995, priorizar a atuação no secretariado do Fórum Municipal, elegendo a mobilização da sociedade civil como eixo principal de atuação. Manteve-se a participação no Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) (MNMMR, 1996b).

A partir do projeto 2, duas frentes de atuação são definidas: grupos de meninos e meninas das comunidades e abordagem de rua. O primeiro grupo de trabalho tem como objetivo a organização de meninos e meninas e a formação para a garantia dos direitos. Em 1995 realizou-se um encontro da comissão estadual de meninos e meninas; encontros nas comunidades de Ganchos (Governador Celso Ramos), do Monte Serrat (Florianópolis) e de Picadas do Sul (São José). A partir destes encontros, organizou-se posteriormente o Encontro Estadual de Meninos e Meninas, com a presença, além dos grupos anteriormente citados, de grupos de Lages e Lébon Régis. Este encontro foi preparatório para a participação dos meninos e meninas no IV Encontro Nacional de Meninos e Meninas, realizado em Brasília neste mesmo ano (MNMMR, 1996b).

Em relação à abordagem de rua, foram realizados neste ano contatos sistemáticos com meninos e meninas em situação de rua por dois educadores militantes do movimento e reuniões sistemáticas (semanais) destes educadores para planejamento e sistematização das informações levantadas a partir destes contatos (MNMMR, 1996b).

Em 1996, a abordagem de rua ganha maior sistematicidade a partir do início do acompanhamento ao processo e organização de um grupo de papeleiros da capital. A questão principal colocada com esta intervenção é de articular alternativas de retirada das crianças que estão trabalhando diretamente na coleta de papéis. Discute-se, com o grupo dos papeleiros, a viabilidade da constituição de uma cooperativa e procura-se implementar

medidas que regulamente a atuação (incluindo a garantia de espaço físico para armazenagem de material) através de uma articulação com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o gabinete de um vereador, realizando-se, inclusive, uma sessão especial na Câmara de Vereadores para debater o assunto. No segundo semestre realizou-se um encontro com os filhos dos papaleiros. Dá-se continuidade ao trabalho de abordagem de rua, porém, agora, com menos sistematicidade (MNMMR, 1996b).

Em relação ao grupo de adolescentes, dá-se continuidade ao trabalho de articulação dos grupos comunitários através das reuniões da comissão estadual de meninos e meninas. Realizou-se, no início deste ano, um planejamento conjunto com os educadores das atividades com o grupo da comissão. Aconteceram, ainda, um encontro estadual (18 e 19 de maio) e um encontro regional. Dá-se, também, continuidade às visitas aos grupos comunitários (MNMMR, 1996b).

Em 1997 (agosto), foi realizado uma oficina para crianças e adolescentes sobre trabalho infantil, com carga horária de 16 horas, versando sobre trabalho infantil, violência e exploração sexual e ato infracional. Dá-se continuidade, também, às atividades de organização de meninos e meninas, a partir da articulação com representantes dos grupos e programas comunitários. Foi realizado um estágio em teatro na comunidade de Picadas do Sul. Neste período, também, um menino representante de Santa Catarina passou a integrar a Comissão Nacional de Animação do MNMMR, instância da organização nacional dos meninos e meninas do Movimento. Realizou-se também um encontro de lazer na UFSC (MNMMR, 1997c).

Em relação ao Projeto 3 (Formação), foram realizados, entre 1994 e 1995, encontros estaduais de educadores, envolvendo educadores de comunidades de Florianópolis (Vila Aparecida, Monte Serrat), São José (Picadas do sul), Governador Celso Ramos e Lages. Tais encontros tinham como finalidade subsidiar os programas de atendimento e os grupos comunitários articulados ao MNMMR em relação aos aspectos pedagógicos envolvidos no processo de organização de meninos e meninas. Realizaram-se também encontros internos de formação, espaços de discussão entre os militantes para a produção de subsídios, dos quais resultou, entre outros, um documento sobre o processo de organização de meninos e meninas (MNMMR, 1996b).

Em 1996, realizam-se discussões internas sobre políticas públicas para fundamentar a ação frente aos papeleiros, da qual resultou subsídio (texto) sobre políticas públicas. Muito embora planejados, os encontros de educadores deixaram de acontecer a partir de 1996. Dá-se início, porém, neste ano, ao Curso de Formação de Educadores, realizado em Lages, para educadores do programa de atendimento desenvolvido pela Irmandade Nossa Senhora das Graças e o grupo comunitário de crianças e adolescentes do Bairro Ipiranga.. Este curso foi desenvolvido em três módulos, de 16 horas cada, envolvendo as seguintes temáticas: história do atendimento à infância e adolescência, a pedagogia dos direitos e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (MNMMR, 1996c).

Em 1997, realiza-se novamente um encontro de educadores (Barra da Lagoa – Florianópolis), o movimento articula-se com os núcleos universitários Nuca (UDESC) e Mover (UFSC), participa da Comissão de Capacitação do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e na organização do II Seminário Estadual sobre o Trabalho Infantil, realizado em outubro, numa parceria entre UDESC, Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria Estadual da Família, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e Fundação Fé e Alegria. O seminário desenvolveu-se em 16 horas, tendo o seguinte programa: contexto atual de enfrentamento ao trabalho infantil; as diversas formas de trabalho infantil (trabalho infantil, trabalho informal, trabalho familiar doméstico e rural), o espaço social da infância, o ensino técnico profissionalizante e a LDB. Foram realizado painéis sobre a ação de várias instituições na questão trabalho infantil (CEDCA, CEAS, Ministério Público, Secretaria Estadual de Educação, CUT) e discutiu-se, ao final, alternativas de enfrentamento à questão O MNMMR realiza, também, o seminário *A Rua e os Programas de Atendimento*, tendo como objetivo discutir junto com os atores envolvidos com a questão do atendimento à criança e ao adolescente a situação da rua. O seminário teve uma carga horária de 16 horas e a seguinte programação: o atendimento à infância pobre; infância e adolescência e políticas públicas; políticas públicas e infância e adolescência em Florianópolis; a situação da rua em Florianópolis e alternativas atuais. O seminário envolveu representantes de várias entidades de atendimento da capital. Foram realizadas neste mesmo ano o terceiro e último módulo do Curso de Formação para Educadores em Lages. Consolidou-se nesta época os espaços de discussão temática denominados 'Rodas de Chimarrão', os quais reunia representantes de entidades parceiras do MNMMR e simpatizantes para discutir determinados temas, como por exemplo, *Relação ECA-LDB-*

LOAS (realizado em maio de 1997) e *Projeto Bolsa Escola* (discussão do projeto apresentado pelo vereador Márcio de Souza à Câmara de Vereadores de Florianópolis) (realizado em agosto de 1997), entre outras (MNMMR, 1997b).

Em relação ao projeto 4, de fortalecimento e interiorização, realizou-se a produção de boletins de divulgação das ações do Movimento; encontros de divulgação do Movimento para a inserção de novos militantes; a articulação com outras entidades (Movimento Negro Unificado, Núcleo de Estudos Negros; vereanças, entre outros); além das reuniões sistemáticas (semanais) da comissão local de Florianópolis.

Em 1997, a partir do Projeto I, no CEDCA, o Movimento participou na organização e com um artigo de seu representante do livro *Conselhos Tutelares: Perguntas e Respostas*. Aconteceu, ainda, a participação ativa na organização das Conferências Regionais de Rio do Sul, Caçador e Blumenau, na organização da Conferência Estadual e na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desenvolveu-se, ainda a partir do CEDCA, neste ano, a primeira fase do projeto *A Sociedade Civil Acelerando o Passo*. Muito embora tenha sido este um projeto articulado nacionalmente pelo MNMMR e pela Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED), em parceria com o Ministério da Justiça, a ser desenvolvidos pelos grupos estaduais ou locais de cada entidade, em Santa Catarina a comissão estadual do MNMMR encaminhou o projeto ao CEDCA, que passou, através de sua comissão de capacitação, a executá-lo. Neste primeira etapa, cinco pessoas de Santa Catarina foram envolvidas através da participação em três seminários nacionais. Este projeto será analisado mais detidamente a partir de agora.

Análise de uma Ação Formativa Específica

O projeto de formação *Implementando o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: A Sociedade Civil Acelerando o Passo* foi proposto pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (entidade juridicamente responsável pelo projeto) à Secretaria dos Direitos da Cidadania, do Ministério da Justiça do Governo Federal, contando com o apoio da UNICEF, a ser realizado através de uma parceria entre o MNMMR e a ANCED. O projeto, com abrangência nacional, contou com a estrutura descentralizada destas duas organizações para a sua realização.

No decorrer de 1996, realizou-se uma primeira etapa do projeto, onde foram envolvidos 110 pessoas (agentes multiplicadores) em um processo formativo que previa, para fases seguintes, o repasse dos conteúdos trabalhados por estes agentes para novos agentes multiplicadores, em um processo contínuo de ampliação numérica das pessoas envolvidas no processo de formação. Desta forma, os agentes multiplicadores de cada estado participaram de um processo formativo que envolvia três encontros nacionais de formação, totalizando 120 horas, a realização de uma pesquisa sobre normativas que regulamentam o funcionamento dos conselhos tutelares e sobre a estrutura destes conselhos, envolvendo cerca de 400 Conselhos Tutelares de todo o base, constituindo assim, um banco de dados inédito no país, sistematiza, no final do processo, no documento "Conselhos Tutelares no Brasil" (MNMMR; ANCED, 1997).

Esta primeira etapa teve como objetivo "contribuir efetivamente para a implementação dos sistema de garantia, de acordo com os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente", tornado específico através dos seguintes itens, em relação aos direitos. Proteção e defesa: "realizar a formação de agentes multiplicadores, qualificando a ação dos Conselhos Tutelares"; controle: "contribuir para o fortalecimento dos conselhos e articulação da sociedade civil no controle da gestão pública"; promoção: "contribuir para a implementação da política de atendimento a partir de proposições para a formulação de políticas" (MNMMR; ANCED, 1996).

Em Santa Catarina, a implantação do projeto *a Sociedade Civil Acelerando o Passo* foi integralmente assumida pela comissão estadual do MNMMR, em face da inexistência no Estado de centros de defesa vinculados à ANCED. Porém, desde o seu início o MNMMR o desenvolveu em parceria com o CEDCA, que indicou os agentes multiplicadores a serem envolvidos no processo e acompanhou, através de sua comissão de capacitação, toda a sua execução. Desta forma, os quatro agentes multiplicadores escolhidos de santa Catarina passaram a compor a Comissão de Estudos, Pesquisas e Capacitação do CEDCA. Estes agentes multiplicadores, além de participar das atividades de formação desenvolvidas a nível nacional, realizaram pesquisa sobre conselhos tutelares de 42 municípios do Estado, abarcando tanto suas normativas como suas condições de infra estrutura. Como decorrência deste trabalho, participaram como articulares das conferências regionais (realizadas em Florianópolis, Lages, Caçador, São Miguel do Oeste,

Blumenau e Joinville) preparatórias à Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pelo CEDCA.

“Aqui em Santa Catarina, quando chegou a oportunidade do Movimento indicar as pessoas para compor o projeto nacional, nós, de saída, procuramos articular com o CEDCA, para que o CEDCA fosse o ponto de articulação e para que o projeto ganhasse uma dimensão estadual, não fosse uma atividade exclusiva do movimento (...). O Movimento, obviamente, teve um papel importante nisso, nós indicamos pessoas para participar, mas submetemos à aprovação do CEDCA (...) o projeto multiplicadores é um projeto encabeçado pelo movimento mas é um projeto avalizado pelo CEDCA e realizado a partir de uma articulação de diversas entidades do estado” (Entrevista VI)

A primeira etapa do projeto, desenvolvida a partir de uma coordenação nacional, aconteceu no decorrer de 1996. Estava prevista sua continuidade, em fases posteriores, cuja negociação sobre financiamentos estendeu-se durante todo o primeiro semestre de 1997. No início do segundo semestre de 1997 iniciaram-se as preparações para a continuidade, agora em uma segunda fase. Em Santa Catarina, a comissão estadual do MNMMR apresentou uma proposta de continuidade da parceria com o CEDCA, agora com participação de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA). Desentendimentos na negociação nacional, entre Ministério da Justiça, MNMMR e ANCED inviabilizaram a realização da segunda etapa prevista. Em Santa Catarina, porém, a realização desta fase foi garantida através dos recursos captados junto ao CEDCA. É sobre esta etapa que nos deteremos a partir de agora.

A segunda fase previa, então, o envolvimento dos agentes multiplicadores formados na primeira fase na formação (em número de quatro) e acompanhamento de novos agentes multiplicadores (em número de 20), nas dez regiões do Estado (divisão utilizada pela CEDCA para a realização das conferências regionais). As regiões envolvidas foram: região Sul, região da grande Florianópolis, região de Blumenau, região de Itajaí, região de Lages, região de Chapeco, região de Rio do Sul e região de Joinville. Assim, foi realizado encontros de formação estaduais, o primeiro em julho de 1997, um segundo em outubro e um terceiro em maio de 1999. O Objetivo desta fase assim foi sistematizado:

“Geral: contribuir para a implementação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de Santa Catarina, a partir dos indicativos elaborados pela Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de um processo sistemático, progressivo e regionalizado de formação de Conselheiros Tutelares e de agentes multiplicadores da defesa dos direitos da infância e adolescência” (MNMMR, 1997d: 7).

O primeiro encontro estadual foi realizado em Florianópolis, em julho de 1997, em dois dias, e contou com a participação dos agentes multiplicadores estaduais (formados na primeira fase) e com os agentes multiplicares regionais (em formação nesta segunda fase). O encontro teve a seguinte programação: 1. apresentação dos participantes; 2. apresentação da proposta do projeto *a Sociedade Civil Acelerando o Passo* (quando os novos agentes multiplicadores tomaram conhecimento da história do projeto e com os materiais produzidos na primeira fase); 3. mapeamento dos conselhos tutelares do Estado; 4. O sistema de Garantia dos direitos da Criança e do Adolescente; 5. papel e atribuições dos conselhos tutelares; 6. aspectos administrativos e normativos dos conselhos tutelares; 7. sociedade civil, Estado e democracia participativa; 8. análise do material didático; 8. planejamento do monitoramento das atividades dos agentes multiplicadores nas regiões; 9. reunião dos agentes multiplicadores por região; 10. avaliação (MNMMR, 1998a).

O segundo encontro também foi realizado em Florianópolis, envolveu além dos multiplicadores estaduais, 10 dos multiplicadores regionais (agora totalizando 18, já que dois haviam desistido do projeto). O encontro também foi realizado em dois dias. Os temas trabalhados foram: o cargo do conselheiro tutelar; levantamentos dos dados obtidos sobre os conselhos tutelares pelos multiplicadores regionais, estudo dirigido, a partir da análise de material didático (textos bibliográficos disponíveis sobre conselhos tutelares e sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, de uma forma geral); discussão sobre ao tema *O Conselho Tutelar e a Escola*. Ao final, discutiu-se o encaminhamento sobre a continuidade das atividades (MNMMR, 1999a).

Em maio de 1999 foi realizada o Terceiro Encontro Estadual de Multiplicadores²⁰, também em Florianópolis e também em dois dias. Estiveram presentes, além dos agentes multiplicadores estaduais, 15 dos dezoito multiplicadores regionais. As questões discutidas no evento foram: apresentação e discussão do SIPIA; síntese dos relatórios de monitoramento pelos agentes multiplicadores regionais, prestação de contas do monitoramento, discussão dos relatórios, discussão sobre o papel dos agentes

²⁰ . Formalmente, por uma questão de viabilidade financeira, este terceiro encontro foi realizado em uma terceira etapa do projeto, aprovado pelo CEDCA. Porém, tanto em relação aos seus objetivos, resultados e metodologia, a atividade permanece a mesma, sendo apenas a continuidade do que havia sido planejado para a segunda fase.

multiplicadores nos processos de articulação regionais para as conferências regionais, referencial para as leis municipais; o projeto “tecendo cidadania”, a ser implantado pelo governo do Estado, e a continuidade do projeto *A Sociedade Civil Acelerando o Passo* em 1999.

No decorrer e a partir deste encontro os novos agentes multiplicadores, acompanhados pelos agentes multiplicadores estaduais, desenvolveram atividades em suas regiões. Um levantamento realizado a partir dos quadros de acompanhamento do monitoramento a estas atividades é colocado a seguir (MNMMR, 1999b):

Lages:

- Encontro de articulação regional preparatório ao Seminário Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, envolvendo 18 municípios da Região de Lages, conteúdos trabalhados: eixos do seminário estadual.
- Seminários de monitoramento ao Conselho Tutelar de Lages (4 encontros) envolvendo os 5 conselheiros tutelares, temas: normativas, relação conselho tutelar/escola, estudos do ECA.
- Encontros regionais e posteriores reuniões locais. Objetivo: criar grupos de apoio à adoção, envolvendo Lages, Otacílio costa, São Joaquim e Correia Pinto, entre outras cidades, envolvendo 7 conselhos tutelares , 10 CMDCAs e 18 entidades da sociedade civil (40 pessoas) tema: adoção.
- Monitoramento aos conselhos tutelares. Objetivo: avaliar o sistema de garantia dos direitos nos municípios. Envolvendo os municípios: Otacílio Costa, Ponte Alta, Correia Pinto, Urubici, Rio Rufino, Bom Jardim, São Joaquim, Campo Belo, São José do Cerrito, Capão Alto, Bocaina do sul (outubro de 97 a maio de 99). Cada encontro envolve todos os atores da área relacionados com a defesa dos direitos (conselhos tutelares, CMDCAs, promotores, secretarias municipais, ONGs, etc.). Temas discutidos: normativas, a política de atendimento, conselhos tutelares, CMDCAs.
- Preparação e organização do Encontro Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em Lages, em março de 1999. Temas: organização da sociedade civil, fortalecimento do Fórum Estadual, escolha de delegados para o encontro estadual.

Itajaí:

- Reuniões para mobilização do fórum regional, acompanhamento ao fórum após sua instalação, preparação de sua assembléia.
- Reunião com o conselho tutelar de Itajaí, Balneário Camburiú, Porto Belo, Itapema, Penha, envolvendo a divulgação do fórum regional.
- Palestras em comunidades, discutindo cidadania e o sistema de garantia de direitos;
- Reuniões para levantamento de dados sobre conselhos em Luís Alves, Itapema, Itajaí, Piçarras e Porto Belo.
- Monitoramento sistemático ao Conselho Tutelar de Itajaí (temas específicos: discussão da proposta de lei de execução penal juvenil, sobre notificação compulsória de maus tratos, relação do conselhos tutelares com demais atores, análise das normativas, atribuições dos Conselhos tutelares).

Blumenau:

- Encontros envolvendo os municípios de Apiúna, Ascurra, Dr. Pedrinho, Guabiruba, Gaspar, Timbó, Botuberá, Rio dos Cedros, Indaial, Rodeio, Pomerode, Benedito Novo, Brusque. Mensalmente conselheiros de direitos e tutelares destes municípios se encontram. A participação por cada município, nos encontros mensais, tem sido de 2 a 3 conselheiros. Até maio de 1999, 11 municípios já haviam sediado os encontros.
- Organização do fórum de debates sobre os direitos da criança e do adolescente.
- Reuniões e acompanhamento ao fórum regional dos direitos da criança e do adolescente.
- Organização do I Encontro Regional de Articuladores, envolvendo 156 participantes (realizado em Timbó, maio de 99).

Rio do Sul:

- Reuniões com conselhos tutelares, envolvendo os municípios de Rio do Sul, Atalanta, Trombudo central, envolvendo conselhos tutelares e CMDCA's; tema: integração CMDCA's e conselhos tutelares.
- Reunião com ONGs, procurando construir parcerias, envolvimento de 10 entidades.

- Reuniões com conselhos tutelares para planejamento, envolvendo Rio do Sul, Trombudo Central, Ituporanga, Agronômica.
- Articulação e acompanhamento ao fórum regional.
- Curso de formação para articuladores do ECA. Municípios atingidos: Rio do Sul, Trombudo Central e Ituporanga.
- Monitoramento dos conselhos tutelares e CMDCA's da região, com os objetivos: levantamento da realidade da implementação do sistema de garantia dos direitos na região e visitas aos municípios com conselhos implantados, abrangendo os 28 municípios da região.

Chapecó:

- Encontro entre multiplicadores estaduais e regionais.
- Reuniões para análise das normativas, envolvendo Caxambu do Sul.
- Encontro micro-regionais em Serra Alta, União do Oeste, Jardinópolis, Pinhalzinho, Quilombo, Formosa do Sul, Santiago do Sul. Com número variável entre 30 a 60 participantes nos encontros. Temas discutidos: relação professor-aluno. Deficiência de aprendizagem. Interação profissional versus comunidade.
- Participação na articulação do fórum Regional

Metodologia Utilizada

O processo metodológico utilizado é a “formação multiplicadora”. Através dela, os educandos em uma determinada fase da atividade comprometem-se e são acompanhados na realização de atividades educativas onde, agora, assumem o papel de educadores. Isto garante uma abrangência significativa do projeto. Além disso, em cada fase do projeto, um número maior de agentes multiplicadores é envolvido, garantido-se, também, além da abrangência, uma ampliação numérica gradativa dos envolvidos. Alguns procedimentos metodológicos básicos: levantamento da realidade dos conselhos tutelares nas regiões e dos órgãos que compõem o sistema de garantia; levantamento de material bibliográfico sobre infância e adolescência; produção de resenhas sobre estes materiais; produção de textos sobre temas específicos (FIA, sistema de garantia, etc.); registros dos acompanhamentos aos conselhos tutelares, etc.

A concepção de formação subjacente pode ser expressa da seguinte forma:

“Baseando-se na concepção de que o processo formativo se dá a partir da reflexão crítica sobre a prática, com vistas à sua superação, busca-se, aqui, envolver conselheiros tutelares e agentes de defesa como sujeitos de um processo no qual, partindo da realidade, se contará com conhecimentos específicos e com momentos coletivos de reflexão, para, detendo-se nesta realidade, desenvolver criticamente perspectivas de superação. Os conteúdos deverão, então, serem mediadores para uma intervenção crítica” (MNMMR, 1997d: 8).

Conteúdos

Basicamente, de forma muito genérica, os conteúdos desenvolvidos no decorrer da atividade versaram sobre: questões relativas ao próprio projeto de formação; o Sistema de Garantia dos Direitos; temas específicos como: deficiências de aprendizagem, interação professor-comunidade, normativas, lei de criação do FIA, atribuições e dinâmicas dos conselhos tutelares, os conselhos tutelares como mediadores da sociedade; além de temas mais gerais: sociedade civil; funções dos conselhos paritários; fortalecimento dos planos municipais; cadastros das entidades; planejamento; ECA; orçamento regional; prioridades de financiamento (MNMMR, 1999a).

Capítulo 3

Ação Formativa e a Defesa Articulada dos Direitos da Criança e do Adolescente: Entre a Identidade e a Ação Estratégica

Importa, neste trabalho, verificar em que medida as ações tipicamente desenvolvidas como formativas pelas organizações do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente em Santa Catarina, justamente aquelas onde evidencia-se o prevalectimento dos aspectos pedagógicos em sua realização, demonstram a superação de uma relação dicotômica entre as dimensões estratégica e identitária, ambas constitutivas das ações dos movimentos sociais.

Parte-se, para tal, da análise das ações formativas estudadas no capítulo anterior, cotejando-as com os elementos teóricos desenvolvidos no primeiro capítulo, particularmente, com o esforço de síntese realizado por Cohen e Arato, ao proporem uma teoria dual dos movimentos sociais. Entendemos, porém, que os conceitos de organizações de movimentos sociais e de redes tornam-se úteis para os fins a que nos propomos.

Ao afirmarmos que as ações formativas desenvolvidas no interior do movimento de defesa da criança e do adolescente, a partir da ação de suas entidades organizadoras, realizam, potencialmente, as dimensões estratégica e identitária, partimos de um entendimento de movimentos sociais que postula a centralidade e a indissociabilidade destas duas dimensões. Tal compreensão tem sido forjada a partir de uma tentativa de síntese de elementos conexos presentes em duas das principais tradições teóricas dos movimentos sociais, como já havíamos referido, a teoria da mobilização de recursos e a teoria da identidade.

Os conceitos de redes de movimentos sociais e de organizações de movimentos sociais permitem, então, elementos teóricos complementares àqueles relativos às características estratégicas e identitárias.

Fundamentalmente, estamos entendendo os movimentos sociais como *coletividades em interação*, sobre as quais afirma-se a horizontalidade do protagonismo das ações em

curso a partir de múltiplos atores organizadores da ação coletiva. Tais atores teriam superado o sentido restrito que as ações coletivas assumiram notadamente entre a década de 70 até meados dos anos 80 e que confiria às suas lutas um alcance limitado e constituído sua atuação a partir de uma ação em rede, de tal forma que uma reorientação destas ações para demandas sociais mais amplas, nestes últimos anos, passa a ser notada. O próprio significado da ação política amplifica-se, assumindo não só o caráter de mobilização para a satisfação de demandas específicas mas, e fundamentalmente, a organização para a interferência nas referências culturais da sociedade (Scherer-Warren, 1996: 116). Neste contexto, as entidades passam a desenvolver suas ações como coordenadoras de intervenções que ultrapassam os seus próprios limites.

"Nesta tendência dos movimentos sociais contemporâneos de tentar construir uma concepção alternativa de se viver, diferente daquelas das sociedades industriais modernas, responsáveis por crises em vários níveis (...) é que se encontra a possibilidade de união de atores aparentemente plurais e da formação de redes de movimentos" (Scherer-Warren, 1996: 118)

Considera-se, porém, que tais atores devam compartilhar minimamente algumas orientações, justamente o que serviria de elemento unificador de suas ações, constituindo, assim, um sentido comum para intervenções, antes que intervenções homogêneas. A noção de redes passa a ser vinculada, neste sentido, a determinadas identidades coletivas, forjadas a partir de consensos amplos a respeito das orientações para a transformação social, quer seja em seu sentido geral, mais amplo, quer seja na especificidade onde se situa o campo de ação de determinados atores (Scherer-Warren, 1996, 121).

Assim, no caso da defesa dos direitos da criança e adolescente em Santa Catarina, as instituições estudadas compartilham, em relação às suas ações, primeiro, a concepção de criança como sujeito de direitos, depois, a efetivação dos direitos como condição para uma vida digna através da participação articulada na definição de políticas públicas. Naturalmente, tais concepções encontraram formas diferenciadas de expressão através das ações concretas das organizações em questão.

Desta forma, a Cáritas e a ASA, fundamentam tais concepções na missão da igreja, de evangelização, num contexto de exclusão, vinculando-se à defesa da vida e da justiça, a qual assume, através do sentimento de solidariedade e do comprometimento com o outro, a necessidade de transformar as relações cotidianas, permeadas pelo autoritarismo e pelo individualismo, construindo, através disto, relações justas e

solidárias. A construção de sujeitos críticos e autônomos torna-se, então, uma perspectiva central de atuação. Num sentido político mais restrito, desdobram-se desta concepção uma intervenção que se dirige especificamente ao Estado. Esta, coadunando-se com as concepções mais gerais que orientam o MDDCA, dirige-se para a construção de espaços de expressão desta autonomia perseguida no cotidiano, ou seja, com a construção de espaços de participação política, nas quais a decisão sobre políticas públicas como procedimento de garantia dos direitos, torna-se a estratégia central.

Sem esta justificativa evangelizadora, o MNMMR e o CDHVI fundamentam suas ações num entendimento que relaciona diretamente a necessidade de superação das condições de injustiça social com a participação popular. Assim, a participação nos espaços políticos públicos e a constituição de sujeitos autônomos, críticos e coletivamente aparecem como elementos articuladores centrais.

A particularidade da concepção de criança como sujeito de direitos assume matizes diferenciadas para cada um dos atores tratados. O MNMMR define esta como sua identidade central, na medida em que dirige suas ações para a constituição de autonomia crítica destes sujeitos, definindo o organizativo como estratégia e pedagogia fundamental neste processo: o ser sujeito relaciona-se com o organizar-se para defender seus interesses. Em relação à ASA, tal concepção evidencia-se na direção dada ao trabalho tanto de assessoria aos programas de atendimento como aos processos formativos destinados aos educadores destes programas. Considerando, no entanto, as atividades formativas destinadas aos programas de atendimento analisadas no capítulo anterior, podemos afirmar que tal concepção aparece como 'pano de fundo' das atividades realizadas, concepção que se desdobra mais como fundamento pedagógico do que processo a ser trabalhado especificamente (evidencia-se isto pela sua ausência como um tema específico a ser tratado no interior de uma atividade formativa qualquer). Sem a direção específica dada, por exemplo, através da formação de educadores requerida pela necessidade da transformação de suas práticas a partir de uma concepção de criança como sujeito, como no caso da ASA, tal concepção desdobra-se, em se tratando das ações da Cáritas Diocesana, em uma referência para a intervenção junto à organização comunitária, via programa de formação das Cáritas Comunitárias. Ações específicas que enfatizem tal concepção (criança como sujeito) fica, porém, submetidas a programas mais amplos. O mesmo é encontrado em relação ao CDHAVI. Ou seja, a

concepção de criança como sujeito é, antes, um princípio a ser afirmado do que uma concepção que se desdobra, diretamente, em uma linha de ação.

A participação política, como princípio que se articula com noção de construção de sujeito sociais, é desenvolvida por todas as entidades pesquisadas, assumindo algumas particularidades em relação a outras perspectivas de participação política importantes de serem, neste momento, enfatizadas: primeiro, o espaço fundamental para a participação, na relação direta com o Estado, dá-se por intermédio dos espaços legalmente constituídos, a partir da constituição de 1988, de participação popular, fundamentalmente, os conselhos formuladores de políticas públicas, como os da saúde, assistência social e, principalmente, os da criança e do adolescente. Todas as organizações em questão participam diretamente dos conselhos da criança e do adolescente nos municípios onde se situam, bem como participam do CEDCA, desenvolvendo em relação a este uma presença fundamental²¹. Desenvolvem, ainda em relação ao CEDCA, uma clara sintonia sobre a estratégia política, cuja ênfase na descentralização das ações assume a forma das conferências municipais e regionais e na afirmação da importância da própria ação articulada, assumindo o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente²² um papel de protagonismo em relação a esta articulação:

"(...) o que a gente começou a identificar, afinal, que a sociedade civil não estava vindo para esse espaço [de definição de políticas estaduais para a infância e adolescência], não só por uma questão econômica, o poder público facilitava com diárias, passagens e não sei o que, e a sociedade civil não estava, estava afastada, não estava participando, se envolvendo neste processo de seminário, e isso aí foi uma questão que se colocou, um problema que se colocou no fórum (...). O fórum estava, de qualquer maneira, precisando tomar medidas urgentes para alterar esse quadro do processo de centralização e participação da sociedade civil dentro do espaço. e mais do que isso, o ano passado nós realizamos alguns dias de discussões com o secretariado do fórum e fizemos uma avaliação (...) mais sistemática a respeito do papel do conselho, do papel fórum, no estabelecimento de diretrizes, mas o que é fundamental na avaliação do fórum, se identificava a falta dessa base maior do estado, das regiões, dos municípios, inseridos dentro desse processo de um fórum estadual, aí tudo isso foi convergindo para que a gente fosse pensando, implementando ações que pudessem dar conta minimamente de melhorar esse canal e essa rede no estado" (Entrevista IV).

²¹ . Em pesquisa recente, Célio Moraes (1998) comprova a importância das organizações não-governamentais para a implementação do CEDCA como um espaço legítimo de formulação de políticas públicas para a infância e adolescência em Santa Catarina. Das entidades da sociedade civil que participam deste espaço, as entidades aqui pesquisadas, a ASA e o MNMMR estão desde o seu início, e a Cáritas e o CDDH desde 1994, aproximadamente.

²² . O Fórum das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (Fórum DCA/SC) é o espaço de articulação das entidades da sociedade civil no Estado.

A ênfase na ação articulada, porém, assume formas mais amplas, através da afirmação de sua preponderância no próprio processo de transformação social:

“A principal ação é a ampliação da articulação. Articula-se com um determinado grupo de entidades para se conseguir ampliar a formação de articulação com outras tantas. Então, sozinhos não teríamos chegado a armar uma rede tão grande como hoje a gente está constituindo no estado. É justamente na soma de esforços que a rede chega mais longe. Então, a articulação política é um objetivo atingido a partir da articulação política. Ela tem um efeito multiplicador a articulação política (...) determinados pontos de discussão são objeto desta articulação, a descentralização dos recursos, a descentralização das informações, a formação de pessoas em relação a gestão de políticas públicas (...) tematizar determinadas questões que para serem enfrentadas precisam de uma força bem maior que de uma entidade. O caso mais gritante, a meu ver, é a gestão centralista e autoritária das políticas públicas, jamais uma entidade vai conseguir fazer um embate a esta questão, só na medida em que haja uma articulação política que isto vem a tona como tema e ações são desenvolvidas” (Entrevista VI).

Desta forma, atuar articuladamente torna-se não só estratégia para intervenção política, passando a assumir uma dimensão normativa, da afirmação da rede enquanto tal como constitutiva do próprio projeto político (Scherer-Warren, 1995).

As entidades pesquisadas apresentam-se, então, a si mesmas e externamente, como interlocutoras de um projeto a partir de determinados princípios que as fariam, entre si, comuns, e, externamente, mobilizadoras. Desdobra-se, desta configuração, em alguns casos, uma intervenção efetivada tanto através da participação política, estrito senso (participação em conselhos, por exemplo), pautada na afirmação da articulação como estratégia, quanto através da realização de ações conjuntas entre as organizações, pautadas, neste momento, na afirmação da participação como elemento identitário.

Assim, retomando a definição de movimentos sociais elaborada por Diani (1992), verificamos que os atores estudados efetivam-se como organizações que se colocam, a partir dos elementos elencados até agora, tanto em suas regiões com no Estado, como organizadoras de processos sociais (organizativos, formativos, mobilizadores, etc.), os quais expressam um projeto político, muito embora amplo, com certa especificidade. Esta especificidade (evidenciada a partir da consonância, em certos termos, em relação às noções de criança como sujeito, participação na formulação de políticas públicas e atuação articulada) permite a constituição de determinadas 'redes de relações', mais ou menos informais, entre organizações e indivíduos. Este caráter de informalidade não significa, porém, ausência de institucionalidade, sendo que esta pode estar, em certo nível, presente, evidenciada nos momentos em que os atores colocam sua

atuação articulada, o próprio movimento, em uma de suas dimensões, como objeto de auto-tematização, podendo, inclusive, considerar suas próprias rotinas procedimentais.

Detendo-se nos processos formativos pesquisados procura-se, a partir de agora, evidenciar como tais procedimentos formativos, realizados no interior das organizações mobilizadoras do movimento de defesa dos direitos da criança em Santa Catarina, desenvolvem-se tanto como uma ação capaz de viabilizar a realização das ações estratégicas colocadas por estas organizações, quanto como instrumento de construção dos elementos identitários próprios ao movimento. Ou seja, importa estabelecer as relações necessárias entre os elementos analiticamente destacados no capítulo anterior que possibilitem uma compreensão dos processos formativos dos quais está se tratando como instrumento e prática específica de implementação dos projetos políticos dos atores em questão, envolvendo estes, ao mesmo tempo, as ações estratégicas e os elementos formadores de identidade.

3.1. Síntese das ações formativas a partir da dimensão estratégica

Ações estratégicas caracterizam-se por estarem orientadas para determinados fins, onde a relação custo/benefício ao final da ação torna-se um elemento a ser considerado. Ao se colocarem como mobilizadores de um movimento social, determinadas organizações, em relação ao conjunto de suas ações, privilegiariam, então, ganhos em relação às demandas que apresentam, correspondentes ao seu projeto político. Tais ações dirigem-se, fundamentalmente, às possibilidades das organizações ampliarem seu escopo de poder em um campo nitidamente configurado como em conflito. O espaço de disputa situa-se, então, nos 'lugares' onde os recursos (econômicos ou de decisão política) estão alocados: Estado e mercado. Encontros, mobilizações, lobbies, entre outros, tornam-se instrumentos para a negociação de demandas frente à esfera política. Além disso, a medida que evidenciam suas possibilidades mobilizadoras, as organizações legitimam-se como interlocutores políticos.

Neste sentido, a articulação (a constituição de redes organizativas do movimento) assume também um caráter estratégico, a medida que tornam-se recurso importante para a pressão política.

Observando as ações das organizações pesquisadas, sem exceção, evidencia-se, claramente, a relevância da intervenção nos espaços públicos institucionais de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, em relação aos órgãos criados pelos Estatuto de Criança e do Adolescente, a atuação nos conselhos de direitos da criança e do adolescente²³, torna-se central tanto no sentido da construção de sua legitimidade enquanto órgãos formuladores de políticas quanto em relação à própria formulação das políticas públicas. Outro órgão preponderante nesta intervenção são os conselhos tutelares²⁴, a medida que se constituem espaços participativos de controle da execução do atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Além disso, outros conselhos, como os da assistência social, do trabalho e renda, tornam-se, também, espaços estratégicos de atuação.

A Cáritas Diocesana tem acompanhado diretamente a implementação dos conselhos de direitos, da assistência social e dos conselhos tutelares em sua região, além de participar como representante no Conselho Municipal de Lages, no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e no Conselho Estadual da Assistência Social. O mesmo acontece com a ASA, não só através de seu projeto na 'área da infância e adolescência' mas, também, através das outras áreas de atuação, como saúde e idoso. A ASA possui representantes nos conselhos da assistência social, do idoso, da saúde e da criança e do adolescente em vários municípios da região da grande Florianópolis e nos conselhos estaduais do idoso e da criança e do adolescente. Da mesma forma, o MNMMR e o CDHAVI possuem representantes nos conselhos municipais da criança e do adolescente nas cidades onde se situam e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É importante destacar, também, a atuação destas entidades nas diversas conferências, em todos os níveis, inclusive nacional, da saúde, assistência social e criança e adolescente. Tais conferências são realizadas como espaços de proposição de

²³ . O artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) define como diretriz para o atendimento à criança e ao adolescente, em seu inciso segundo: "criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, **órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis**, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, regando leis federal, estaduais e municipais" (grifo meu).

²⁴ . "O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei" (ECA, Art. 131). O Artigo 132 do ECA define a perspectiva de participação vinculada aos Conselhos Tutelares: "Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, **escolhido pela comunidade local** para mandato de três anos, permitida uma recondução" (grifo meu).

diretrizes políticas para programas a serem, posteriormente, implementados por seus respectivos conselhos. Assim, por exemplo, a Cáritas atuou na organização da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lages e na mobilização para as conferências regionais na Região Serrana, em Caçador e em Canoinhas, ambos municípios de Santa Catarina.

Neste contexto, o controle pela gestão do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) torna-se um importante espaço de embate. Assim, por exemplo, a ASA, durante algum tempo, centrou sua ação no CEDCA na participação na Comissão de Recursos Humanos e Financeiros, denunciando irregularidades no uso do FIA e interferindo na sua política de funcionamento. Conforme relato de membro do CDHAVI:

"(...) nestes Conselhos o que nós levamos como preocupação é que destino que tem de verbas no orçamento e no fundo para a saúde e a assistência social, para a criança e o adolescente, para as políticas da criança e o adolescente, como também na assistência social. A nossa preocupação maior como membro desses conselhos é esta." (Entrevista III).

Em relação a esta intervenção propositiva junto aos espaços de formulação de políticas públicas, a municipalização, como princípio para a atuação, respalda uma estratégia que vai, aos poucos, sendo viabilizada: a regionalização do CEDCA via conferências regionais.

Este processo, é claro, não está livre de uma série de oposições e constrangimentos:

" (...) na verdade, até abril, nós ficamos brigando para garantir a continuidade do processo (de continuidade da descentralização do CDECA), porque estava sendo impedido, estava sendo cerceado pela própria secretaria da família, então, agora que ele voltou de novo à cena (...) acho que esse processo não vai ser mais interrompido, eu acho que ele só vai se fortalecer. Daqui pra frente a gente vai poder contar com uma base mais sólida no estado. Porque a gente viu o empenho, todo mundo atrás telefonando e perguntando porque isso porque aquilo, mesmo sem os recursos financeiros para continuidade (...) teve regiões que organizaram, fizeram independentemente, para garantir a continuidade da descentralização. Nós, do Fórum Estadual, fizemos dez eventos sem nenhum recurso financeiro (...) na verdade eu acredito que esse processo não tem mais volta, apesar de toda a essa questão que vai se ter que enfrentar para garantir o processo de descentralização porque tem o embate sério da secretaria da família e a sociedade civil e esse embate aí, ele é todo tempo. Eu tenho a impressão que ele vai ser testado agora para ver se a sociedade civil vai realmente segurar isso, porque se ela não segurar, não é? porque vai ter emperrações mesmo (...) vai depender da força dessa mobilização que ainda é muito tímida, que ainda é muito inicial, mas que me parece que já tem alguma coisa sólida (...) já tem uma rede no estado mais

entrelaçada, mais forte, que você pode contar, e outros fatores, tal como o ministério público, que tem assumido uma postura mais o próprio papel (...) uma postura mais contundente nesse acompanhamento para que o processo realmente se efetive" (Entrevista IV).

Em documento avaliativo, a Cáritas elenca algumas dificuldades para a implementação desta estratégia:

"excesso de burocracia estatal, limitação de recursos e falta de entendimento da questão dos conselhos por parte da sociedade, foram as principais dificuldades apontadas pelas conferências municipais, regionais e estadual" (Caritas: Plano Convida, 8).

Tais restrições também são apontadas na entrevista realizada com o representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, quando perguntado sobre a quem se contrapõe as iniciativas do Centro:

"(...) Primeiro, é o poder executivo que não atende, coloca no papel e na prática não funciona, então fica tudo emperrado, parece que você está pedindo favor, tem que estar sempre num embate (...) outra coisa, é a falta de comprometimento e de conhecimento do papel dos conselheiros representantes das orgs [organizações governamentais], eles, por sua vez dizem que o prefeito diz que não dá, que não pode, que não dá pra fazer (...) eles não tem compromisso, está lá quem não tem poder de decisão, tudo que se decide lá primeiro tem que levar para o seu superior para depois vir uma resposta (...) nós o ano passado desencadeamos a discussão para fazer um perfil da problemática da questão da criança e do adolescente aqui no município, e daí, inclusive, quando você faz o perfil da criança você tem o da família, discutimos, apresentamos uma proposta, que era para ser em parceria com a União das Associações de Municípios do Alto Vale do Itajaí e também com a UNIDAVI, conversamos com eles, eles se propuseram, e a prefeitura não tem dado...a parte que ela teria que dar era disponibilizar alguns funcionários para estar tomando um primeiro conhecimento de como ir para campo. Nós, da sociedade civil estamos dispostas, eles não dispõem de pessoal para estar fazendo o trabalho, então, está parado aí um proposta (...) então é a falta de clareza do papel deles e o não comprometimento de quem está representando as orgs como um poder de decisão" (Entrevista III).

Estes elementos podem ser, então, sistematizados a partir do quadro de referência desenhado no capítulo primeiro:

Quadro 4: O MDDCA/SC (a partir de suas organizações mobilizadoras) considerando-se a Teoria da Mobilização de Recursos:

Âmbito da análise	Categoria	Conteúdo
Ator	Mobilização	Repertório de ação definido a partir dos mecanismos de participação política criados pela Constituição de 1988 (conselhos deliberativos das políticas para a infância e adolescência). Interesses comuns definidos como descentralização, controle das ações públicas (principalmente Fundo para a Infância e adolescência)
	Coordenação	Os atores procuram fortalecer fóruns de legitimidade para suas demandas.
Contexto de Ação	Campo de ação	Pluralista.
	Oportunidades	Municipalização e regionalização da participação, via conferências.
	Constrangimentos	Resistências do poder público.
	Mudanças	Controle na gestão de políticas para a infância (Controle de recursos e de definição de programas, por exemplo).

Considerando as ações de formação nas quais nos detivemos - formação de agentes Cáritas Comunitárias, formação de educadores de programas comunitários (ASA), encontros comarcais do Estatuto da Criança e do Adolescente (CDHAVI) e o projeto A Sociedade Civil Acelerando o Passo (MNMMR) - tais ações realizam, em alguma medida, a dimensão estratégica de atuação das organizações mobilizadoras do MDDCA/SC, consideradas até então?

Devemos considerar, em primeiro lugar, que as quatro organizações pesquisadas realizaram, no decorrer de suas atividades no período entre 1994 e 1998, ações

específicas destinadas à formação para a intervenção em conselhos de direitos da criança e do adolescente e em conselhos tutelares, com exemplo, os encontros estaduais de conselheiros de direitos, realizados em 1994 pela ASA e pelo MNMMR e os diversos cursos e seminários promovidos pela Cáritas e pelo CDHAVI. Porém, tomadas superficialmente, isto significa, tão somente, que a orientação estratégica das entidades é temática para a ação formativa, não se desdobrando, daí, que tais ações realizam estrategicamente, tal orientação.

As ações formativas desenvolvidas pelo MNMMR e pelo CDHAVI, nas quais nos detivemos, tratam, especificamente, da intervenção nos conselhos de direitos e conselhos tutelares.

O processo desenvolvido pelo MNMMR, *A Sociedade Civil Acelerando o Passo*, ao adotar um procedimento de formação de agentes multiplicadores, desencadeia um processo contínuo de ampliação numérica das pessoas a serem envolvidas na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Além, disso, a partir da constituição de grupos de referência nos municípios pólos do Estado, viabiliza uma inserção nos municípios menores, atendendo as exigências estratégicas da regionalização e da municipalização.

O objetivo de contribuir efetivamente para a implementação dos sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente viabiliza-se, então, a partir de uma inserção dos agentes multiplicadores em formação (e este processo não é realizado *após* o processo de formação, mas sim, no seu decorrer, consistindo isto, inclusive, um procedimento pedagógico do próprio projeto) no próprio reordenamento, através das atividades de acompanhamento, dos conselhos tutelares abrangidos. Assim, a pesquisa realizada sobre os conselhos tutelares de 42 municípios do Estado, envolvendo suas normativas e as condições de infra estrutura de seu funcionamento possibilitaram ao projeto condições concretas de intervenção. A atuação direta frente aos conselhos tutelares revela, desta forma, o caráter estratégico da intervenção

Estratégica, também, a participação dos agentes multiplicadores em formação como articulares das conferências regionais (em Florianópolis, Lages, Caçador, São Miguel do Oeste, Blumenau e Joinville) preparatórias à Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pelo CEDCA, nitidamente em acordo com o propósito de descentralização e regionalização do CEDCA, proposto pela entidade em questão.

Assim, os encontros de formação realizados em Florianópolis, que congregam o conjunto dos multiplicadores devem corresponder a este sentido estratégico da intervenção. E o faz: observando a programação do primeiro encontro estadual realizado em Florianópolis em julho de 1997 verificamos que através do mapeamento dos conselhos tutelares do Estado, da discussão de seu papel e de suas atribuições, dos aspectos administrativos e normativos que envolvem os conselhos tutelares e do planejamento de um monitoramento das atividades de acompanhamento aos conselhos tutelares nas regiões pelos agentes multiplicadores, não só tais agentes tornam-se instrumentalizados para suas intervenções específicas como se criam procedimentos para o acompanhamento e a organicidade destas intervenções. Assim, como consequência, a programação do encontro seguinte, quase que naturalmente, resume-se à discussão do levantamento dos dados obtidos sobre os conselhos tutelares pelos multiplicadores regionais.

É interessante observar, também, no terceiro encontro, o caráter instrumental que assume o processo formativo, principalmente quando realiza a discussão sobre o papel dos agentes multiplicadores nos processos de articulação para as conferências regionais e na discussão de referenciais para as leis municipais que dispõem sobre os conselhos tutelares.

Este caráter estratégico da ação formativa é também claramente perceptível no processo formativo desenvolvido pelo CDHAVI. Em primeiro lugar, os encontros comarcais surgem como uma decorrência do IV Seminário do ECA, realizado em Rio do Sul, quando é apontada a necessidade de se garantir uma qualificação continuada dos agentes de defesa dos direitos das cidades menores da Região do Alto Vale, já que havia uma concentração das atividades de formação em Rio do Sul e em outras cidades com importância regional. Isto é garantido através da abrangência dos encontros, que foram realizados posteriormente em Presidente Getúlio, Agrolândia, Taió, Apiúna, Rio do Sul, Ituporanga, Trombudo Central e Ibirama.

O objetivo da ação formativa de capacitação de conselheiros e agentes de defesa na região do Alto Vale do Itajaí para uma melhor participação nos processos de definição e implementação de políticas sociais públicas vincula, de forma inequívoca, a intervenção em questão com os objetivos estratégicos colocados pelas organizações do MDDCA, e pelo CDDHVI, particularmente. Isto, no interior do processo formativo, é realizado através de um procedimento que, basicamente, repete-se em cada um dos

encontros, ou seja, um levantamento da realidade de cada município permite identificar as condições de funcionamento dos conselhos tutelares e de direitos instalados, um levantamento dos problemas encontrados no funcionamento dos conselhos (infra-estrutura, relação com poder público, formação) e das violações que mais ocorrem em cada município, um levantamento, também, dos procedimentos utilizados em relação a tais violações e, depois, a definição de estratégias para a intervenção, a partir da dificuldades e avanços levantadas em cada município. Então, em plenária, cada grupo apresenta as necessidades para o processo de implementação destas instâncias em seus municípios, a partir dos quais retiram-se encaminhamentos. Salienta-se, no entanto, que tal intervenção ficaria a cargo do grupo local presente no encontro, não havendo, no interior da atividade formativa, procedimentos específicos de monitoramento, pelo próprio grupo, da efetivação dos indicativos de ação levantados nos encontros.

Da mesma forma, os conteúdos específicos trabalhados nos encontros centram-se em aspectos relativos aos conselhos tutelares, conselhos de direitos e no fundo para a infância e a adolescência, articulando-se com mecanismos para a implementação do sistema de garantia de direitos, com ênfase na participação da sociedade através da formulação de políticas públicas.

O caráter instrumental tanto dos conteúdos como da metodologia utilizada nos encontros evidencia a preocupação da instituição de desenvolver ações de impacto na realidade regional, desenvolvendo-se tais encontros como verdadeiros espaços de articulação, complementares, inclusive metodologicamente (retirando-se, talvez, a particularidade do trabalho de conteúdos específicos característicos dos encontros formativos) a espaços de articulação já reconhecidos, como os fóruns de entidades não-governamentais:

"(...)o que tem acontecido é que os Conselhos tem vindo para fazer a exposição dos seus trabalhos, o que eles tem feito de avanço, o que não tem feito, por que é que não fizeram, o que é que ficou emperrado, e tem sido trazido para a discussão do Fórum (...) temos marcado agora um momento, um segundo momento, todos eles já vieram (os Conselhos), os que estão em funcionamento no município, (...) para avaliar isto, sentar com todos eles e avaliar o que pode ser feito de encaminhamento para que estes processos, estas situações que estão emperradas, avancem. E o que poderia estar melhorando, o que poderia ter sido feito e não foi, por que é que não, quem mais poderia estar somando com eles" (Entrevista III).

O programa de formação de agentes Cáritas Comunitárias evidencia, em relação aos objetivos estratégicos colocados pelas organizações mobilizadoras do MDDCA estudadas, antes que uma intervenção propriamente, uma intenção estratégica. O

programa de formação de agentes Cáritas centra-se na possibilidade de constituir grupos que atuem em suas comunidades, incluindo, neste processo o planejamento e a avaliação constantes de suas ações, a pesquisa sistemática sobre a realidade na qual se vai interferir, a organização para a mobilização de recursos e o incentivo ao surgimento de outros grupos comunitários, bem como a representação da igreja em espaços públicos (inclusive em espaços políticos, como Conselhos). Estes elementos, e a descrição da ação como um todo, realizada no capítulo anterior, evidenciam, pelo menos, duas dimensões estratégicas da ação: uma primeira, claramente instrumental, interna, de organização da constituição dos grupos comunitários Cáritas, e uma segunda, exterior, voltada para os objetivos estratégicos do MDDCA.

Momentos específicos do processo formativo são reservados para a efetivação de um processo organizativo. Assim, trabalha-se, de forma específica, o tema '*Como organizar as Cáritas nas comunidades*', ministra-se treinamento de como coordenar reuniões, como fazer trabalho em grupo, comunicar-se no grupo, distribuir tarefas e se realizam encontros para o estudo dos estatutos da futura Cáritas. Além disso, no interior do processo formativo, os próprios papéis institucionais são definidos (como o de espiritualizador, de coordenador, de secretário, de cronometrista).

Esta função instrumental do processo formativo também é evidenciada através de encontros específicos sobre os encaminhamento jurídicos para a constituição da Cáritas Comunitária, para a preparação da assembléia de sua fundação e para a realização da própria assembléia, com aprovação dos estatutos e escolha de diretoria, inclusive. Desta forma, o formativo torna-se, sobremaneira, uma estratégia para o organizativo.

A segunda dimensão estratégica, denominada aqui de 'exterior' por não ter a instituição como fim, relaciona-se com a possibilidade dos agentes Cáritas interferirem em seu contexto comunitário. Esta interferência se dá por duas vias, uma primeira, procedimentalmente mais enfatizada, refere-se à intervenção direta do agente Cáritas no espaço comunitário imediato. A preparação para o encontro com a realidade, o processo de pesquisa e depois o planejamento da intervenção instrumentalizam os agentes Cáritas para, posteriormente, desenvolverem ações diretas em suas comunidades. A segunda, refere-se às dimensões estratégicas colocadas pelo conjunto das organizações mobilizadoras do MDDCA, fundamentalmente, a participação propositiva nos espaços de definição de políticas públicas para a infância e

adolescência (onde aparecem como estratégicas específicas a descentralização e o controle na gestão dos fundos públicos). Tal dimensão restringe-se, no programa de formação em questão, ao estudo de conteúdos específicos: o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e os conselhos de direitos.

É importante destacar, como procedimentos metodológicos específicos, a pesquisa e o planejamento. A pesquisa permite o desenvolvimento de um processo de conhecer a realidade, como forma de capacitar para intervir politicamente, possibilitando, ainda, a convivência comunitária. O planejamento, por sua vez, permite organizar o trabalho a ser posteriormente realizado, buscando eficácia nos resultados, visibilidade e racionalização do tempo. Não por acaso, o planejamento é uma das últimas atividades realizadas no processo formativo.

Esta duplicidade do caráter estratégico da ação formativa pode ser realçada através do seguinte depoimento:

"(...) nosso programa de capacitação leva a liderança a assumir uma postura de alguém que seja sujeito de transformação da sociedade e, em segundo lugar, sua inserção da sociedade civil organizada, em seu contexto, que são os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho de Assistência Social, Conselho de Trabalho e Renda, mas depois se amplia para outras formas de ocupação, ocupação das esferas de participação partidárias, esferas que eu entendo tanto de governo, tanto a nível municipal (...) como regional sobretudo, porque a caritas já tem uma dimensão regional, mas todas estas esferas, essas lideranças que se formam, elas vão de fato se inserir dentro dos conselhos que por lei na nossa organização social eles estão aí formados. Então é essa a situação desses espaços, preparar tanto conselheiros como aqueles que vão atuar junto aos conselhos dando esse apoio mais capilar, que é lá no terminal, não dentro de um conselho, mas lá no trabalho onde o conselho se exerce, que é o atendimento último das famílias nos bairros, nas periferias, na faixa de exclusão social" (Entrevista II).

A ASA havia tratado, nos processos formativos que desenvolveu no período entre 1994-1998, diretamente da ação frente às esferas públicas estatais através dos Encontros Estaduais de Conselheiros de Direitos, realizados em setembro e novembro de 1994 em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Florianópolis. Realizava também, já neste ano, em conformidade com sua intervenção de assessoria aos programas comunitários de atendimento, o encontro "O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Educação Popular".

Tendo restringido suas ações formativas aos programas comunitários que assessorava, a ASA direciona suas atividades formativas para a capacitação pedagógica dos educadores destes programas. Desta forma, o desafio, levantado em encontros

anteriores, da necessidades para as organizações comunitárias de uma atuação articulada, através da constituição de redes, é efetivada através de uma proposta formativa que procura, junto com o processo específico de capacitação, constituir processos integrados de intervenção entre os programas abrangidos. Daí a importância de atividades de planejamento, tratadas em seminários específicos, e da produção de subsídios, a partir também de cursos e seminários específicos, que procuram unificar as práticas pedagógicas. A ação articulada como dimensão estratégica da prática formativa encontra respaldo na atuação política da entidade pelo menos em âmbito municipal (Florianópolis), a partir da sua atuação no processo de integração, desencadeado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, das ações dos programas de atendimento à criança e ao adolescente do município. O mesmo, porém, não acontece se a atenção for dada para as diretrizes de ação da entidade nos espaços estaduais de formulação de políticas públicas.

Assim, em relação ao “Curso de Formação de Educadores dos Programas Comunitários de Atendimento às Crianças e Adolescentes”, desenvolvido pela entidade a partir de 1996 e complementado por uma série de cursos e seminários posteriores, destacam-se como atividades particularmente estratégicas a discussão e a realização de planejamentos e a preocupação pelo registro das práticas e sua sistematização. Tais processos tornam-se conteúdos específicos dos seminários e encontros realizados e prática a ser desenvolvida por seus participantes. Deste modo, articular as práticas educativas, dando a elas um sentido e fundamento comum, torna-se central no processo formativo. Extrapolando a ênfase propriamente pedagógica, o trabalho com os educadores sobre os conselhos tutelares torna-se, então, o elemento articulado com a perspectiva mais ampla de um sistema de garantia dos direitos que inclua espaços participativo de formulação e controle das políticas públicas.

“(…) [em relação a] os programas a gente tem trabalhado bastante a questão dos conselhos tutelares até por que tem a necessidade imediata dos programas, desde a violência corporal até outros tipos de violação, o não ingresso na escola (…) a questão de formulação de políticas ela fica mais distante. Agora, o contrário é que a gente vem tentando trabalhar, como é que é esta participação dos conselhos, o que é que é conselho tutelar, ainda é muito confuso para os programas, a relação conselhos de direitos com os tutelares. Tem alguns destes programas que a gente trabalha que até compõem os conselhos, tem uma relação mais forte, mas com relação ao papel do conselho tutelar é muito interessante as descobertas que eles fazem” (Entrevista V).

Porém, muito embora tais possibilidades, a responsabilidade sobre a formação estritamente destina a implantação dos conselhos de direitos e tutelares pela entidade é posta em questão:

“(...) particularmente tenho dúvidas em relação ao papel da ASA de fazer esta formação, mesmo chamando parcerias, como a gente fez com o Movimento, com a Cáritas, eu tenho um pouco de dúvidas com relação ao papel institucional de fazer esta formação. Por que eu acho que isto quem deveria contemplar é um plano de formação do Conselho Estadual. Então, obviamente que nossa intenção, quando nós fizemos, era de fazer uma discussão interna, interna o que eu digo porque nós tivemos especificamente foi representações de não governamentais. Então, vai aí uma necessidade de discussão teórica mas vai também uma necessidade de articulação da sociedade civil, de fortalecimento da sociedade civil, eu acho que isto sim pode, compete sim, ao papel das entidades (...) a partir de uma deliberação do fórum estadual, eu acho que pode até dizer assim, quais são as entidades que estariam dispostas a, ou, quais são as entidades que se propõem a executar. E aí a ASA pode ser uma destas entidades, o que eu acho que fica difícil, porque eu tenho dúvidas, é difícil manter atividades assim, que não são paralelas mas que acabam se fragmentando no movimento. Eu acho que poderia ser mais convergente se fizesse uma aprovação geral do fórum da necessidade de se trabalhar algumas temáticas para o fortalecimento da sociedade civil. E aí ASA e Movimento, ASA e Cáritas, ASA e CEDEP, Fé e Alegria, não sei, várias entidades...não acho incompatível com o projeto de ASA. Um projeto que se propõe a estar articulado com outras organizações, a poder contribuir com a articulação com outras organizações, não acho que seja incompatível, mas acho que seria muito mais frutífero se partíssemos...também acho que o Conselho Estadual não conseguiu chegar nos conselhos, o Conselho Estadual não conseguiu dar um pontapé nesta história. O Conselho Estadual não faria só para as não governamentais. Como que a sociedade civil não consegue fazer um enfrentamento que poderia resgatar uma deliberação dela (...) por que uma sociedade civil toda compartimentada, com interesses divergentes, se deixando cooptar demais. Então, nesse sentido eu acho que o fórum deveria pensar um processo de formação interno. Não é um processo decolado do que o CEDCA está colocando, por que ela vai estar lá naquela formação que o CEDCA está prevendo. Agora, que existe a necessidade de uma formação diferenciada, existe. Uma formação política. Que postura tem lá? O fórum seria o espaço desta articulação. Como eu disse, eu não acho que retira isto a responsabilidade das entidades que estão mais comprometidas politicamente e historicamente. Agora, se estas entidades conseguem levar esta discussão para o fórum e o fórum absorve dentro da proposta de trabalho dele, eu acho que é muito mais rico. Você consegue atingir possivelmente outras entidades . (...) Eu acho que o fórum tem uma responsabilidade em relação à formação , à formação política, que tipo de presença a gente vai ter nos conselhos, e como é que faz estes enfrentamentos, não vamos esperar isto do poder público, porque o que o CEDCA está fazendo é para todos. (...) eu acho que é meio uma incoerência esperar que o CEDCA pensar uma formação só para conselheiros de direitos das não governamentais e outra só para governamentais. Não é possível pensar isto. O fórum eu acho que deveria pensar. Como o processo que nós fizemos, fazer uma reflexão geral sobre que projeto é este que está sendo construindo” (Entrevista V).

Procuramos destacar, neste item, como, no interior dos processos formativos que as organizações em questão desenvolvem estão presentes elementos que se colocam como instrumentos para a realização de seus objetivos estratégicos, os quais, por extensão, face à importância destas organizações, tomam-se, de certa forma, objetivos colocados para o próprio Movimento de Defesa dos Direitos Criança e do Adolescente em Santa Catarina. Salienta-se que o caráter estratégico de tais elementos não são garantidos meramente pela presença de conteúdos específicos no interior das atividades formativas relacionados com o que se coloca como objetivo estratégico da organização. Antes, este caráter estratégico realizar-se-ia através de uma sintonia entre conteúdos e procedimentos pedagógicos específicos, de tal forma que garantam uma articulação entre a teoria trabalhada (ou o projeto político afirmado) e as práticas desenvolvidas (a ação possibilidade da ação política, propriamente).

Muito embora possam ser localizados outros elementos estratégicos no conjunto das ações formativas destas entidades, ao nos limitarmos às atividades formativas pesquisas, cremos serem estes os relevantes.

3.2. Síntese das ações formativas a partir da dimensão identitária.

Afirmar a identidade como dimensão central dos processo de constituição das ações coletivas e, em particular, dos movimento sociais, é afirmar a possibilidade de atores sociais caracterizados por relações descentralizadas e horizontais entre seus agentes, permeadas por elementos que, em se tornando comuns, leva-os a atuarem frente ao contexto social no qual se localizam.

Desta forma, o processo de formação de identidade de uma determinado grupo social se dá, fundamentalmente, a partir do conjunto das relações estabelecidas entre seus agentes e que permitem, entre eles, configurarem um campo compartilhado de significados, justificativas e fins para suas ações. A identidade surge, então, como elemento unificador das concepções individuais presentes num processo no qual se desdobra (não como consequência, salienta-se) concepções e orientações que, ao

coletivizarem-se, transcendem o individual, incorporando-o. Assim, os processos identitários possibilitam ao coletivo determinar um marco comum para sua intervenção.

Aqui, a preocupação não é, propriamente, com a constituição destes processos, mas sim, com sua presença no interior das ações formativas em questão. Desta forma, interessa-nos aqueles elementos que se apresentam ao coletivo como fundamentos unificadores de suas ações, que as justifiquem e os disponha para a intervenção, constituintes, ao mesmo tempo, de sua autonomia e auto-determinação. Naturalmente, ao considerarmos os movimentos sociais como *sistemas de ação*, enfatiza-se os elementos de integração e interdependência, tanto entre os individuais como entre grupos, como operadores de uma estrutura constituinte de identidade.

Detendo-se no Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, observa-se que, historicamente, seu surgimento se dá pela contraposição a visão de criança e adolescente como objeto da intervenção do adulto. A incorporação da noção de criança como sujeito de direitos surge como possibilidade de superação das práticas sociais assistencialistas ou repressivas a que estavam sujeitas as crianças filhas das famílias empobrecidas e pela ênfase na necessidade de se alterar as relações que a sociedade estabelece com esta parcela da população. Muito embora inicialmente destinada tal crítica às violências cometidas em instituições, muitas vezes oficiais, de atendimento a crianças e adolescentes empobrecidos, ela assume a dimensão tanto de uma nova concepção pedagógica para a relação adulto-criança, com nítidas dimensões societárias, como o fundamento para uma intervenção política, centrada na noção de criança como prioridade absoluta e no reordenamento das instituições de gestão e execução das políticas públicas para esta parcela da população.

A partir destes elementos, a síntese que se realiza a partir dos características identitárias do MDDCA esboça-se no quadro a seguir:

Quadro 5: O MDDCA/SC (a partir de suas organizações mobilizadoras) considerando-se o paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

Âmbito de análise	Categoria	Conteúdos
Ator	Mobilização	Identidade definida por um reconhecimento mútuo em relação à concepção de criança como sujeito. Solidariedade e compromisso com a transformação social permitem reconhecimento entre os atores.
	Coordenação	Oposição à concepção de criança como <i>objeto</i> da intervenção do adulto e às iniciativas centralistas.
Contexto de Ação	Campo de ação	Construção em espaços cotidianos do engajamento a partir da afirmação da concepção de criança como <i>sujeito de direitos</i> .
	Oportunidades	Possibilidades de transformação das práticas de frente à infância. Acervo metodológico a partir da educação popular.
	Constrangimentos	Cultura assistencialista/repressora de atenção à infância. – Individualismo.
	Mudanças	Histórico-culturais – uma nova concepção social de infância e adolescência.

A partir destes elementos, algumas considerações a partir dos processos formativos pesquisados relacionados às características propriamente identitárias, podem ser elencadas:

A visão de homem como sujeito de direitos é fundamental na prática organizativa desenvolvida pela formação dos agentes Cáritas Comunitárias. Compreende-se que numa sociedade onde estes direitos são distribuídos de forma desigual, aqueles menos favorecidos devem, junto com os seus demais, em sua comunidade, organizarem-se por esses direitos e pela justiça que lhes é negada. Nesta perspectiva, a caridade libertadora é aquela que institui a pessoa como sujeitos de direitos, possibilitando comunitariamente a conquista da própria cidadania. Ação

política que encontra seu fundamento último na missão religiosa: instaurar a igualdade entre os homens, fundando-se na solidariedade humana, através da caridade libertadora.

Por isso, entre outros objetivos, a ação formativa busca levar as comunidades a aprofundarem sua consciência sobre as causas das injustiças sociais, motivando-as, assim, para o compromisso de lutar em defesa da vida; busca, também, construir a prática da solidariedade, a partir dos ensinamentos do Evangelho, aprofundando com isso a metodologia e a espiritualidade da caridade libertadora. Estes objetivos relacionam-se com a proposta pastoral mais ampla da igreja, ou seja, de ser promotora e apoio às ações que enfatizem a solidariedade humano-cristã, articulando, desta forma, a organização dos que vivem em situação de emergência social, procurando sua promoção e libertação integral.

Desta forma, no decorrer do processo formativo, a caridade surge como tema específico a ser tratado, contraposto à situação social em que vive a população brasileira e afirmada coletivamente como missão para os cristãos. Tornam-se importantes, neste processo, os momentos de celebração.

"(...) outra questão é a questão espiritual no sentido de formação humana afetiva, ética e a dimensão pastoral que ela propõem, ou seja, a Caritas é formação cristã embora não se feche numa relação de religião cristã e muito menos de uma igreja católica, apesar das próprias Cáritas estarem organizadas a partir das comunidades de igreja, mas ela não se fecha nisso, enquanto proposta, basicamente, enquanto realidade, os grupos são ligados as comunidades de fé, sobretudo da igreja católica, embora a proposta não seja essa, a proposta é uma abertura. Tem uma ou outra caritas que tem algumas lideranças de outras confissões religiosas cristã e também, de repente, tu encontras de outras religiões. Mas essa outra dimensão de formação sobre tudo ética, humana, afetiva, religiosa, eu penso que caracteriza bastante o papel das caritas comunitárias, não só como capacitação técnica e nem só, também, como uma conscientização política, mas, sobretudo, como uma formação religiosa" (Entrevista II).

A princípio, o mesmo fundamento, construído a partir dos valores cristãos da caridade e da solidariedade, deveria estar presente na proposta formativa da Ação Social Arquidiocesana, haja visto o caráter religioso da entidade. Isto não acontece totalmente, porém.

A missão da ASA é, fundamentalmente, de evangelização, vinculando-se a esta a necessidade da transformação social, através da defesa da vida e da justiça, constantemente ameaçadas na sociedade em que vivemos pelas situações de desigualdade, exploração e exclusão social. A ASA se propõe, então, a cultivar a fraternidade e a solidariedade, a partir de critérios éticos e cristãos, para que sirvam de

balizas para a construção de uma sociedade que beneficie a todos. A organização comunitária, a participação cidadã e a construção da consciência crítica, tornam-se, neste processo, fundamentais para solidificar as bases de fraternidade e solidariedade possíveis de romper com o contexto de exclusão social, realizáveis, estas, no cotidiano, espaço para o desenvolvimento de novos referenciais históricos.

Em relação à atividade formativa analisada, tais pressupostos afirmam-se através da referência à noção de criança como sujeito de direitos presente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Parte-se de uma localização histórica e social das novidades trazidas pelo ECA (através da tematização de conteúdos específicos, como *‘A história social e políticas da infância e adolescência no Brasil’*, *‘História das políticas para a infância e adolescência no Brasil’*, *‘O Estado, a sociedade e a família’*), a partir dos quais localiza-se os avanços pedagógicos trazidos pela concepção de infância presente no Estatuto, os quais são relacionados com os princípios da educação popular e suas metodologias de trabalho. Assim, a partir de um princípio normativo geral (criança como sujeito) e de determinados princípios pedagógicos, busca-se unificar as práticas formativas dos diversos programas de atendimento articulados à instituição referenciando-se em uma revisão, como uma dentre outras possibilidades (inclusive aquelas procedimentais, tratadas no item sobre a ação estratégica) das concepções orientadoras de seus educadores. Além do caráter instrumental, de disponibilizar determinados conhecimentos e técnicas para o uso corrente dos educadores em seu trabalho pedagógico, os diversos encontros, oficinas e cursos, ao proporcionar uma reflexão sobre os princípios pedagógicos da educação popular, o lazer e a cultura a partir da perspectiva da educação popular, o próprio ECA, detendo-se especificamente nas diferenças entre criança e “menor”, proporcionam, também, uma revisão das posturas pedagógicas dos educadores e de suas concepções, trazendo, porém consequências em relação aos objetivos estratégicos da organização:

“(...) [a ação formativa] é um compromisso político que diz respeito a cumprir uma das coisas que hoje está colocado pelo Estatuto mas que já vem sendo, eu acho, que o alvo de preocupação e objeto da própria ASA, que é a questão de contemplar a criança e o adolescente como sujeito da história. E esse eu acho que é o principal propósito e é o principal reflexo deste trabalho. Se perguntar assim, qual é o objetivo, acho que o objetivo é esse, o principal, em relação à criança e o adolescente, pensando em uma estrutura social diferenciada. Investindo-se aqui espera-se relações diferenciadas. E eu acho que é o que a gente acaba tendo como reflexo nas avaliações. A diferença que se percebe no tratamento, na atenção, à criança e o adolescente por parte dos educadores. Esta alteração da mentalidade de que a criança é objeto de manipulação a partir da vontade do educador. A criança passa a ser ouvida, passa a ser contemplada nos seus interesses e necessidades. E

daí passa a se constituir cidadão que tem um olhar próprio sobre a sociedade. E esse olhar próprio é um olhar que busca ser um olhar coletivo, não um olhar próprio individual. Acho que esse aí é o principal propósito e é o principal impacto também. Volto na discussão da questão do restante das oficinas sobre o Estatuto. A gente provocou uma discussão entre a concepção que se tem de ‘menor’, com esta terminologia, e qual é a concepção de criança. E aí que aflorou todos os estigmas que ainda se tem em relação a pensar o menino como menor e não como esta criança que tem uma potencialidade própria. Então, esse é o principal reflexo e tem sido o principal mote da ASA nesta área da formação. Muito localizada na questão pedagógica, na relação que se trava lá com as crianças, política porque a perspectiva é a de construção de relações diferenciadas. Por isso que a formação de educadores esta ainda distante da relação com os conselhos de direitos e por isso que os conselhos tutelares entram mais próximo. Por que está muito ainda localizado nas crianças” (Entrevista V).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por sua vez, define como prioritário o envolvimento das crianças e adolescentes nos processos organizativos de luta por seus direitos, significando isto, antes de tudo, a afirmação de sua condição de sujeitos neste processo. Assim, detendo-se nas ações realizadas diretamente com os núcleos de meninos e meninas, o processo organizativo se dá através da mediação da ação formativa. Neste sentido, a organização é construída a partir da referência à possibilidade da construção de pessoas (crianças e adolescentes) sujeitos de seus processos de desenvolvimento e conseqüente inserção social. No caso da Comissão Estadual de Santa Catarina, e, mais propriamente, da Comissão Local de Florianópolis, isto se realiza, prioritariamente, através do projeto de organização de meninos e meninas, dos encontros que promove, da convivência que possibilita entre os próprios meninos e entre estes e os educadores, na discussão sistemática de temas afetos à sua condição social e na viabilização de espaços de mobilização.

Porém, tal concepção não se restringe, tão somente, à ação organizativa junto aos meninos e meninas.

Detendo-se no projeto de formação *“Implementando o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: A Sociedade Civil Acelerando o Passo”*, observamos, primeiro, que sua proposição fundamental é o fortalecimento dos conselhos tutelares e articulação da sociedade civil no controle da gestão pública, contribuindo, desta forma, para a implementação de políticas de atendimentos em consonância com o ECA.

Assim, dentre a série de conteúdos instrumentais relacionados com o funcionamento dos Conselhos, com o contexto de sua implementação e com as

estratégias de intervenção dos agentes multiplicadores, conteúdos específicos a respeito das concepções norteadoras são trabalhados. Temas como '*Sociedade civil, Estado e Democracia Participativa*', entre outros, tematizam as concepções norteadoras, os fundamentos, por assim dizer, do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente como um projeto para a sociedade. Tal dimensão, de construção do sentido comum para intervenção, reduz-se, porém, a 'pano de fundo' à outra, de instrumentalização para esta intervenção, enfatizada, de forma evidente, nas intervenções tanto formativas como naquelas desenvolvidas em suas regiões pelos agentes multiplicadores.

O mesmo podemos observar em relação ao processo de formação desenvolvido pelo CDHAVI. A ação do Centro de Defesa é de promoção dos direitos humanos e da cidadania ativa, realizada através da mobilização popular, da defesa articulada dos direitos e na participação nos espaços institucionais de sua gestão. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida que garante uma série de direitos para a infância e adolescência e os mecanismos para a participação comunitária na efetivação destes direitos, torna-se, então, um instrumento importante para tal. É para a efetivação deste instrumento que se dirigem os Encontros Comarcais do ECA, desenvolvidos pela entidade em questão. Nos diversos encontros promovidos, transparece a organização instrumental do procedimento informativo. É a partir da ênfase na intervenção que conteúdos normativos são apresentados e discutidos como forma, justamente, de redimensionar esta intervenção.

3.3. A teoria dual dos movimentos sociais como mediação para a compreensão dos processos formativos a partir das dimensões identitária e estratégica.

Diversos autores (Gohn, 1997; Munck, 1995; Diani, 1992, entre outros) assinalam as dificuldades implícitas à tradição norte-americana de se entender os comportamentos coletivos a partir de seus elementos identitários. Mesmo quando reconhecida, tal dimensão acaba submergindo frente à ênfase que realiza tal abordagem no caráter instrumental da própria interação social. Tilly, mesmo advogando o caráter historicamente amplo das ações dos movimentos sociais, fundamenta-os a partir dos

interesses que se gestariam no contexto da interação entre os diversos atores sociais (1985: 1995). O problema, de certa forma, aparece em o quanto considerar relevante para a ação coletiva elementos propriamente solidarísticos. Tilly os reconhece, sem, no entanto, deter-se nestes elementos, enfatizando, sobretudo, o caráter de inter-relação dos atores sociais frente à ação política, afastando-se da sobredeterminação que um ator específico poderia ter frente à ação de transformação social a partir de características que seriam intrinsecamente suas (1985: 731-ss). Sem retomar a perspectiva de Pizzorno, brevemente descrita a partir de alguns comentadores no capítulo primeiro deste texto, da necessidade da anterioridade ontológica dos elementos identitários em relação àqueles estratégicos, podemos interpretar que tais elementos conformariam, antes, mesmo que de forma imprecisa, dimensões particulares da própria constituição dos movimentos sociais, necessariamente articulados, não excludentes, não sucessivos, mas específicos.

A partir da perspectiva do paradigma da identidade e sua ênfase na dimensão cultural dos conflitos sociais, são agora os aspectos estratégicos aqueles relegados a segundo plano. A expressão mais enfática desta perspectiva encontramos na concepção de Touraine de movimentos social como “uma representação geral da vida social antes que um tipo particular de fenômeno social” (Gohn, 1997: 151). Como projeto cultural, qualquer racionalidade instrumental possível apresentar-se-ia, no limite, difusa, não assumindo assim preponderância frente à ação social.

Melucci, por sua vez, abre a possibilidade de incluirmos na análise dos movimentos sociais seus aspectos especificamente estratégicos. Propondo uma compreensão dos movimentos sociais fundamentalmente como um conceito analítico, que permite distinguir, frente ao fenômeno empírico, níveis e abrangências da ação coletiva. Em se tratando de movimentos sociais, dois níveis analíticos devem ser considerados, um relativo ao campo dos significados que se elaboram a respeito do sentido da ação e, outro, relativo ao campo das relações que se estabelecem entre atores, em conflito ou cooperação, onde a ação propriamente tem lugar (1997: 21, 25). Esta diferenciação, diga-se de passagem, não corresponde à diferenciação identidade/estratégia. O autor atenta-se, por exemplo, para os aspectos estratégicos da *ideologia*, como elemento simbólico de mediação dos significados com a função de garantir a integração de um movimento, inclusive através do controle (1997: 352).

Assim, podemos considerar, pelo menos para os fins analíticos deste trabalho, identidade e estratégia como níveis diferenciados, referentes, à natureza das ações dos

movimentos sociais: ou realizadoras de determinado fim racionalmente definido, ou realizadoras de um pertencimento intersubjetivo.

Partindo da análise dos movimentos sociais feita por Cohen e Arato (1992), na qual rearticulam-se as dimensões cultural e institucional, enfatizada pela ação dos movimentos sociais contemporâneos (cuja novidade estaria justamente em tematizar auto-reflexivamente esta relação), uma conexão entre as duas dimensões básicas da ação coletiva torna-se possível. Postula-se que identidade e estratégia articulam-se a partir do projeto democratizante protagonizado pelos movimentos sociais contemporâneos. Este projeto, ao visar as instituições societárias, políticas e econômicas, ampliam o escopo da atuação política, onde os processos de produção de novas solidariedades, de construção de formas associativas autônomas e igualitárias (defesa da sociedade civil) são assegurados pela criação e/ou revitalização de espaços públicos, pela inserção de novos atores no sistema de representação política e pela luta em favor de reformas institucionais (reforma estrutural da sociedade política), de modo a garantir o atendimento das demandas societárias e a concomitante auto-limitação da lógica de coordenação tanto da ação sistêmica (do Estado e do mercado) como da interação comunicativa (Rodrigues, 1998: 100, 101). Neste sentido diferenciam Cohen e Arato as dimensões defensiva e ofensiva dos movimentos sociais, entendendo estas não como momentos diferenciados da ação mas como interfaces presentes de uma mesma ação, que tem na esfera pública seu espaço privilegiado de realização. A primeira, referindo-se à preservação dos aspectos comunicativos do mundo da vida e à democratização institucional da sociedade civil, enfatizaria a criação de esferas públicas alternativas, proporcionando a condensação de questões publicamente relevantes as quais, já ofensivamente, seriam canalizadas via 'esferas públicas estatais' para o Estado. A própria criação destas esferas públicas estatais, a garantia de seu caráter democrático e de sua permeabilidade às demandas sociais dar-se-iam ofensivamente. Vale, ainda, ressaltar as observações levantadas por Costa (1997) sobre os 'perigos' de uma intervenção onde aconteça a prevalência (muito embora não a exclusividade, já que isto, pelo menos analiticamente, descaracterizaria o ator como movimento social, face a constrição teórica que considera sua dualidade necessariamente como uma dupla face) da dimensão ofensiva. Ou seja, tanto o perigo da institucionalização do ator social, das formas particularistas a que estariam suscetíveis suas ações e da espetacularização que poderiam promover no próprio espaço público.

Tais dimensões revelam, então, no caso das organizações estudadas do MDDCA em Santa Catarina, como as ações se dirigem em relação à esfera pública. Sem nos determos, neste momento, no detalhamento das ações de uma ou outra organização específica, claramente observa-se um conjunto de ações destinadas a criar, no interior da sociedade civil, uma nova cultura frente à infância e adolescência. Assim, defensivamente, as entidades enfatizam as mudanças cotidianas necessárias para a superação da condição de objeto do adulto a qual a criança está submetida a partir da incorporação da noção de criança como sujeito de seu processo de desenvolvimento e sujeito de direitos. Busca-se reverter as posturas familiares, comunitárias e institucionais que relegam à criança um espaço de subordinação e inferioridade. Fundamentalmente, é uma nova postura frente à criança que se busca atingir. É o que observamos, por exemplo, nas ações de organização de meninos e meninas desenvolvidas pelo MNMMR e nas ações de assessoria a programas comunitários de atendimento desenvolvidas pela ASA. É o que se observa, também, na busca da constituição das Cáritas Comunitárias e no ancoramento de suas ações no dia-a-dia da vida comunitária.

Ofensivamente, as entidades procuram contrapor às práticas de atenção à infância desenvolvidas pelo Estado, caracterizadas até então pelo centralismo e verticalidade de suas ações, a ênfase na legitimidade dos conselhos de direitos como espaço de deliberação sobre as políticas públicas destinadas à garantia dos direitos desta população. A participação direta nos conselhos, a atuação em comissões estratégicas (recursos financeiros, por exemplo), a ação articulada, a participação efetiva no processo de conferências, a publicização dos pleitos através dos fóruns, evidenciam, entre outros elementos, uma atuação diretamente dirigida ao Estado, via esfera pública (estatal), objetivando democratizá-lo.

A noção de criança como sujeito de direitos apresenta-se como elemento de identidade que articula o conjunto das ações, tanto ofensiva quanto defensivamente.

Estes elementos, provenientes da teoria dual dos movimentos sociais, permite uma compreensão do Movimento de Defesa do Direitos da Criança e do Adolescente integradora de suas dimensões estratégicas e identitárias, transpostas no seguinte quadro:

Quadro 6: O MDDCA/SC (a partir de suas organizações mobilizadoras) considerando-se a teoria dual dos movimentos sociais.

Âmbito de análise	Categoria	Conteúdo
Ator	Mobilização	Criança e adolescente como sujeitos de direitos.
	Coordenação	Ênfase na participação a partir da afirmação da noção de <i>sujeito de direitos</i> (comunicativamente) e ênfase na ação articulada (estrategicamente).
Contexto de Ação	Campo de ação	Ação frente à esfera pública não institucional (fóruns), nos espaços comunicativos cotidianos e frente à esfera pública estatal.
	Oportunidades	Ampliação da participação a partir da Constituição de 1988.
	Constrangimentos	Atuações particularistas de determinadas entidades, burocracia do poder público, individualismo.
	Mudanças	Superação da situação de marginalização social das crianças e adolescentes, constituindo-as como agentes do processo e redefinição da ação pública estatal para esta população.

Detendo-se nas ações formativas desenvolvidas pelas entidades pesquisadas verifica-se, primeiramente em relação à Cáritas Diocesana, que o processo de formação realizado é predominantemente defensivo. Fundamentalmente, o que está em pauta é o fomento à atuação da sociedade civil frente à situação de miséria das famílias pobres. Estrategicamente, busca-se reordenar a própria instituição, ampliando-a regionalmente e garantindo uma institucionalidade democrática, organizada e com ações sistemáticas. Identitariamente, articulam-se dois elementos centrais: primeiro, a afirmação da criança como sujeito de direitos e a constituição de uma compreensão entre os agentes que seja transformadora de suas práticas cotidianas (neste momento, o debate a cerca dos mecanismos institucionais para a garantia destes direitos dá ao processo uma dimensão ofensiva, a ser garantida pelas outras frentes de trabalho da instituição); depois, a afirmação da missão Cáritas, ou seja, da noção de caridade libertadora, onde a construção de um compromisso cristão com a situação de pobreza das crianças e

adolescentes, enfatizado através dos vários momentos de celebração torna-se indispensável para a constituição de uma ação coletiva transformadora. A compreensão da situação do outro, a vivência da solidariedade, a busca por uma sociedade onde os homens sejam iguais, entre outros, são elementos importantes deste compromisso. Sem reduzir a ação formativa desenvolvida a este aspecto, o consideramos, no entanto, preponderante.

Defensivamente, também, caracteriza-se a ação formativa desenvolvida pela ASA, sendo que em relação a esta destaca-se a ação estratégica. É fundamentalmente em relação ao reordenamento dos programas comunitários de atendimento, a partir da construção de novas concepções pedagógicas orientadoras dos fazeres de seus educadores, que se destina a ação formativa.

Ações propriamente ofensivas caracterizam as atividades formativas desenvolvidas pelo CDHAVI e pelo MNMMR. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos centra sua ação formativa na constituição de espaços públicos sistematicamente planejados onde os problemas enfrentados na efetivação dos Estatuto da Criança e do Adolescente são tematizados procurando-se, com isto, uma redefinição das ações governamentais que aparecem como empecilho e uma reorientação da participação da sociedade civil, além de fomentar a própria participação. O esquema metodológico orientador (levantamento da realidade – tematização – encaminhamentos) permite que os participantes retomem suas práticas, no sentido de alterá-las. Este processo, no entanto, não é acompanhado pela própria atividade formativa, ficando a mercê de seus participantes. Ou seja, muito embora pretenda-se alterações institucionais no âmbito do estado, o processo que levaria até elas não é acompanhada pela *própria* ação formativa. Fato diferente ocorre com o projeto *A Sociedade Civil Acelerando o Passo*, desenvolvido pelo MNMMR.

Este projeto, nitidamente orientado para efetivar um reordenamento das ações dos conselhos tutelares no Estado de Santa Catarina, ultrapassa os limites a que muitas vezes se impõe uma atividade formativa e vincula-se ao próprio processo de reordenamento em questão. Em função da articulação que promove e das condições estruturais que dispõe (além do financiamento de suas atividades pelo CEDCA o projeto conta, de maneira informal, com a estrutura de entidades que articula a partir das cidades pólos, como a Cáritas e o Centro de Defesa de Rio do Sul, entre outras), os agentes que participam do processo formativo tornam-se verdadeiras referências

regionais, passam a orientar as ações desenvolvidas em suas regiões e mobilizam para o processo de descentralização desencadeado pelo CEDCA (processo estratégico para o MNMMR). O vínculo com o CEDCA confere legitimidade ao projeto.

Salienta-se a importância da ação articulada como fundamental para a realização dos objetivos da atividade e a metodologia de formação multiplicadora como potencializadora desta articulação.

Sem restringir as atividades formativas analisadas a nenhuma das categorias que expomos abaixo, pensamos que as dimensões defensiva e ofensiva dos movimentos sociais apontadas pela teoria dual proporciona um mecanismo que possibilita relacioná-las com as dimensões estratégicas e identitárias típicas dos movimentos sociais e, daí, com suas respectivas tradições teóricas.

Enfatiza-se que ambas dimensões são complementares. Olhar os movimentos sociais a partir das categorias estratégia/identidade é atentar-se para as orientações constitutivas das ações destes movimentos. Ambas as realizam de forma complementar e interdependente, através de uma sucessiva superação proporcionada a cada uma pela mediação da outra: identidade é mediação para a estratégia e vice-versa.

De forma semelhante, as categorias defensivo/ofensivo permite-nos identificar, em relação à esfera pública, dimensões específicas da ação. Novamente, enfatiza-se, tais categorias não só não são excludentes como, ao contrário, apresentam-se como uma dupla característica dos movimentos sociais.

Assim, o que apresentamos no quadro a seguir não esgota as ações de formação de cada entidade considerada, antes, refere-se a uma preponderância em relação às categorias utilizadas. Serão apresentados, nas considerações finais deste trabalho, alguns comentários a respeito das implicações destas preponderâncias.

Quadro 7: A Teoria Dual dos Movimentos Sociais como mediação para compreensão das ações formativas estudadas a partir das dimensões identitárias e estratégicas.

<p>Dimensões da ação dos Movimentos Sociais.</p> <p>Elementos Constitutivos dos Movimentos sociais</p>	<p>Defensivo</p> <p>Ações dirigidas à preservação das dimensões comunicativas da sociedade civil e de seu ancoramento no mundo da vida.</p>	<p>Ofensivo</p> <p>Ações dirigidas ao sistema político.</p>
<p>Identidade</p> <p>Ações construtoras de pertença, significados e interpretações comuns.</p>	<p>Redefinições identitárias, ênfase comunicativa, valorização do cotidiano (<i>Formação de Agentes Cáritas – Cáritas Diocesana</i>).</p>	<p>Afirmação da identidade frente às esferas sistêmicas (<i>Encontros Comarcais do ECA – CDHAVI</i>).</p>
<p>Estratégia</p> <p>Ações planejadas, buscando fins específicos.</p>	<p>Mudanças institucionais no interior da sociedade civil (<i>Formação de Educadores – ASA e Encontros Comarcais do ECA – CDHAVI</i>).</p>	<p>Mudanças institucionais no âmbito da esfera sistêmica (<i>A Sociedade Civil Acelerando o Passo – MNMMR</i>).</p>

Considerações Finais

A nova concepção de infância e adolescência, expressa fundamentalmente a partir das noções de proteção integral e criança como sujeito de direitos, incorporadas através do processo desencadeado desde o final da década de 70 pela ação de inúmeras organizações, significa a alteração não só das práticas sociais cotidianas mas também da forma como o Estado define sua atuação frente a esta população, através da formulação de políticas públicas e da execução de programas específicos. Com uma origem consonante com o contexto internacional de ampliação da garantia dos direitos da criança e do adolescente, em nosso País, este movimento articula-se principalmente a partir de uma ampla mobilização de denúncia e de busca de alternativas às condições de extrema marginalização que se encontra parte significativa da população infanto-juvenil. Sucedeu-se a este processo a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua doutrina da proteção integral, marco normativo que se tornou referência para as organizações do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, envolvendo-se como eixos articuladores a defesa dos direitos garantidos pelo ECA, a ênfase na organização e participação popular e a legitimação de espaços públicos participativos de definição de políticas públicas.

Desdobram-se destas características a necessidade das organizações do MDDCA expressarem-se duplamente, a partir de dois eixos distintos mas relacionados: primeiro, construindo e ampliando um sentimento comum de proteção à criança a partir da afirmação de seus direitos e desencadeando ações específicas que realizem este fim; depois, movendo-se tais organizações no interior da sociedade civil e dirigindo suas ações tanto a esta quanto às demais esferas sociais (particularmente ao sistema político), tendo a esfera pública como 'lugar' destas atuações. Ou seja, os atores do Movimento atuam tanto a partir de um eixo identidade/estratégia quanto a partir de outro, ações defensivas/ações ofensivas.

Ao analisar as práticas formativas das organizações do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança em Santa Catarina procuramos verificar em que medida tais práticas

realizam aquele conjunto de dimensões mencionadas acima. Temos claro que as ações formativas estudadas não esgotam o que se realiza em termos de formação política destinada à garantia dos direitos da criança e do adolescente no Estado. A intenção, no entanto, é de que o quadro trabalhado no final do terceiro capítulo possa sugerir possibilidades de análises destas ações tendo como referência aquelas dimensões analíticas ali tratadas como fundamentais.

Enfatiza-se que a complementariedade verificada entre as categorias tratadas situam a teoria dual dos movimentos sociais como uma possibilidade de relacionar as dimensões estratégica e identitária destes atores. Ao tomarmos os processos formativos desenvolvidos pelas organizações do MDDCA como objeto de verificação desta possibilidade estamos preocupados não só com os aspectos teóricos envolvidos mas com as possibilidades de tais aspectos motivarem reflexões sobre as práticas formativas em questão.

Verifica-se que as ações de formação que estamos tratando há muito abandonaram um limite, até há pouco comum, que restringia as atividades formativas a cursos ou seminários, ou seja, tão somente a eventos, passando a ser organizadas de forma sistemática e planejada, sendo permanentemente avaliadas, possuindo os conteúdos íntima ligação com um processo formativo projetado como desdobramento necessário ou efetivado a partir da própria ação organizativa. Além disso, seus objetivos são definidos a partir de uma perspectiva estratégica, desenvolvendo-se em função da necessidade de uma abrangência, no mínimo, regional, e pautando-se na construção de uma ação articulada. Tais atividades evidenciam um aperfeiçoamento significativo dos processos formativos gestados no interior das organizações tratadas. Cada uma delas, a partir de suas especificidades, realizam de forma particular o que se coloca como demanda para o MDDCA. Importa, no entanto, considera-las em conjunto, não esquecendo, porém, que não são as únicas ações que se realizam neste sentido.

O processo de regionalização, desencadeado a partir de 1996 pelo CEDCA, malgrado seu caráter conjuntural, torna-se fundamental para isto. Até este ano, as ações do CEDCA destinavam-se ou a processos internos (definição de normativas, regulamentação do FIA, composição de comissões, etc.), ou à instalação dos conselhos municipais de

direitos e conselhos tutelares²⁵ ou, ainda, à busca de visibilidade nacional (Moraes, 1998, 60-68). A partir de 1996, a realização de um planejamento de suas ações (o qual havia apontado como nós críticos a falta de legitimidade e reconhecimento e a necessidade capacitação para os diferentes atores envolvidos com a infância e adolescência) e o processo desencadeado pelo CONANDA para a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, motivaram o CEDCA a dar início a um processo de conferências regionais, que aconteceriam após a realização de conferências municipais. A intenção política deste processo é expressa pelo depoimento de um dos assessores do CEDCA na época;

“ (...) a medida que você vai jogando a discussão para outras pessoas e outras pessoas vão construindo este processo junto com o CEDCA, o CEDCA vai ganhando legitimidade (...) e vai tendo maior poder de enfrentamento junto ao governo e outros atores” (Entrevista VII)²⁶.

Este processo aconteceu durante o ano de 1997. Como resultado destas conferências, enfatizou-se a necessidade de formação sistemática para os atores envolvidos com a defesa dos direitos da criança e do adolescente, particularmente em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, sua doutrina e os mecanismos e órgãos que institui para a defesa dos direitos desta população.

Decorreu deste processo a realização, em 1998, de três seminários de planejamento estratégico, para sistematizar e qualificar as demandas que haviam surgido das conferências, a partir das quais se realizou seminários em cada uma das 10 regiões do Estado. Tais seminários, além de acompanharem a implementação das propostas tiradas na Conferência Estadual a partir de eixos temáticos específicos (trabalho infantil, violência e exploração sexual, ato infracional, papel dos Conselhos, Fundo da Infância e Adolescência e orçamento para a área da criança) deram início à elaboração de planos regionais de formação.

Constatou-se nestes seminários que haviam inúmeras organizações realizando formação nas diversas regiões do Estado (entre outras, MNMMR, ASA, Cáritas, CDHVI,

²⁵ . Em 1996 já estavam instalados 239 Conselhos Municipais de Direitos, 116 Conselhos Tutelares e a regulamentação, por leis municipais, de 124 Fundos da Criança e do Adolescente (Moraes, 1998, 68).

²⁶ . As informações apresentadas nos próximos parágrafos relativas ao processo das conferências foram obtidas a partir de entrevista com assessor do CEDCA (Entrevista VII).

Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Escola de Pais, OAB) e inúmeras outras com potencial para tal, mas que não o estavam fazendo (universidades regionais, as coordenações regionais das secretarias da educação e da saúde do Estado, entre outras). Além disso, as entidades que desenvolviam ações de formação o faziam de forma fragmentada, às vezes sobrepondo ações e recursos e evidenciando diferentes formas de abordagem e perspectivas. A partir disso, a Comissão de Capacitação do CEDCA passou a acompanhar as ações de formação desenvolvidas nas regiões.

Desencadeou-se, assim, a formação de comissões regionais, das quais participaram as coordenarias regionais de várias secretarias do governo estadual e algumas entidades (Centros de Defesa dos Direitos Humanos, OAB, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, universidades, associações de municípios, promotorias, etc). Estes grupos regionais foram responsáveis por seminários regionais que aconteceram durante o ano de 1998, após os seminários de planejamento. Um dos objetivos destes seminários foi montar os planos regionais de formação. No seminário estadual (realizado no final de 1998), montou-se, então, um plano estadual de formação a partir dos planos das dez regionais. Uma demanda de formação que apareceu naquele momento com centralidade foi a necessidade de fortalecimento da sociedade civil.

Garantiu-se, a partir disso, por intermédio do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, recursos financeiros para que as comissões regionais iniciassem, a partir de 1999, as ações de formação consideradas prioritárias em suas regiões. Neste processo, tornou-se central uma concepção de formação que afirmasse a continuidade dos processos desencadeados.

Este processo desenvolvido pelo CEDCA permite situar os desafios que estão colocados hoje para os programas de formação a serem gestados pelas organizações do MDDCA em Santa Catarina. A necessidade de constituir um espaço autônomo de formação, que atenda às necessidades específicas da sociedade civil, coloca em questão a preponderância que o CEDCA deveria ter em relação à articulação das ações de formação no Estado, papel que vem assumindo nestes últimos dois anos. As ações formativas estudadas, no entanto, apontam para a necessidade de uma articulação que garanta ao mesmo tempo a especificidade formativa de cada organização e a abrangência necessária

em relação às várias dimensões que um movimento social apresentaria. Coordenar as ações torna-se, parece, uma questão central.

Além disso, a centralidade que o CEDCA assume em relação a coordenação das ações de formação relaciona-se com sua possibilidade de gestão do financiamento das ações. Muito embora o problema do financiamento das ações formativas tenha sido desconsiderado neste trabalho, ele assume, naturalmente, importância. Em se tratando de atividades geralmente dispendiosas, a questão do financiamento torna-se, então, relevante. Ou as entidades contam com financiamento de organismos internacionais (geralmente de caráter religioso) (Cáritas e ASA), ou recorrem diretamente ao Estado e às articulações nacionais de suas organizações (MNMMR, CDDHVI, ASA) ou, no limite, reduzem suas pretensões realizando atividades menos abrangentes. Sem ser uma proposição consensual, algumas entidades enfatizam a necessidade do financiamento público para tais ações:

Com certeza, no entanto, a entidade que financia a ação estabelece algum tipo de condição em relação a esta ação.

Outro aspecto a ser ressaltado em relação às ações formativas tratadas refere-se a como tais ações se situam no contexto das afirmações trazidas pelo MDDCA. A localização histórica das demandas do movimento parece situá-lo em um espaço de enfrentamento diferenciado em relação às épocas passadas. Moraes, em um estudo realizado sobre o CEDCA, verifica uma contraposição entre a ênfase nos direitos e a ênfase nos deveres (ou entre *estatutistas* e *menoristas*), caracterizando assim posturas antagônicas em relação à infância (1998, 113). Neste sentido, as ações formativas tornam-se fundamentais como construtoras de uma nova cultura frente à infância. Porém, como afirmamos no decorrer deste trabalho, a construção de valores comuns, vale dizer, a realização desta dimensão identitária do movimento, necessita corresponder a uma realização das demandas estratégicas apresentadas às organizações do MDDCA.

Na medida em que realizam, no interior das organizações da sociedade civil, a constituição de espaços cotidianos de redefinição das práticas e significados associados a atenção à infância e adolescência, os procedimentos formativos desenvolvidos pelas organizações do MDDCA possibilitam a construção de um espaço identitário próprio tendo como referência determinados valores e normas (como procuramos demonstrar em relação à experiência de formação de agentes Cáritas), o qual deve, no entanto, estar associado,

ainda em relação à própria interioridade das organizações da sociedade civil, à possibilidade de reordenamento funcional destas organizações, tornando-as consonante com as características de descentralidade, horizontalidade e ação eminentemente articulada com outras organizações. Tais dimensões da ação formativa, nominadas a partir da teoria dual dos movimentos sociais como *defensivas*, envolvem tanto ações identitárias quanto estratégicas. Concomitante, as organizações dos movimentos sociais realizam-se ofensivamente. Ou seja, dirigem-se às esferas sistêmicas como uma dimensão própria de suas ações. Tal dimensão é potencializada pelas ações formativas, tanto pela afirmação de novos valores culturais frente ao Estado, quanto pela busca de alterações institucionais nesta esfera sistêmica.

As atividades formativas tratadas neste trabalho, muito embora de forma não restrita, realizam preponderantemente uma dentre as dimensões apontadas. Antes, o desafio para tais organizações parece ser o da coordenação destas ações, condição para que o movimento abranja o conjunto múltiplo das dimensões que, considera-se, lhe são constitutivas.

Referências Bibliográficas

a) Teses, livros e artigos:

- Adorno, S. (1993) Criança: A Lei e a Cidadania. In: Rizzini, I. (org) **A Criança no Brasil Hoje – Desafios para o Terceiro Milênio**. RJ: Editora da Universidade Santa Úrsula.
- Arantes, E. M. (1995) Rostos de Crianças no Brasil. In: Pilotti, F.; Rizzini, I. (org) **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. RJ: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Ursula.
- Arato, A.; Cohen, J.(1994) Sociedade Civil e Teoria Social. In: Avritzer,L.(org) **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte, Del Rey.
- Benevides, M. V. (1995) Democracia e Cidadania. **Pólis**. N 14, 19.
- Bittencourt, H. V. (1998) **Caminhos Pedagógicos**. Lages: Cáritas Diocesana, mimeo.
- Buechler, S. M. (1995) New Social Theories. **The Sociological Quarterly**. V. 36, N. 3. pp. 441-463.
- Cardoso, R. (1984) Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: Sorj, B; Tavares de Almeida, M. H (orgs) (1984) **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. SP: Brasiliense, 2º ed.
- Costa, S (1994) Esfera Pública, Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. **Novos Estudos**. CEBRAP. N 38.
- Costa, S. (1995) Atores da Sociedade Civil e Participação Política: Algumas Restrições. **Cadernos do CEAS**. N 155.
- Costa, S. (1997a) Contextos da Construção do Espaço Público no Brasil. **Novos Estudos**. N. 47.
- Costa, S. (1997b) Entre o Espetáculo e o Convencimento Argumentativo: Movimentos Sociais, Democratização e Construção de Esferas Públicas Locais. UFSC/PPGSP, mimeo.

- Cohen, J. (1985) Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, V 52, N 4, pp 663-716.
- Cohen, J; Arato, A. (1992) **Civil Society and Political Theory**. Massachusetts: The MIT Press.
- Diani, M. (1992) The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**, N 38, pp 1-38
- Doimo, A. M. (1995) **A Voz e a Vez do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70**. RJ, Relume-Dumará.
- Farr, Robert (1998) **Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)** Petrópolis: Editora Vozes.
- Faleiros, V. P. (1995) Infância e Processo Político no Brasil. In: Pilotti, F.; Rizzini, I. (org) **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. RJ: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Ursula.
- Figueira, F. G. (1987) O Trabalho como Primeira Necessidade Humana. **Cadernos do Arquivo de História**. São Carlos, UFSCAR, 1987.
- Freire, P. (1977) **Pedagogia do Oprimido**. 4ª ed. RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1993) **Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 2ª ed. RJ: Paz e Terra.
- Gohn, M. G. (1995) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Brasil e as Políticas Públicas para a Infância e Adolescência. **Cidadania-Textos**. Unicamp.
- Gohn, M. G. (1997) **Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Loyola.
- Guiraldelli Junior, P. (1986) **Pedagogia, Educação e Movimento Operário na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- Habermas, J. (1987) **Teoria de la Accion Comunicativa**. Barcelona, Península.

- Habermas, J. (1997) **Direito e Democracia – Entre facticidade e validade**. RJ: Tempo Brasileiro. Volume II.
- Klandermans, P. B. (1992) La Unión de lo ‘viejo’ con lo ‘nuevo’: el entramado de los movimientos sociales en los Países Bajos. In: Dalton, R. & Kuechler, M. (comp) **Los Nuevos Movimientos Sociales**. Valência: Ed. Alfons el Magnamim.
- Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.
- Manfredi, S. (1986) **Educação Sindical: Entre o Conformismo e a Crítica**. SP, Loyola.
- Manfredi, S. (1996) **Formação Sindical no Brasil: História de Uma Prática Cultural**. SP: Escrituras Editora.
- Manfredi, S. (s/d) Educação Sindical no Brasil: Uma Longa e Conflituosa História. In: Nascimento, C. et alli (org) **Educação e Sindicalismo**. Florianópolis: Central Única dos Trabalhadores – Escola Sul (Caderno II).
- Melucci, A. (1985) The Symbolic Challenge of Contemporary Movements. **Social Research**, V 52, N 4.
- Melucci, A. (1997). **Challenging Codes – Collective Action in the Information Age**. Cambridge: University Press.
- Moraes, C. V. (1998) **A Participação popular na Gestão das Políticas para a Infância e Adolescência em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. UFSC: Florianópolis.
- Munck, G. (1995) Algunos Problemas Conceptuales en el Estudio de los Movimientos sociales. **Revista Mexicana de Sociologia**. Año LVII, N 3.
- Pereira Junior A.; Bezerra, J.L.; Heringer, R. (1992) **Os Impasses da Cidadania: Infância e Adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE.
- Pilotti, F. (1995) Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina. In: Pilotti, F.; Rizzini, I. (org) **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. RJ: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Ursula.
- Pontual, P. (1995) **Construindo Uma Pedagogia Democrática do Poder**. CEAAL, junho.

Priore, M. del (1991) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto/CEDHAL.

Reichmann, J. Buey, F. F. (1995) **Redes que Dan Libertad: Introducción a los Nuevos Movimientos Sociales**. Barcelona, Paidós.

Rizzini, I. (1995) Crianças e Menores – Do pátrio poder ao pátrio dever – Um histórico da legislação à infância no Brasil. In: Pilotti, F.; Rizzini, I. (org) **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. RJ: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Ursula.

Rodrigues, E. J. (1998) **Movimentos Sociais Contemporâneos: Autores e Atores Coletivos nos Processos de Democratização**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Santos, B. R. (1992) A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Pereira Junior A.; Bezerra, J.L.; Heringer, R. **Os Impasses da Cidadania: Infância e Adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE.

Santos, B. R. (1995) (org) **Trajetória da Luta em Defesa da Criança e do Adolescente**. SP: MNMM (Coleção Publicações de Divulgação do Movimento).

Sader, Eder (1988) **Quandos Novos Personagens Entraram em Cena (experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo 1970-1980)**. 2º ed. RJ: Paz e Terra.

Scherer-Warren, I. (1993) **Redes de Movimentos Sociais**. SP: Loyola.

Scherer-Warren, I. (1995) **Metodologia de Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais**. Cadernos de Pesquisa. UFSC. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, N 5.

Schlichting, Sandra A. S. (1997) **Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Limites e Possibilidades**. Florianópolis: UFSC (monografia de conclusão do curso de ciências sociais).

Silva, C. M. (1996) **Contribuições para uma Análise da Política de Formação do Partido dos Trabalhadores**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

- Silveira, D. M.; Valença, M. M. (org) (s/d) *Refletindo a Prática Educativa*. Florianópolis: ASA.
- Sorrentino, W. (1989) *Sobre o Trabalho de Formação dos Comunistas*. In: **A Política Revolucionária do PC do B: informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi.
- Sudam, Dimitri (1997) *Da criança culpada ao sujeito de direitos: alterações dos modos de gestão da delinquência juvenil (1820-1989)*. **Infância e Juventude**. Lisboa: Instituto de Reinserção Social, 97.3, pp 71-96.
- Tarrow, S (1989) **Struggle, Politics and Reform: Collective Action, Social Movements and Cycles of Protest**. New York, Cornell University.
- Tilly, C. (1985) *Models and Realities of Popular Collective Action*. **Social Research**. V. 52, N. 4. pp. 717-747.
- Tilly, C. (1995) *To Explain Political Process*. **American Journal of Sociology**, N 100, pp. 1594-1610.
- Touraine, A. (1985) *An Introduction to the Study of Social Movements*. **Social Research**. V 52, N 4.
- Touraine, A. (1995) **Crítica da Modernidade**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

b) Documentos institucionais pesquisados:

- Ação Social Arquidiocesana (1994) *Relatório de Atividades*. Florianópolis.
- Ação Social Arquidiocesana (1995) *Relatório de Atividades*. Florianópolis.
- Ação Social Arquidiocesana (1996) *Relatório de Atividades*. Florianópolis.
- Ação Social Arquidiocesana (1997a) *Relatório de Atividades*. Florianópolis.
- Ação Social Arquidiocesana (1997b) *Seminário de Formação de Educadores (material de divulgação)*.
- Ação Social Arquidiocesana (1998a) *Relatório de Atividades*. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998b) Encontro Sobre Planejamento – Relatório. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998c) Curso de Teatro Integrado à Educação – Relatório. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998d) Oficina de Sexualidade – Etapas I e II – Relatórios. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998e) Oficina de Brinquedo de Jornal – Relato. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998f) Oficina sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – Relatório. Florianópolis.

Ação Social Arquidiocesana (1998g) Oficina de Educação Popular – Relatório. Florianópolis.

Cáritas Diocesana de Lages (1997) Plano Convida/Construção Comunitária da Vida. 1997 – 2000.

Cáritas Diocesana de Lages (1996) Relatório de Atividades.

Cáritas Diocesana de Lages (1997a) Programa Cáritas Comunitárias.

Cáritas Diocesana de Lages (1997b) Relatório de Atividades.

Cáritas Diocesana de Lages (1998a) Relatório de Atividades (outubro).

Cáritas Diocesana de Lages (1998b) Relatório de Atividades (dezembro).

CDHAVI (s/d) Pela Vida Contra a Violência. Folder. Rio do Sul.

CDHAVI (1994a) Relatório de Atividades. Rio do Sul.

CDHAVI (1994b) Seminário Regional: Estatuto da Criança e do Adolescente – Relatório. Rio do Sul (julho).

CDHAVI (1995) Relatório de Atividades. Rio do Sul.

CDHAVI (1996) Relatório de Atividades. Rio do Sul.

CDHAVI (1997a) Relatório de Atividades. Rio do Sul.

CDHAVI (1997b) Curso de Formação: Participação em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – Relatório. Rio do Sul (agosto).

- CDHAVI (1997c) II Encontro Comarcal do ECA em Taió – Relatório. (setembro).
- CDHAVI (1997d) II Encontro Comarcal do ECA em Ibirama – Relatório. (outubro).
- CDHAVI (1998a) Relatório de Atividades. Rio do Sul.
- CDHAVI (1998b) Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares – Relatório. Rio do Sul (abril).
- CDHAVI (1998c) Encontro Comarcal do ECA em Taió – Relatório. (maio).
- CDHAVI (1998d) III Encontro Comarcal do Estatuto da Criança e do Adolescente em Ibirama – Relatório. (setembro).
- CDHAVI (1998e) Encontro Comarcal do ECA em Ituporanga – Relatório.
- CDHAVI (1998f) III Encontro Comarcal do Estatuto da Criança e do Adolescente em Trombudo Central – Relatório. (novembro).
- CDH Região Sul (1997e) Encontro Regional dos Centros de Direitos Humanos - Relatório
- MNDH (1994c) Curso de Formação de Assessorias – Relatório. Caxias do Sul.
- MNDH (1997f) Boletim Informativo. N. 1 (maio).
- MNDH (1997g) Boletim Informativo. N. 2 (setembro).
- MNDH (1997h) Apresentação das Atividades dos Centros de Defesa – Rio do Sul (Relatório).
- MNMMR (1994) Uma Trajetória de Luta e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. São Paulo.
- MNMMR (s/d) Material de Divulgação (folder). Brasília.
- MNMMR (1994) Teses e Propostas. Brasília.
- MNMMR (1995) Resoluções da VI Assembléia Nacional. Brasília.
- MNMMR (1996a) MNMMR: Desafios da Formação até o Ano 2000. São Paulo.
- MNMMR (1996b) Planejamento 1996 – Planilha de Acompanhamento. Florianópolis.
- MNMMR (1996c) Curso de Formação de Educadores (Lages) - Relatório. Florianópolis.
- MNMMR (1997a) Planejamento 1997 – Relatório. Florianópolis.
- MNMMR (1997b) Relatório de Atividades (terceiro trimestre). Florianópolis.

MNMMR (1997c) Planejamento 1997 – Planilha de Acompanhamento. Florianópolis.

MNMMR (1997d) Projeto Implementado o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – A Sociedade Civil Acelerando o Passo – Segunda Fase. Florianópolis.

MNMMR (1998a) A Sociedade Civil Acelerando o Passo (2ª Fase) – Relatório Primeiro Encontro. Florianópolis.

MNMMR (1999a) A Sociedade Civil Acelerando o Passo (2ª Fase) – Relatório Segundo Encontro. Florianópolis.

MNMMR (1999b) A Sociedade Civil Acelerando o Passo – Planilhas de Acompanhamento. Florianópolis.

MNMMR; ANCED (1996) Projeto Implementando o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – A Sociedade Civil Acelerando o Passo. Brasília.

MNMMR; ANCED (1997) Conselhos Tutelares no Brasil. Recife.

c) Entrevistas realizadas:

- Entrevista I – Cáritas Diocesana de Lages – Lages, 12/06/99
- Entrevista II – Cáritas Diocesana de Lages – Lages, 12/06/99
- Entrevista III – Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí – Rio do Sul, 18/06/99
- Entrevista IV – Ação Social Arquidiocesana – Florianópolis, 13/05/99
- Entrevista V – Ação Social Arquidiocesana – Florianópolis, 24/05/99
- Entrevista VI – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Florianópolis, 30/06/99
- Entrevista VII – Assessor do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/Santa Catarina para o processo das Conferências Regionais. Florianópolis, 26/06/9

Anexo I

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada através de quatro procedimentos metodológicos básicos: levantamento documental; tratamento preliminar dos documentos; entrevistas com informantes qualificados; e, tratamento final do material coletado com base em eixos ordenadores. Os documentos institucionais pesquisados foram relatórios, planejamentos, folders, informativos, etc. Selecionou-se, dentre os documentos disponíveis em cada organização, aqueles relativos às ações desenvolvidas, incluindo as de caráter formativo entre o período 1994-1998, basicamente relatórios; aqueles referentes a uma ação formativa específica para cada organização; e, aqueles que permitissem uma descrição da filosofia da organização, de seu projeto político e de seu projeto pedagógico. Após a coleta deste material, fez-se, para cada organização, uma análise dos dados, definindo-se como categorias: objetivos institucionais; filosofia e projeto político; ações desenvolvidas e, ação específica de formação. A ação selecionada para análise foi aquela que, dentre o conjunto das atividades de formação realizadas pela organização na defesa dos direitos da criança e do adolescente, apresentava-se nitidamente como em destaque. Após a análise, os dados foram sistematizados, tendo em vista sua apresentação, a partir de dois eixos ordenadores:

1. Contextualização da organização (objetivos, projeto político, ações desenvolvidas) e,
2. Ação formativa específica (objetivos, descrição, metodologia, conteúdos programáticos e projeto pedagógico).

As entrevistas procuraram levantar informações a respeito da ação política da entidade, da organização da ação formativa em destaque e da importância política desta atividade (ver pauta da entrevista no anexo seguinte). Em geral, as entrevistas foram antecedidas pela coleta de informações através de material institucional. O que se buscava era, fundamentalmente, enriquecer os dados coletados via material institucional, corroborando-os ou complementando-os. Isto justifica, de certa forma, a apresentação, em sua maioria, do material coletado através das entrevistas no capítulo de síntese teórica a

partir dos dados coletados (Capítulo 3) e não no capítulo de apresentação, propriamente, destes dados (Capítulo 2).

Por fim, a síntese dos dados e sua contraposição com o material teórico exposto no capítulo primeiro desta dissertação foi realizada referenciando-se nos esquemas analíticos desenhados neste capítulo, enfatizando-se, para cada atividade formativa específica, aspectos particulares das dimensões identitária e estratégica, descritos no quadro de número dois.

Anexo 2

Entrevistas - Instrumento de Coleta de Dados

Data da entrevista:

Horário:

Local:

Fita número/lado:

I. Dados sobre o informante

1. Nome
2. Formação
3. Há quanto tempo na entidade
4. Que função desempenha na entidade

II. Dados sobre a entidade

1. Nome da entidade
2. Cidade sede
3. Abrangência
4. Regime jurídico
5. Principais atividades desenvolvidas (além da questão infância e adolescência)
6. Quando a entidade passou a desenvolver ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente
7. Quantas pessoas dedicam-se a estas atividades
8. Como se caracteriza esta atuação (voluntário/técnico/dirigente)

III. Caracterizando a relação *Ator-Movimento*...

1. Quais ações, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, são desenvolvidas de forma prioritária pela entidade?
Como poderíamos caracterizar estas ações (*atendimento, defesa de direitos, pesquisa.*)
Tais ações colocam (de forma pública) quais assuntos em pauta?
2. Ao realizar tais ações e veicular tais assuntos que objetivos persegue a entidade?
Que mudanças (sociais) são perseguidas?
3. Quais espaços são criados e como são formuladas as posições da entidade frente aos assuntos em questão?
Onde a entidade se referencia para tomar tais posições?
4. Estes objetivos são compartilhados por outras entidades?
Em quais aspectos?
Por quais entidades?
Articula-se com que entidade para desenvolver tais ações?
Quais critérios para se definir tais parcerias?
Quais ações são realizadas pela entidade a partir da articulação como outras entidades?
Qual a importância da articulação para estas ações?
Qual a temporalidade destas articulações?

5. Quais os espaços públicos onde tais assuntos são tematizados?
Tais assuntos tem impacto frente à opinião pública?
São realizadas ações com este fim?
Há alguma articulação (caminho) entre estes espaços?
Há permanência temporal enquanto discussão pública?
6. Há entidades que se contrapõem às ações apresentadas pela entidade?
Em quais espaços?
Esta contraposição é feita de forma articulada?
Sobre quais temas/assuntos se dá esta contraposição (o que está em conflito)?

II. Caracterizando as Ações de Formação

1. Como a entidade delimita (define) as ações propriamente formativas que desenvolve, diferenciando das demais atividades?
Qual a concepção de formação?
Qual a especificidade do 'formativo'?
2. Qual a importância das ações propriamente formativas no contexto das ações da entidade,?
Em que medida estas ações realizam o projeto da entidade?
Como estas ações viabilizam as demais ações da entidade?
Como são organizadas as ações de formação?
Especificamente em relação às ações de avaliação e planejamento:
em relação às ações de sistematização e análise de conjuntura:
Com qual sistematicidade são realizadas? Quem as planeja/coordena? Quem é envolvido? Realiza-se formação sobre estas 'atividade'?
Quais atividades são realizadas em parceria?
3. Detendo-se num processo formativo específico...
Quais seus objetivos, público, com que estrutura conta, quais atividades já foram realizadas (cursos, sistematizações), quem/como as planeja (quem define o que, quando, onde, com quem)?
Qual a metodologia?
Qual o 'encadeamento' entre as atividades?
Qual a importância desta atividade para o contexto da entidade?

Anexo 3

Glossário de Siglas

ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
ASA – Ação Social Arquidiocesana – Arquidiocese de Florianópolis
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CEDCA – Conselho Estadual do Direitos da Criança e do Adolescente – Santa Catarina
CEDEP – Centro de Educação e Evangelização Popular
CDHAVI – Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajai
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNCr – Departamento Nacional da Criança
DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA – Fundo para a Infância e Adolescência
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUCABEM – Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social
MDDCA – Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
MNDH – Movimento Nacional dos Direitos Humanos
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-governamental
SAM – Serviço de Atendimento ao Menor
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância